

Limitar-me-hei a algumas considerações geraes, que justificam meu modo de pensar e com as quaes responderei ao nobre collega, representante de Sergipe, cujo nome tenho prazer em declinar, Sr. Gilberto Amado.

Sem duvida alguma, o procedimento da Comissão de Finanças revela grande e alto patriotismo, como louvavel é a sua preocupação de equilibrar as nossas finanças, de permittir que o Governo tenha em dia seus pagamentos e, portanto, de, estabelecendo o equilibrio orçamentario, permittir a melhoria do nosso cambio.

Acredito mesmo, e julgo possivel que, com o gravame extraordinario de impostos de consumo que vamos taxas sobre os contribuintes, se possa chegar a este resultado; mas confesso a V. Ex. que creio firmemente que haveria caminho mais curto para chegarmos a esse mesmo resultado.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Mesmo sobre esse resultado tenho as minhas duvidas, porque me apavoram os creditos supplementares e extraordinarios, que, dia a dia, são pedidos pelo Governo e approvados pelo Congresso.

O Sr. GILBERTO AMADO — Por causa da revolução.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Não indago as causas. O anno passado não havia revolução e foram da mesma fórma votados taes creditos.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Ha, no meu entender, tres medidas de ordem financeira e uma de ordem economica, para conseguir com mais rapidez aquillo que procuramos obter á custa do augmento constante da nossa tributação.

As tres medidas de ordem financeira eu as resumiria pela seguinte fórma: primeira, a remodelação do nosso systema burocratico, de maneira a diminuir o respectivo pessoal, augmentando-lhe a remuneração e dando-lhe maior somma de trabalho e maior eficiencia. (*Muito bem.*)

O Sr. SIMÕES FILHO — Agora, V. Ex. junte a isso as despesas militares, despesas escandalosas e impatrioticas.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Ninguém ignora o que, neste particular, occorre em referencia ás repartições; e devo confessar a V. Ex. que, em muitas dellas — como mesmo dentro daquella em que trabalhamos — ha funcionarios que são de uma productividade extraordinaria, que são de uma eficiencia invejavel. Outros, entretanto, existem — e é com pezar que o declaro — que, ao lado daquelles, nada produzem, quasi nada fazem.

O Sr. SÁ FILHO — Mal proveniente da organização deficiente dada ao serviço publico pelo Congresso.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Estou pondo a culpa sobre nós e não sobre os funcionarios.

Verifico, todavia, que, si dessemos melhor rumo, melhor organização ao nosso systema burocratico, poderíamos aproveitar a actividade e boa vontade de todos esses funcionarios, bem remunerar-os, dar-lhes maior trabalho, muito mais eficiencia, com vantagens para elles e para o serviço. Pagando, menos no computo, na somma geral, e muito mais a cada um delles de per si, poderíamos alcançar, como disse, melhores resultados.

O Sr. PIRES DO RIO — Ha pouco tempo, nosso illustre collega Sr. Bento de Miranda fez um estudo completo a respeito.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Vi, pelo quadro a que V. Ex. se refere, que a porcentagem dos gastos com o nosso funcionalismo, em relação á somma geral das despesas, é realmente pequena — mas pequena, arithmeticamente fallando.

O Sr. SÁ FILHO — E' assumpto em que os algarismos tem eloquencia muito grande.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Agora, o que devo dizer — e ninguém poderá contestar — é que, si os funcionarios tivessem um pouco mais de horas de trabalho...

O Sr. SIMÕES FILHO — Bastaria que elles trabalhassem nas horas de serviço... (*Risos.*)

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — ...e os papeis não fossem sujeitos a determinados tramites burocraticos indispensaveis na nossa organização actual, mas perfeitamente dispensaveis em uma boa organização administrativa, poderiam produzir muito mais, ganhando muito mais e ficariam a cavalleiro das necessidades, cuidando de seu officio com beneficio de sua saúde e de suas familias.

O Sr. GILBERTO AMADO — São exigencias das leis.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Não basta reprimir o passado; temos de tomar uma attitude: respeitando rigorosamente os direitos adquiridos, o que nos cumpre, para fazermos algo de util, é enfrentar o problema, envez de o protelarmos, sem nunca solucionar-o.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Sabe V. Ex. que, ainda agora, no Ministerio da Fazenda se cream 500 e tantos lugares.

O Sr. SÁ FILHO — Esse é que é o mal.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Sr. Presidente, penso — e ainda aqui estou de accordo com o nobre Deputado pelo Pará — que se poderia dar melhor organização ás classes arripadas.

Entendo que poderíamos ter, pagando muito melhor, um Exercicio com effectivo muito menor, mas muito mais efficiente.

Nunca fiz o calculo, mas ouvi aqui, ha poucos dias, commentarios de illustre collega que, si me não engano, chegou á conclusão de existir para seis ou sete soldados um official.

O Sr. GILBERTO AMADO — E' isso mesmo.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — E' isso mesmo, asseguro V. Ex., e, quando verificamos que, absolutamente, não estamos em condições, não podemos, não devemos gastar tanto dinheiro para ter essa inefficiencia, seria muito mais aconselhavel procurassemos desenvolver a educação militar do nosso povo pelo interior, dando-lhe instrucção.

O Sr. SIMÕES FILHO — Na hora da luta, quem luta é o paisano.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Poderíamos, por conseguinte, na parte que diz com o Exercicio, fazer com muito menos dinheiro e com muito melhores resultados aquillo que estamos fazendo á custa de enormes sacrificios.

O Sr. SIMÕES FILHO — Não se explica que o militar, deixando de trabalhar, passe a ganhar mais que na activa. Agora mesmo acaba de ser apresentado, pela Comissão de Marinha e Guerra, projecto mandando dar mais dinheiro aos militares. O que nos falta, portanto, não é lei: é patriotismo, sobretudo nos politicos.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E a reforma judiciaria?

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Quanto á Marinha, Sr. Presidente, penso que ha alguma differença em relação ao Exercicio, porque, como sabemos, o Brasil tem uma costa extraordinaria a ser policiada. Dahi decorre a necessidade indiscutivel de termos uma Marinha maior.

O Sr. SIMÕES FILHO — Mas esse immenso littoral está defendido pelos tratados e pela cordialidade que mantemos com as nações.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Sr. Presidente, outra medida de ordem financeira que julgo seria necessaria para trazer, como consequencia a melhoria do nosso cambio e, portanto, o desafogamento da nossa situação financeira, seria o pagamento em dia como o melhor meio de comprar tudo aquillo de que necessitamos por preço mais barato.

Sabemos que todo e qualquer trabalho, que todo e qualquer fornecimento de material para o Governo, custa mais do que para qualquer particular, pelo menos 30 %.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — A concorrência publica em geral é uma burla.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — Perfeita e completa. Todo mundo sabe que quem vai comparecer a uma concorrência já faz o calculo do tempo que tem a perder para receber as importancias que lhe são devidas e as difficuldades enormes por que tem de passar.

Adoptado o criterio da compra directa e á vista pelo Governo, fariamos uma economia, como já tive occasião de assinalar, nunca inferior a 30 % no custo do material.

Só isto bastaria para determinar o equilibrio orçamentario.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Fui director da bibliotheca e tive ensejo de dizer, em carta ao Dr. Tavares de Lyra, que as compras directas, feitas por intermedio do Thesouro, produziriam uma economia de 50 %.

O Sr. RIBEIRO JUNQUEIRA — O aparte de V. Ex. tem grande valor, sobretudo, porque promana de um homem que já exerceu uma parcella da administração. Entretanto, dou, com o regra geral, uma economia de 30 %. Posso illustrar o que affirmo com um exemplo pessoal, que absolutamente não procuro occultar, porque felizmente a minha vida eu procuro trazel-a como um telhado de vidro, ao exame de todos. Quando era ministro da Agricultura o saudoso pernambucano Sr. José Bezerra, fui ao Ministerio conversar com S. Ex. sobre interesses agricolas da minha zona. Quando cheguei, o illustre titular examinava uma proposta para o fornecimento de sarnol, que desejava comprar, de accordo com a verba consignada no orçamento, para fornecer aos criadores, pelo custo da compra. Sabendo-me tambem agricultor, pediu a minha opinião. Passei os olhos nas propostas, e disse logo a S. Ex. que o preço era absurdo e que nenhum lavrador aceitaria um favor dessa ordem, do Ministerio, porquanto, elle iria comprar, directamente, no mercado, por preço mais baixo. Em palestra com S. Ex., elle fez-me sentir que desejava adquirir o producto por meu intermedio. Havia até uma coincidência. Vinte dias antes, mais ou menos, eu havia comprado uma partida para as nossas fazendas. Então, disse S. Ex. insistindo, que eu poderia adquirir uma partida de sarnol para o Ministerio da Agricultura. Respondi-lhe que não podia, primeiro porque era Deputado, não tinha o direito de fazer isso, segundo, porque não sabia quando iria receber o pagamento. S. Ex. então disse-me novamente: «Mas é um favor pessoal que V. me presta». Então eu telefonhei para o meu escriptorio e recomendei a um dos meus auxiliares, que effectuasse a compra a dinheiro, pelo preço que anteriormente já havíamos comprado.

Perguntei qual o preço. Quando esse meu auxiliar ia responder-me, passei o phone ao Sr. Ministro, para que elle ouvisse a resposta.

O Ministro pediu que comprasse a quantidade desejada e a remetesse para o Ministerio da Agricultura, que faria o pagamento dentro de tres dias. Realmente, o Ministro José Bezerra expediu a portaria do pagamento dentro de tres dias; mas, com o trabalho de registro do Tribunal de Contas, expediente do Thesouro, etc., levei quarenta e um dias para receber o dinheiro que havia despendido, para prestar um serviço pessoal áquelle amigo. Pergunto: os nossos funcionarios tem culpa disso? Absolutamente, não. A responsabilidade cabe exclusivamente á nossa má organização administrativa. E por isso é que digo á Camara que precisamos remodelal-a.

Em relação á medida de ordem economica, que julgo indispensavel para estabelecermos o nosso equilibrio orçamentario; para melhoria do nosso cambio, e, por conseguinte, para diminuição dos nossos encargos externos, o está no bom senso de todos — é o fomento da produção. Mas, Sr. Presidente, como poderemos fomental-a, se estamos diariamente concorrendo para a aggravação de impostos e difficultação dos meios necessarios para o seu desenvolvimento?

Somos os primeiros a reconhecer que os nossos horrens do interior tem grande capacidade de trabalho e de produção. Vimos, por occasião do appello feito pelo Governo Wenceslau Braz, em relação ao augmento da produção, que elle foi attendido. Mas, infelizmente, logo em seguida, tivemos o Commissariado da Alimentação, prohibindo a exportação, o que causou uma repercussão dolorosa e durnosa. A difficuldade de meios de transporte resultou o apodrecimento de generos nas estações de embarque. Si nós concorreremos para difficultar a exportação, para augmentar os fretes, como queremos que os nossos agricultores augmentem a sua produção? Desde que concorreremos para facilitar o augmento da produção, facilitando a sua exportação, teremos augmentado e melhorado a nossa balança commercial, fazendo com que entre mais ouro em beneficio do nosso cambio, diminuindo os nossos encargos e trazendo, assim, o equilibrio orçamentario.

UM SR. DEPUTADO — Então V. Ex. tem razão em censurar a Comissão de Finanças, por não haver dado dotação para a compra de material rodante.

O SR. RIBEIRO JUNQUEIRA — Devo, pois, Sr. Presidente, ao terminar as minhas considerações, fazer um appello aos meus collegas da Camara, fazer um appello á Nação Brasileira e ao nosso Governo, para que cuidemos seriamente desse problema, para que iniciemos, quanto antes, a remodelação da nossa administração, afim de tornal-a mais efficiente, de menor custo e com maiores proventos para os seus servidores; e para que intensifiquemos a nossa produção, facilitando a sua exportação.

Ainda agora, vemos o nosso Governo com a boa e sadia preocupação do barateamento da vida permittir a entrada livre dos generos de primeira necessidade, concorrendo, assim para que o cambio mais descesse ainda, pela sahida do nosso ouro.

O SR. SIMÕES FILHO — Não apoiado. É uma politica muito opportuna, para evitar a aggravação da crise social, para contentar o povo.

O SR. ALBERICO DE MORAES — Apparentemente.

O SR. SIMÕES FILHO — É preciso contentar — ao menos apparentemente.

O SR. RIBEIRO JUNQUEIRA — Si o nobre Deputado pela Bahia tivesse melhor attentado nos termos em que enunciei o meu modo de pensar, veria que não tive a menor intenção de censurar o Governo.

Apenas mostrei a infelicidade de ser o Governo forçado a essas medidas, que trazem apenas um effeito momentaneo nos preços.

Sr. Presidente, com este appello faço tambem um appello a todos os homens de boa vontade para que esqueçamos todas as maldades e nos preocupemos sómente do bem. (Apoiados.)

Quando o Governo actual assumiu o poder trouxe a excellentes vontade de concertar nossas finanças, e vemos que o actual Presidente da Republica, no governo de Minas conseguiu fazer um bello governo financeiro; mas, como piderá elle ter a mesma actuação no Brasil, no momento actual?

Sejamos respeitadores da vontade de todos; começemos aqui, nós mesmos, no Congresso, quando tivermos de agir, de deliberar, deixando de parte as nossas paixões para sómente vermos aquillo que é justo, aquillo que é direito. Porque respeitando a opinião alheia temos respeitado a nossa e teremos o direito de exigir que os nossos adversarios, confiantes nas decisões da maioria do Brasil, que somos nós, façam entrega de suas armas, convencidos do grande erro que estão commettendo, do mal immenso que estão praticando contra o

Brasil que, como nós, elles devem amar, desejar prospero e feliz. (Muito bem; muito bem. O orador é vivamente cumprimentado.)

(Durante o discurso do Sr. Ribeiro Junqueira, o senhor Arnolfo Azevedo, presidente, deixa a cadeira da presidencia, que é occupada pelo Sr. Eurico Valle, 2º vice-presidente.)

O SR. ALBERICO DE MORAES combate os impostos sobre a renda, luz e hydrometros.

(Durante o discurso do Sr. Alberico de Moraes, o Sr. Eurico Valle, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidencia que é occupada, successivamente, pelos Srs. Bocayuva Cunha, 2º Secretario, e Eurico Valle, 2º Vice-Presidente.)

O SR. EPHIGENIO DE SALLES (*) — Sr. Presidente, V. Ex. e a Camara vão perdoar a minha ousadia em tomar parte neste assumpto, de que, sem modestia nenhuma, confesso, nada conheço, sendo prova evidente de que não possuo a mais rudimentar noção em materia financeira as minhas finanças pessoais. (Risos.)

Bem intencionado, entretanto, como sempre fui, patriota como os que mais o forem, desde que, pela primeira vez, penetrei os humbraes desta Casa do Congresso, procurei colaborar, na medida dos meus conhecimentos para o augmento dos recursos do Thesouro Nacional. Não me accusa a consciencia de ter apresentado, em qualquer época, medida que viesse gravar a situação do Thesouro da Republica.

Todo meu trabalho de Deputado tem sido, como disse, no sentido de augmentar os recursos do paiz.

A minha humilde obra, todavia, Sr. Presidente, tem sempre passado anonymamente nesta Casa, pois impostos ha que constituem hoje renda fabulosa da União, mas cujas suggestões, apresentadas em tempos passados pelo obscuro orador (não apoiados), foram rejeitadas pela sabia Comissão de Finanças, para serem mais tarde revividas, retiradas da cesta dos papeis imprestaveis e transformadas em lei.

O SR. AFFONSO PENNA JUNIOR — É que as idéas, como as sementes, exigem tempo para germinar, e V. Ex. é um plantador de carvalho e não de couve.

O SR. EPHIGENIO DE SALLES — Neste caso, o plantador de carvalho fica transformado em plantador de couve, porque nunca o seu nome appareceu.

O SR. AFFONSO PENNA JUNIOR — Está na memoria agrada da dos Deputados. (Apoiados.)

O SR. SÁ FILHO — Esse é o premio: V. Ex. vê triumphantes as suas idéas.

O SR. EPHIGENIO DE SALLES — Eis a razão da minha presença na tribuna.

Em dez annos de representação nesta Casa, poucas vezes tenho tido a ousadia de me levantar para discutir essas questões. Hoje, porém, que vi triumphante duas das minhas suggestões, eu, satisfeito, exultante, venho render este preito de nomenagem ao meu muito querido amigo de infancia, o nobre e brilhante Relator da Receita, cujo nome profiro com respeito, Sr. Affonso Penna Junior. (Muito bem.)

Quem, primeiro, penso, no Brasil, se lembrou de aventar a creação do imposto sobre contas assignadas, como succedaneo do de rendas, foi o humilde orador, em discurso proferido na Associação Commercial de Bello Horizonte, que, encampando a minha suggestão, a enviou officialmente á consideração desta e da outra Casa do Congresso.

Quando, de uma feita, tive a idéa de apresentar um projecto, aliás de emergencia, supponho que em 1915, creando taxações inteiramente novas, um dos jornaes da terra publicou o retrato de Did, o comico cinematographico, collocando por baixo o nome do Deputado Ephigenio de Salles e dizendo, na legenda, que só da cabeça de Did poderiam partir medidas daquella natureza. Entre ellas, estavam as taxações sobre objectos de electricidade, hoje victoriosas.

Na occasião, procurei estudar o assumpto, fui á nossa repartição de estatistica, para verificar o imposto de importação de diversos artigos. Sobre lampadas, por exemplo, depois de ter por lá perambulado tres ou quatro dias, porque as nossas estatisticas — perdoem-me a expressão — até agora são "para inglez ver...", consegui saber simplesmente que o imposto era de mil e pouco por kilo.

Verifiquei, proseguindo na minha pesquisa, que cada kilo comportava quarenta e tantas lampadas, conforme pesagem feita na Casa Guinle, até onde fui.

Lancei, pois, a idéa dessa tributação, como a da tributação sobre linhas, que agora vejo o illustre Relator espontaneamente incluir na Receita.

Alviarei, ainda, o augmento de 50 % sobre a taxa postal. Mais tarde, essa taxa foi elevada de 100 %.

O que importa dizer, porém, é que, na occasião em que o meu projecto era achincalhado aqui, pela imprensa, tive o

(*) Não foi revisto pelo orador.

conforto — releve-me V. Ex. a immodestia em publicar o facto — de ouvir da bocca do então *leader*, Sr. Torquato Moreira, que um jornal argentino havia noticiado que um Congresso daquelle Republica submetera á sua Camara um projecto declarando ter sido inspirado pelo do Deputado brasileiro. E o meu projecto, devo dizer a V. Ex., só foi aqui julgado objecto de deliberação, pelo gesto de gentileza que a Camara tem para com todos os seus membros... (*Risos.*)

O imposto sobre divertimentos ainda não logrou vencer. Tenho, porém, a certeza de que será accedido mais tarde.

O anno preterito, a Comissão de Finanças, informo a V. Ex., accitou, unanimemente, a minha suggestão, que, acceita no plenário, foi ao Senado. Os jornaes da época publicaram que se reuniram todos os proprietarios de cinemas, todos os empregarios theatraes, todos os empregarios de circos, todos os directores de clubs de football, etc. e se cotizaram, afim de formar uma caixa para a campanha pela imprensa contra a aprovação dessa medida.

Veio á Camara uma emenda do Senado sobre divertimentos rejeitando a que tinha sido approvada nesta Casa. A Comissão de Finanças da Camara, por seis votos contra seis e desempate do Presidente, teve que accitar a emenda do Senado, porque talvez não tivéssemos votado nesse anno o orçamento, tal a ameaça de combate ou obstrução.

Ao reeditar agora a emenda, eu dava applicação de 50 % para a educação de filhos de artistas, para subvenção a companhias lyricas, theatraes, sociedades symphonicas que se organisassem com elementos nacionaes e para a fundação de hospitaes de artistas invalidos e empobrecidos, porque todos elles terminam a vida na pobreza, nos calces dos hospitaes, desamparados, em completa miseria. Os restantes 50 % ficariam como renda do Thesouro.

Com a collaboração do illustre Deputado que me dá a honra de sua attenção neste momento, o Sr. Sá Filho e com a contribuição igualmente valiosa do meu collega de bancada o Sr. Alcides Bahia, consegui fazer um calculo approximado de quanto poderia render esse imposto: verificámos que, no minimo, — não em média — o Thesouro poderia arrecadar 25 mil contos. O honrado Relator da Comissão, porém, no seu parecer contrario á emenda disse: "Que todo o esforço fiscal se deve concentrar na implantação do imposto sobre renda, devendo ser evitado, quanto possivel, as taxas que fazem duplo jogo com aquelle."

O Sr. Sá Filho — Confirmo a declaração do orador.

O Sr. ALCIDES BAHIA — E' verdade o que elle affirma.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Ora, Sr. Presidente, com estas razões, acho que o nobre Relator deveria rejeitar todas as demais emendas que viessem taxar generos de primeira necessidade, generos do consumo geral do povo.

O Sr. ALCIDES BAHIA — Indispensaveis, aliás.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Sabemos que o imposto sobre divertimentos existe em todos os paizes do mundo. Creio que ha excepção apenas no Brasil. Dir-se-ha: ha Estados que já estão tributando os cinemas e os theatros, e o imposto é municipal. Eu, porém, creava o sello de diversões. E' muito justo que quem póde ir a um theatro, pagando 8\$ e 10\$ a cadeira e a um cinema dispendendo 3\$, possa tambem pagar 800 réis, 1\$ e 300, de imposto.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — O theatro é um meio de educação.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Perfeitamente; ha, porém, uma cousa mais importante que a educação, é a subsistencia; entretanto, nós já temos os preços dos generos de primeira necessidade aggravados com a elevação das taxas. (*Apoiados.*)

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Aliás a subsistencia se adquire em grande parte em virtude da educação.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Quando a educação fór proveitosa. Mas o cinema, que poderia ser uma escola de ensinamentos, ás vezes é uma escola de vicios e de crimes. (*Apoiados.*)

O Sr. PRADO LOPES — Muito bem.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Não pretendo, Sr. Presidente, convencer o nobre Relator, nem a Comissão de Finanças...

O Sr. Sá Filho — Desde que o imposto tivesse o caracter de imposto geral de renda publica, o argumento de competencia dos Estados não poderia prevalecer.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — A outra emenda, Sr. Presidente, que não logrou parecer favoravel, refere-se a assumpto que eu proprio considero bastante complexo.

Só divirjo um pouco do parecer sobre a emenda 35, de minha autoria. O parecer é o seguinte: "Deve ser rejeitada pelos motivos sobre emenda identica, apresentada em 2ª discussão".

Confesso ao nobre Relator que não apresentei esta emenda em 2ª discussão.

O Sr. AFFONSO PENNA JUNIOR — Eu me referi a uma emenda do Sr. Nicanor Nascimento, apresentada em 2ª discussão da receita, mais ou menos nos mesmos termos.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Aliás, o assumpto parece um pouco interessante, porque exportam o nosso ouro sem a menor contribuição por parte do exportador.

Não entendo bem da materia, mas creio que é essa uma das razões da baixa do cambio...

O Sr. AFFONSO PENNA JUNIOR — Se isso fosse permittido, estaria prohibido o commercio internacional.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Ha paizes, como a França, que o permite com tributação onerosissima. Devo, aliás, confessar, mais uma vez, Sr. Presidente, que não sou nada versado na materia. Bastia se analyzarem as minhas proprias finanças, que são pessimas, para que se confirmem bem as minhas asserções. (*Riso.*)

O Sr. ALBERICO DE MORAES — Ha muitos homens que não tratam das proprias finanças porque olvidam dos seus proprios interesses para só cuidarem dos interesses da Patria e no entanto conhecem muito bem finanças e economia politica.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — V. Ex. parece que é a confirmação dessa regra.

O Sr. PRADO LOPES — E' uma grande verdade proferida pelo nobre apartista.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Fui levado a apresentar esta emenda, por um facto muito interessante que vou referir á Camara. Ao Joaquim, meu creado de quarto, pois eu moro em uma modesta casa de commodos e não em sumptuoso hotel...

O Sr. ALCIDES BAHIA — Conheço bem a moradia de V. Ex.: é no corredor da Victoria.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — ...perguntei quanto ganhava na casa.

— Patrão, ganho 200\$, mas com as gorjetas faço cerca de 500\$000.

— E quanto mandas para a tua familia?

— Mando 450\$ e ás vezes 500\$000.

— Quanto você paga para remetter esse dinheiro para a terra?

— Cinco mil e tantos réis ao Banco.

— Só ao Banco? E de imposto?

— Nada.

O Sr. AFFONSO PENNA JUNIOR — E' por que o Joaquim conhece pouco a nossa legislação. Si conhecesse, saberia que na cambial paga o sello.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Estou ansioso por conhecer o processo do Joaquim para viver, desde que remette todo o dinheiro para a terra.

O Sr. AFFONSO PENNA JUNIOR — O trabalho desse Joaquim e de tantos outros traz tambem para o Brasil a vantagem de poderem patriocios nossos dedicar-se á lavoura, produzindo generos exportaveis.

Tudo isso deve ser computado.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Mas entendo que o Joaquim devia deixar aqui, pelo menos, 250\$ de seus lucros. E como este, muitos Joaquims apparecem e vivem em nosso paiz, exportando todos os seus lucros sem pagar impostos.

Como já disse, não entendo de finanças; quiz apenas restabelecer a verdade sobre a medida que foi minha, que não plagiei do Sr. Nicanor Nascimento, porque, além de tudo, ao tempo em que essa emenda foi apresentada o Sr. Nicanor Nascimento não era Deputado, pois o caso se deu na legislatura passada.

O Sr. AFFONSO PENNA JUNIOR — A mim, como Relator da Receita, não competia investigar essas cousas.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Ha outra emenda que não logrou a boa vontade do nobre Relator, meu querido amigo Sr. Affonso Penna Junior, foi a de n. 52, em virtude da qual se creava o sello de saude publica, incidindo sobre os recibos de alugueis de casas, de pagamento de pensões, de hotéis, etc., etc., em uma certa progressão que eu estabelecia. Sr. Presidente, quem paga 100\$ pagaria insensivelmente mais 500 réis para serem applicados ao serviço de assistencia publica, isto é, ao servidor hospitalar.

Em 1918, vimos a gripe ceifar uma quantidade consideravel de vidas preciosissimas por falta de assistencia hospitalar nesta Capital. Tanto assim que, quando o sabio, clarividente e illustre Sr. Carlos Magalhães assumiu a direcção do serviço de extincção daquelle mal, transformou escolas, edificios publicos e particulares em hospitaes, debellando logo a pandemia. Quer dizer: nós não temos esse serviço organizado. Eu creava, então, essa taxa com o fim do Governo poder construir hospitaes e prover os serviços dessa natureza em nosso paiz.

O Sr. BASÍLIO DE MAGALHÃES — O serviço sanitario no Brasil, por occasião da gripe, não estava tão desorganizado; mas é que foi tal a violencia da irrupção da pandemia, que não havia serviço hospitalar, por melhor que fosse, capaz de dar vazão aos doentes.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Responde ao aparte com que me acaba de honrar V. Ex., dizendo que o coefficiente

de mortalidade na Argentina foi muito menor do que entre nós, devido ao facto de existirem lá hospitais em condições de prestar assistência prompta em casos taes.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Aqui não tinhamos nem medicos que chegassem para attender, os doentes, tantos eram estes.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Assim, Sr. Presidente...

O Sr. SÁ FILHO — Mas o sello dos recibos recahia sobre quem recebesse.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — O sello dos recibos já existe e quem paga é o receptor; mas agora o sello proposto, seria satisfeito por aquelle que pagasse. Mas todos esses sellos constituiriam uma proporção insignificante a pagar, e atenderiam ás necessidades de um serviço importante e que é imperfeito e quasi inexistente no Brasil. *(Muito bem.)*

Assim, nada mais tenho a adduzir ás considerações que fiz a proposito dessa minha emenda, querendo simplesmente aproveitar o ensejo para ter um conforto moral para mim, vendo que os impostos de contas assignadas, sobre objectos de electricidade, de consumo de linhas, o que me valeu uma gravura com o craneo cheio de novellos, em vez de massa encephalica. *(riso)*, e agora o imposto de contrasteria e que foi accedido pelo Relator, sendo que este ultimo o Brasil era o unico paiz do universo que ainda não o tinha, estão hoje transformados em lei. Eis a razão por que venho agradecer ao nobre Relator a accitação das emendas suggeridas por mim. Todas as outras foram accitadas em orçamentos anteriores e eu fiquei anonymamente como plantador de pé de couve e não de carvalho.

O Sr. SÁ FILHO — Isto prova que V. Ex. é um dos Deputados que mais tem contribuido para o augmento das rendas publicas.

O Sr. EPHIGENIO DE SALLES — Por isto se vê que só tenho na confecção dos orçamentos, concorrido para procurar augmentar as rendas publicas; nunca contribui para gravar o Thesouro com a menor despeza. Aproveito assim a oportunidade para felicitar a mim mesmo e a Camara pelo acerto na escolha de uma Comissão de Finanças tão zelosa, tão intelligente, como estamos vendo, pelos trabalhos que apresentou afim de resolver os mais intrincados e sérios problemas da vida nacional.

Tenho concluido. *(Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimento.)*

O Sr. Adolpho Bergamini faz alguns reparos ás emendas adoptadas pela Comissão, perfilhando toda a argumentação produzida pelo Sr. Deputado Alberico de Moraes.

(Durante o discurso do Sr. Adolpho Bergamini, o Sr. Eurico Valle, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidencia que é occupada pelo Sr. Ephigenio de Salles, 4º Secretario.)

O Sr. Baptista Luzardo (*) — Sr. Presidente, assistimos hoje ao debate do orçamento da Receita Geral da Republica, em terceira discussão; debate este que foi illustrado já por verdadeiras autoridades, competencias reconhecidas neste assumpto, de onde se vê que esclarecida está a materia em seu aspecto tecnico e em seu aspecto financeiro. Não se justificaria, em taes condições, o meu comparecimento á tribuna, eu que sou jejuno nessa materia, já discutida por tantas summidades, si não fosse a necessidade de fazer algumas considerações da ordem das que vou iniciar, isto porque acho de meu dever bordar á margem deste orçamento commentarios ligeiros acerca da nossa situação politica, que indiscutivelmente se póde ter como uma das causas predominantas, talvez primordial, do phenomeno economico e financeiro que se debate neste orçamento.

Sr. Presidente, realmente prende a nossa attenção o cuidado, a proficiencia, a competencia comprovada do illustre Relator da Receita, o modo por que se houve estudando e apresentando á consideração de seus pares um trabalho desta envergadura; um trabalho que honra sobremodo e comprova ainda uma vez o talento de seu autor e diz perfeitamente qual foi o carinho, o capricho de S. Ex. em apresentar á Camara um orçamento tanto quanto possivel equilibrado. Neste particular, Sr. Presidente, todos nós temos de render homenagens ao Relator e reconhecer que S. Ex. fez um trabalho completo, merecedor de nossos applausos.

Dizendo isto e reconhecendo, como já reconheci, os meritos de seu esforço, preciso declarar tambem que todo esse trabalho está prejudicado, que todas as theorias consubstanciadas no parecer, tudo isso será esforço perdido, porque não terão effectividade as medidas que se encontram no orçamento para o exercicio de 1925.

Pergunto ao illustre Relator si as disposições que S. Ex. propõe deverão ter realidade quando convertidas em lei ou si apenas são para armar effecto? Desejo que me diga si serão a expressão fiel na pratica e, portanto, no exercicio vindouro,

(*) Não foi revisto pelo orador.

si serão uma realidade, dando uma receita para fazermos face ás despezas ou si são medidas inefficazes? Sendo para ter effi-cacia não lhe nego, não lhe posso negar, absolutamente, o meu apoio, a minha solidariedade. Mas, justamente, porque tenha a certeza, a mais absoluta, de que esta obra não representa a expressão da verdade, de que as medidas alli consignadas serão apenas tomadas por uma suggestão, quasi que por uma gaffe orçamentaria, é que julgo tudo fóra de seus logares.

O Sr. ALBERICO DE MORAES — Como se explica isso?

O Sr. BAPTISTA LUZARDO — Como se explica isso, pergunta o nobre Deputado pelo Districto Federal. Explica-se da seguinte fórma: não estamos vendo fazer-se referencia a verbas fixas, e, ainda hontem, a Mesa não annunciou o pedido de um credito extraordinario de 20 mil contos? Veja V. Ex. De onde se tiram 20 mil contos? O orçamento de 1924 está a findar-se e tem as verbas estouradas. No que diz respeito as pastas militares já as verbas estão tambem estouradas ha muito tempo. Agora, ao apagar das luzes, pede-se a abertura de um credito de 20 mil contos. Onde está a receita, onde está a fonte productora desses 20 mil contos?

Assim, para 1925, não é possivel absolutamente executarmos o que se quer aqui votar.

Dóe-me a consciencia de brasileiro. Vamos votar ainda impostos formidaveis, que sacrificarão a vida dos humildes, dos operarios, daquelles que ganham, diariamente, na luta quotidiana, de sol a sol, o provento de sua existencia, o sustento de sua familia.

Ainda ha pouco, houve neste recinto referencia á aggravação de impostos sobre generos como o kerozene, o assucar, etc.

Quanto ao kerozene, por exemplo, Sr. Presidente, devo dizer que, no Rio Grande do Sul, poucas são as cidades que dispõem da luz electrica.

Em geral ainda é a illuminação a kerozene a usada em inumeras villas e cidades.

O Sr. ALBERICO DE MORAES — E é empregado ainda como combustivel.

O Sr. BAPTISTA LUZARDO — Perfeitamente; é empregado como combustivel.

Como, Sr. Presidente, onerar ainda mais esse artigo, quando a vida já está carissima?

O que o individuo ganha, principalmente na classe pobre, já não corresponde á satisfação das suas necessidades, as mais comensinas; muitas vezes nem para a alimentação é sufficiente.

Eu approvaria com o maior entusiasmo, com todo o patriotismo, medidas dessa natureza, e como em todo o brasileiro, si o sacrificio que nos é pedido, fosse aproveitado honestamente; si servisse para supprimos nossos compromissos, em favor da collectividade; si, com a contribuição que nos é solicitada, fossemos pagar a nossa dívida ao estrangeiro, reformar os nossos pagamentos em 1927, levantando bem alto nossos fóros de nação honrada, que zela pela sua honestidade e integridade financeira.

O Sr. PRESIDENTE — Advirto o nobre orador que faltam apenas seis minutos para findar a hora da sessão.

Sobre a mesa existe um requerimento de prorogação da sessão.

Si o nobre Deputado pretende concluir suas considerações dentro do tempo que resta, deixarei de submetter já á consideração da Camara o requerimento em questão.

O Sr. BAPTISTA LUZARDO — Sr. Presidente, dentro de seis minutos concluirei meu discurso.

Como eu dizia, estaria prompto a aceitar todos os sacrificios que nos vão ser impostos, si dai resultasse beneficio para o nosso paiz.

Não é tal, entretanto, o que acontece...

Vamos tirar o pão aos que já se acham necessitados, aos habitantes que povoam o nosso immenso Brasil, eo seu dinheiro, entretanto, não vae ser honestamente applicado.

De consciencia, repito, não posso votar, e aqui está.

Agora mesmo, o que conturba a vida do Brasil?

Poderá o nobre relator afirmar á Camara e ao paiz que o que aqui está, será uma realidade no dia de amanhã?

S. Ex. não póde afirmar isso, ainda que lançasse mão dos seus talentos, que são bem grandes.

Sr. Presidente, em questão de administração, não se deve attender apenas ao ponto de vista economico e financeiro. Antes de mais nada, os governantes, aquelles a quem cabe a responsabilidade das redeas do poder, tem de encerrar a paz da nação, a tranquillidade de espirito, o socego de todas as almas.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — A confiança da nação.

O Sr. BAPTISTA LUZARDO — Socego e tranquillidade que trazem como consequencia a confiança dos concidadãos.

Como podemos dar o nosso voto, nesta emergência, quando vemos que o Governo, si pelo lado financeiro procura tomar medidas razoaveis, equilibrando os orçamentos, pelo lado politico não se orienta da mesma fórma, não segue a mesma bitola, que traga resultados efficientes?

Pergunto: será com esse animo do Brasil, com o estado de agitação, que vae de norte a sul, com uma revolução que, como já disse, si não faz com que todos estejam em armas, pelo menos já avassalou a grande maioria da opinião publica nacional, que se ha de normalizar a situação financeira do paiz?

Será, sem que o Governo tome providencias que acalmem os espiritos, que se hão de equilibrar os orçamentos e realizar o que consigna o orçamento da Receita? Não; absolutamente não.

Nessas condições, comprehende-se que o orçamento da Receita, tal como se apresenta, corresponde a um esforço que torna o illustre Relator digno de todos os encomios, mas que, levado ao terreno da pratica, pelo modo como se vae fazer, sem tranquillizar os espiritos, sem acalmarmos a perturbação que nesta hora torna apprehensivos todos os brasileiros, nada conseguirá. E será duro, será cruel que, de um lado, procuremos extorquir dinheiro até dos menos favorecidos da fortuna, e, de outro, estejamos a esbanjar a mancheias, cada vez mais nos abeirando do sorvedouro em que talvez não nos achemos longe de afundar.

Quando outras considerações não prevalecessem, seria de ponderar, pelo menos, que em junho de 1927 o Brasil está obrigado a retornar seus pagamentos aos credores externos; e não será defendidos pela politica seguida no actual momento que nos poderemos apresentar a esses credores, dizendo-lhes simplesmente: "Não temos dinheiro, não podemos pagar!"

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem. O orador é cumprimentado.*)

O Sr. Affonso Penna Junior — Sr. Presidente, dado o adelantado da hora e considerando por outro lado, a necessidade de se encerrar a discussão, reservo-me para responder aos illustres collegas que se occuparam do orçamento da Receita, na hora do expediente de amanhã, estando já inscripto.

O Sr. Presidente — Continúa a discussão do projecto numero 32 C, de 1924.

Não ha mais oradores inscriptos. (*Pausa.*)

Em seguida, é encerrada a 3ª discussão do projecto numero 32 C, de 1924, orçando a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1925, com parecer da Comissão de Finanças, sobre as emendas offerencias e adiada a votação.

O Sr. Presidente — Esgotada a hora, vou levantar a sessão, designando para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação do projecto n. 32 C, de 1924, orçando a Receita Geral da Republica para o exercicio de 1925, com parecer da Comissão de Finanças, sobre as emendas offerencias (3ª discussão);

3ª discussão do projecto n. 261, de 1924, autorizando a abrir, pelo Ministerio da Fazenda, o credito especial de réis 76:185\$794, ouro, para pagamento de differença de cambio á American Bank Note Company;

3ª discussão do projecto n. 265, de 1924, autorizando a abrir, pelo Ministerio da Viação, o credito especial de réis 2.671:130\$276, para liquidação de compromissos com a construcção da Estrada de Ferro de Petrolina á Therezina, em 1922 e 1923;

3ª discussão do projecto n. 266, de 1924, autorizando a abrir, pelo Ministerio da Viação, o credito especial de réis 118:609\$856, para attender aos pagamentos devidos á Companhia Carbonifera de Urussanga;

2ª discussão do projecto n. 272, de 1924, approvando o contracto celebrado com a Itabira Iron Ore Company, Limited; tendo parecer da Comissão de Finanças, com substitutivo, negando a approvação do referido contracto (reaberta a discussão);

Discussão especial do projecto n. 271, de 1924 (redacção da emenda approvada e destacada do projecto n. 226 B, de 1924, abrindo credito para construcção da estrada de rodagem de Rio Branco á Boa Vista e de Camanãos á villa de S. Gabriel.

Levanta-se a sessão ás 18 horas e 15 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1924

O Sr. Celso Bayma — Sr. Presidente. Ouvi com a maior profunda attenção cada um dos oradores que me precederam na tribuna para tratar do parecer que concede licença para a denuncia e formação da culpa do nosso collega Deputado Azevedo Lima.

A Camara ha de fazer a justiça de acreditar que esse parecer não é sinão o resultado de um estudo demorado, depois das mais severas e profundas cogitações intimas.

Tendo recebido simultaneamente dous pedidos do Procurador Criminal da Republica solicitando da Camara a respectiva licença para denunciar os Deputados Azevedo Lima e Arthur Caetano, como incurso no art. 115, § 2º, do Código Penal, não me pareceu desde logo possivel formar um juizo com os elementos fornecidos pelo referido Dr. Procurador Criminal. Nestas condições, com assentimento da unanimidade da Comissão, foi deliberado requisitar do mesmo Procurador Criminal não só a cópia dos depoimentos integraes, como de todos os demais que tivessem relação com o facto delictuoso mencionado, para que, perfeitamente esclarecida, pudesse a Comissão resolver em consciencia como lhe parecesse acertado, formando um juizo perfeito da situação.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Fiz justiça a V. Ex. firmando isto no meu discurso.

O Sr. CELSO BAYMA — Tendo o Sr. Procurador Criminal enviado á Camara as cópias dos depoimentos integraes, acompanhadas de um longo officio justificativo da sua conducta, e havendo chegado ás mãos da Comissão esses novos elementos, foi resolvido desde logo ouvir os collegas envolvidos nesses depoimentos, afim de que por elles fosse allegado o que bem lhes approuvesse, si assim julgassem conveniente aos seus interesses e direitos.

O Sr. Arthur Caetano dignou-se comparecer em uma das reuniões da Comissão, formulando livremente os esclarecimentos que em sua consciencia julgou necessarios e uteis, tendo, porém, o nosso nobre collega Dr. Azevedo Lima feito chegar ao conhecimento da Comissão, por intermedio do digno representante do Rio Grande do Sul, Sr. Plinio Casado, que só em plenario poderia não só dar as explicações da sua attitude...

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Confio na justiça da Comissão.

O Sr. CELSO BAYMA — ...como fazer as considerações que julgasse opportunas formular para estudo e deliberação da Camara.

Não fiz, depois desse instante, Sr. Presidente, sinão examinar minuciosamente o processo, em todos os seus detalhes, acompanhar, ponto por ponto, os depoimentos prestados, e, conhecendo, como sei ha muito tempo, que, para uma simples queixa ou denuncia, bastam os elementos de presumpção, de accordo com as leis processuaes respectivas, que vigoraram no Imperio e que ainda nesse ponto vigoram na Republica...

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Quanto á autoria.

O Sr. CELSO BAYMA — O que estou dizendo não é opinião minha. É a lei quem falla. Portanto, estou dizendo o que é exacto.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Quem contesta que isto seja exacto?

O Sr. CELSO BAYMA — Estou, Sr. Presidente, fallando apenas com o auxilio da memoria. Alguns dos meus collegas fallaram com auxilio de notas e outros leram trechos trechos principaes dos seus discursos. O que eu estou dizendo póde ser immediatamente constatado e apurado com a leitura na parte criminal, do decreto n. 3.084, de novembro de 1898, que consolidou a justiça federal. Não tenho em mãos esse decreto, mas póde ser immediatamente requisitado para apuração da veracidade da minha affirmacção.

Peço licença á Camara para dizer que o meu pensamento no assumpto sujeito ao meu estudo repousa em uma tranquillidade boa fé e em uma lealdade indiscutivel.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Ninguem contesta isto.

O Sr. CELSO BAYMA — Mas ouvi apreciações que não quero reproduzir.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Da minha parte?

O Sr. CELSO BAYMA — De alguns representantes, com vagas allusões, parecendo que a Comissão fôra docil instrumento no parecer que formulára. Quero resarivar a minha conducta pessoal, pois a mim cabe indubitavelmente o peso da responsabilidade maxima como autor das considerações formuladas e Relator das conclusões unanimemente acceltas.

Devo, portanto, dizer quaes os elementos de presumpção que encontrei e que me pareceram accetaveis para a denuncia e peço permissão para dizer alto, desassombradamente.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Quanto a esta phase do processo todos estão de accordo. Trata-se de um ponto indifferente. Quanto á denuncia, porém, parece-me V. Ex.

se deixou impressionar pelos elementos de presumpção suficientes quanto á autoria.

O SR. CELSO BAYMA — Estou, apenas, começando a desenvolver o meu raciocínio sempre interrompido. Quero defender-me. Sou um profissional que vive ha mais de 25 annos lutando e combatendo nos tribunaes, defendendo direitos e interesses de toda a ordem. Com o amor ao direito e á liberdade, quando sente que está em jogo a honra, a dignidade e a sorte de um membro do Parlamento a que pertence, não me deixaria jámais suggestionar por insinuações de qualquer ordem, de qualquer natureza para formular um pensamento, um juizo que não resultasse de demorado estudo, de uma convicção profunda.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — V. Ex. é um profissional distinctissimo.

O SR. CELSO BAYMA — Digo perante a Camara, desasombradamente. Li varias vezes os depoimentos do capitão de mar e guerra Protopenes Guimarães, que não é nenhuma demencia, que até agora não foi submettido a exame de uma junta medica para prova da sua incapacidade physica ou moral. E o Sr. Protopenes Guimarães affirma que dirigia um vasto movimento contra o poder constituido, com o objectivo revolucionario de uma revisão constitucional. E' o que consta do seu depoimento.

E justamente o alludido official fazia allusão a provavel revolta de um dos couraçados da esquadra, como arma principal dos seus planos subversivos. E não podia deixar de impressionar profundamente uma declaração desta ordem, porque não obstante a descoberta da conspiração e consequente prisão dos seus membros principaes, um dos couraçados da esquadra poucos dias depois, certamente com o germe desse movimento fracassado insurgia-se contra as autoridades legaes.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Os depoimentos não dizem qual o navio.

O SR. CELSO BAYMA — Perdõe-me á Camara, este raciocínio. Estou dizendo o que me impressionou.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Extra-auto.

O SR. CELSO BAYMA — Na sua declaração, o commandante Protopenes não occulta o seu objectivo de fazer revolucionariamente a revisão, não de um ou alguns dos artigos da Constituição, mas da totalidade dos artigos da Constituição Política da Republica.

O SR. WENEESLÃO ESCOBAR — Diz isto o capitão de mar e guerra Protopenes Guimarães?

O SR. CELSO BAYMA — Basta ler-lhe os depoimentos nas suas linhas geraes. Não se limitando a assignar os seus depoimentos, mas acrescentando sempre que assume a responsabilidade das suas declarações, o Sr. Protopenes deixa certo o seu entendimento com o Sr. Azevedo Lima...

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — De que ordem?

O SR. CELSO BAYMA — ... sobre o movimento.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Podia ser contrario.

O SR. CELSO BAYMA — O Sr. Azevedo Lima pôde estar innocente. Pôdia ter sido contrario ao movimento que procurava subverter a ordem constitucional. Sou, porém, forçado neste instante a formar um juizo com o que está escripto. E o que está escripto fornece os elementos de presumpção a que se refere o decreto n. 3.084, de novembro de 1898.

O Sr. commandante Protopenes não limita as suas referencias ao nosso nobre collega Deputado Azevedo Lima, acrescenta ainda que recebeu uma carta do Sr. Azevedo Lima pedindo para que no movimento, o que foi confessado indirectamente pelo meu amigo Sr. Alberico de Moraes, ficasse consubstanciado o pensamento antigo de S. Ex. para a emancipação politica do Districto Federal.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — E essa carta não appareceu.

O SR. VICENTE PIRAGIBE — Declarou que o Sr. Azevedo Lima pediu que, no manifesto que ia dirigir á Nação, figurasse a autonomia do Districto. O manifesto não é movimento. Pôde-se dirigir um manifesto á Nação sem movimento revolucionario.

O SR. CELSO BAYMA — Estou, senhores, desenvolvendo o meu pensamento, commentando, com o auxilio da memoria, trechos dos depoimentos do Sr. capitão de mar e guerra Protopenes Guimarães, onde se encontram todos os elementos de presumpção, dentro da technica processual e jurídica, para se acreditar que os entendimentos havidos entre o mesmo official e o nosso nobre collega eram no sentido de rever subversivamente a ordem constitucional do paiz.

Ha ainda um outro depoimento, o do Sr. capitão-tenente Esculapio Cesar de Paiva, que affirma espontaneamente ter sido com a sua propria letra que se fizera a resposta

á carta do Sr. Azevedo Lima, sendo esta resposta assignada pelo commandante Protopenes.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Quanto á espontaneidade das declarações, não concordo com V. Ex.

O SR. CELSO BAYMA — Não sou juiz dessa espontaneidade. Estou em face de declarações feitas por dous officiaes de elevada patente. Não posso arrastar o meu raciocínio para conclusão differente, para acreditar que o Sr. commandante Protopenes e o Capitão-Tenente Cesar de Paiva tenham dito uma inverdade.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — E' porque V. Ex. não conhece a Policia.

O SR. CELSO BAYMA — Estou reproduzindo apenas as affirmações do Sr. Protopenes, e faço votos com V. Ex para que no summario de culpa possam ser destruidas taes affirmações.

O SR. VICENTE PIRAGIBE — Convém accentuar muito este ponto. O Capitão de Mar e Guerra Protopenes Guimarães declara que teve entendimentos com o Sr. Azevedo Lima sobre reforma constitucional. Entendimentos dessa ordem tenho eu tido com V. Ex. muitas vezes.

O SR. CELSO BAYMA — V. Ex. quer me obrigar talvez a ler o depoimento do Commandante Protopenes, quando eu não estou disposto a ler cousa alguma...

O SR. VICENTE PIRAGIBE — O Sr. Azevedo Lima apenas pediu para que no manifesto que o Sr. Protopenes ia dirigir á Nação, incluísse a autonomia do Districto Federal.

O SR. JOÃO SANTOS — E que autoridade tem o Sr. Protopenes Guimarães para dirigir manifestos á Nação.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — A autoridade que tem qualquer cidadão.

O SR. CELSO BAYMA — Não tenho querido descer a detalhes, pois entendo que não é nesta phase parlamentare que devemos estudar e procurar os indicios vehementes, mas sim os elementos de presumpção em que se pôde fundar o Procurador Criminal para offerecer a denuncia. E o meu illustre amigo Sr. Vicente Piragibe ha de me perdoar. S. Ex. não leu as declarações do Commandante Protopenes. Si as lesse integralmente como eu as li varias vezes já encontraria a pergunta que lhe foi feita si o Sr. Deputado Azevedo Lima sabia do movimento e a resposta affirmativa de que o movimento era conhecido do nosso nobre collega. Isto está escripto.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Mas isto importa em cumplicidade do Sr. Azevedo Lima?

O SR. CELSO BAYMA — Importa em uma revelação que, na forma da lei processual existente, autoriza a denuncia, para instaurar o summario, onde o accusado, com todos os elementos de defesa, e a justiça, com todos os meios de prova, podem destruir ou manter a revelação. Mas para isso é preciso a licença da Camara.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — O Governo já antes perseguia o Sr. Azevedo Lima e outros Deputados. Tu tambem sou revolucionario no dizer do Sr. Fontoura e sem apoio algum em qualquer dos depoimentos.

O SR. LINDOLPHO PESSÔA — Devemos, portanto, estudar esses depoimentos para não accusarmos injustamente o nosso collega.

O SR. CELSO BAYMA — Na phase actual da questão, nós só temos de examinar se ha elementos para a denuncia e não para a pronuncia. Pôde no summario de culpa posterior á denuncia ficar estabelecida a improcedencia da accusação, não se caracterizando nenhum dos indicios vehementes que autorizam a pronuncia. Deante, porém, dos actuaes elementos fornecidos á Comissão de Constituição e Justiça não era possivel outra conclusão que não a resultante do parecer que elaborei e que tive a honra de ver subscripto pelos meus eminentes companheiros da Comissão de Constituição e Justiça.

Não comprehendo, portanto, como se possa confundir esta phase da situação do Sr. Azevedo Lima em que se pede licença para a denuncia, com a outra em que a Camara vae se pronunciar sobre a procedencia dessa mesma denuncia, após as provas produzidas perante a magistratura a que se acham sujeitos os demais cidadãos. Confundir essa situação actual em que bastam elementos de presumpção, quando apenas se examina esses elementos...

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Mas sobre os elementos do delicto V. Ex. não fallou ainda.

O SR. CELSO BAYMA — Mas estou sendo constantemente interrompido e desviado para responder aos apartes proferidos.

Confundir, portanto, a phrase actual, com a futura que tem de chegar ao conhecimento da Camara, após o encerra-

mento do scenario, é baralhar completamente, senão propositalmente o assumpto para impressionar a opinião.

Mas pergunto á Camara. Si o parecer da Commissão de Constituição e Justiça dá licença apenas para a denuncia, nega a prisão preventiva, mas não prescinde do exame do summario...

O Sr. JOÃO SANTOS — Perfeitamente.

O Sr. CELSO BAYMA — Si a Camara tem de estudar mais severamente o assumpto após o periodo da formação da culpa, qual o prejuizo que resulta para o representante da Nação de ir perante esse summario, acobertado pelas immuniidades parlamentares, com as garantias do art. 19 do nosso Pacto Fundamental, esclarecer o seu direito, destruir essas accusações, demonstrando a improcedencia da denuncia formulada pelo Procurador Criminal da Republica, de accordo com as leis vigentes?

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Sim, em face do estado de sitio, com a Camara fechada após 31 de dezembro.

O Sr. CELSO BAYMA — Mas, Sr. Presidente, eu ainda exclareei o meu pensamento. E o parecer é bem claro. Mas se o direito do acusado fór porventura violado, não tem o Sr. Azevedo Lima a tribuna parlamentar para esclarecer o direito porventura violado?

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Não terá daqui a 20 dias, nem tribuna parlamentar, nem jornalística.

O Sr. JOÃO SANTOS — Mas a Camara não vae estudar essa formação da culpa em ultima instancia?

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Depois da violencia sofrida

O Sr. CELSO BAYMA — V. Ex. me interrompe a cada espaço pelo prazer de interromper, quando eu guardei o mais completo silencio deante dos oradores que me precederam.

O parecer que elaborei é o resultado de um estudo e de uma convicção. Não seria fâmais instrumento de qualquer ordem, para perturbar o direito e a liberdade de quem quer que seja, com essa preocupação constante que tenho do meu direito e da minha liberdade.

O Sr. PLINIO CASADO — Faça a devida justiça a V. Ex.

O Sr. CELSO BAYMA — Por tanto, quando desenvolvo o meu pensamento nesse assumpto, procuro amparar-me nas leis, cercando os accusados de todas as garantias e meios de defesa.

Fundo-me unicamente nos elementos de presumpção que nos foram fornecidos. Quanto aos outros elementos de convicção cabe serem apreciados na outra phase parlamentar do processo.

De accordo com a conclusão proposta pela Commissão de Constituição e Justiça, o Deputado não pode ser processado sem licença da Camara, e não pôde ser posteriormente pronunciado sem que a Camara preliminarmente resolva sobre a procedencia da accusação, salvo se o acusado optar pelo julgamento immediato.

O Sr. JOÃO SANTOS — Houve o maior escrúpulo por parte da Commissão em respeitar as immuniidades parlamentares.

O Sr. CELSO BAYMA — Sr. Presidente, ouvi, por exemplo, o nobre representante pelo Rio Grande do Sul invocar constituições estrangeiras. Li-as todas, — não podia deixar de as ler. Nenhuma constituição do mundo, estabelece preceitos garantidores como a nossa. Só a constituição argentina della se approxima, não permitindo que o Deputado seja processado mesmo preso em flagrante delicto por crime inafiançavel, sem a licença da respectiva Camara. Em que constituição do mundo temos uma disposição tão liberalmente estabelecida?

O Sr. PLINIO CASADO — Só mais ou menos a Constituição argentina, nos arts. 61 e 62 e a uruguayana nos arts. 50 e 51.

O Sr. CELSO BAYMA — Porque, pois, havia eu de perder o meu tempo em fazer um estudo em outros paizes sobre immuniidades parlamentares, quando o nosso direito constitucional já constituido é inteiramente differente e assegura amplamente o gozo de immuniidades desde o recebimento do diploma até a nova eleição? Com taes seguranças e garantias, a pronuncia e a condemnação só podem surgir deante da evidencia á mais absoluta.

Devo ainda uma explicação á Camara. Solicitando a audiência dos Deputados sobre o pedido de licença e respectivos documentos que o acompanhavam, o fiz em obediencia ao preceito constitucional que estabelece a opção, permitindo ao representante da Nação escolher o julgamento immediato, si porventura o julgamento politico não lhe convier por qualquer motivo.

O Sr. GILBERTO AMADO — Orgulho penal, por exemplo.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Ou pela consciencia da sua innocencia.

O Sr. CELSO BAYMA — Não vi, Sr. Presidente, formulado por nenhum dos oradores que me precederam nenhum argumento que destruísse a procedencia juridica do parecer. O que se fez hoje aqui foi um exame do processo, como se esti-

vessemos em vespuras de pronuncia, examinando a procedencia da accusação.

Não é este, porém, o momento para assim proceder. Trata-se de examinar simplesmente o pedido de licença, onde a queixa ou a denuncia se pôde basear em simples elementos de presumpção.

O summario é quem vae esclarecer a situação do accusado, destruindo ou confirmando a accusação.

Mas é ainda a Camara chamada constitucionalmente a se pronunciar sobre esse summario, na proxima sessão, no proximo anno, com mais calma, com mais repouso para ajuizar dos factos passados no anno anterior.

O Sr. JOÃO SANTOS — E terá outros elementos de convicção.

O Sr. CELSO BAYMA — E quem sabe si o nosso nobre collega Dr. Azevedo Lima não conseguirá no summario destruir todas as accusações formuladas?

Perdoe-me a Camara a insistencia com que defendo as conclusões do parecer que tive a honra de elobarar.

O parecer é perfeitamente constitucional. Está dentro das regras do nosso pacto fundamental, assegurando ao representante da Nação o gozo das suas immuniidades durante toda a phase do processo, até o novo pronunciamento da Camara. (Ha varios apartes que interrompem o orador.)

Acredito, Sr. Presidente, que o parecer da Commissão de Constituição e Justiça nos termos em que se acha formulado, resalvando a dignidade do parlamento, procura conciliar os direitos do representante da Nação, as immuniidades decorrentes dos artigos 19 e 20 da constituição com os supremos interesses da justiça. (Muito bem; muito bem. O orador é vivamente felicitado e abraçado.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1924 (*)

O Sr. Basilio de Magalhães — Sr. Presidente, o intuito principal do meu discurso é a apresentação de um projecto que estabeleça novas normas para o processo eleitoral da Republica, particularmente o voto secreto e o voto obrigatorio.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Muito bem.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Antes, porém, preciso de cumprir um dever, qual o de exprimir o mais sincero agradecimento ao meu nobre collega, Sr. Adolpho Bergamini, pela gentileza que lhe aprouve fazer-me, citando-me tão benevolmente no seu discurso de 26 do corrente, a proposito dos Patronatos Agricolas.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — V. Ex. me permita: não devia agradecimento algum. Eu é que me senti muito honrado em poder fazer a citação do valioso trabalho apresentado por V. Ex. e informar á Camara que um dos seus mais illustres membros se tem preocupado, com a dedicacão, intelligencia e cultura de V. Ex., a um problema que reputo primordial da nossa nacionalidade.

O Sr. FRANCISCO PEIXOTO — Muito bem.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — E' tão raro fazer-se justiça ao trabalho dos idealistas, como eu, que ainda me considero na alta obrigação de tornar explicito o agradecimento a que me referi.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E' bondade de V. Ex.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Disse S. Ex. que eu: «antes de ser politico, de ser representante do povo do Estado de Minas, dedicava minha attentão, minha observação, ao magno problema da infancia em nosso paiz».

Devo, comtudo, declarar á Camara que, não obstante estar todo de corpo e alma entregue á cruzada civica de reerguimento da minha terra natal, mesmo assim não desertei daquella outra cruzada, da qual sempre fui um pequeno apostolo, a de defender as creanças abandonadas, as quaes, na phrase expressiva de Henry Joly, são muitas vezes «orphãos que tem paes vivos». (Muito bem.) E não posso comprehender que os córtes projectados no orçamento da Agricultura attingissem até aos Patronatos Agricolas, onde se educam e onde se abrigam essas creanças que, si não forem ahí educadas e abrigadas, constituirão, mais tarde, delinquentes *in fieri*, e virão a tornar-se fardos sociaes, si ficarem entregues á miseria moral do seu proprio destino.

O Sr. SIMÕES LOPES — V. Ex. dá licença para um aparte. Os Patronatos estão concorrendo para a regeneração dessas creanças, de tal maneira que não citarei casos para não offender melindres pessoas, susceptibilidades. Pôde-se, porém, declarar positivamente que é uma conquista das mais extraordinarias que nós temos em materia de assistencia publico. (Muito bem.)

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — V. Ex. é tanto mais autorizado para affirmar-o, quanto é certo que honrou a patria

(*) Reproduz-se por ter sahido, com incorrecções.

da Agricultura, á qual cabe a direcção desses Patronatos Agrícolas.

O SR. FRANCISCO PEIXOTO — Parece que ahí estão todos de accordo.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — E acredito que o proprio Relator.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Em 1913 publiquei na *Gazeta de Noticias*, desta Capital, uma série de artigos, que naquelle mesmo anno enfeixei em volume, com o titulo «Tratamento e educação das creanças anormais de intelligencia»; e, mais tarde, tive ensejo de escrever uma these para o 1º Congresso Sul-Americano da Creança, tratando ainda do assumpto da infancia abandonada em nosso paiz.

Mas, Sr. Presidente, ainda ha a esse proposito uma circumstancia que merece constar dos *Annaes* desta Casa. E' que, tendo fallecido o Sr. Senador Alcindo Guanabara, um dos espiritos mais illustres que nossa Patria ha produzido, e que tratara daquelle assumpto no Senado da Republica, devemos ao integro desembargador Nabuco de Abreu e a este benemerito brasileiro que é Moncorvo Filho (*apoiados*), a iniciativa de uma série de sessões, nas quaes tive a honra de tomar parte, estudando aquelle problema de palpitante interesse para nossa Patria e que ainda não recebeu uma solução definitiva.

O SR. EPHIGENIO DE SALLES — Não se esquecendo igualmente da acção desenvolvida pelo ex-Deputado Dr. Fausto Ferraz, a quem devemos a instituição dos Patronatos.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Exactamente. Ao bello espirito e ao esforço do ex-Deputado e meu prezado amigo Dr. Fausto Ferraz é que se deve a criação do Patronato ou Escola Agricola de Santa Rita de Passa-Quatro, em Minas, dirigido por elle proprio ou por um de seus filhos.

O SR. SIMÕES LOPES — Foi o creador do Patronato Campos Salles, que está prestando optimos serviços em Minas Geraes.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Tenho ainda, Sr. Presidente, outro assumpto da mais alta relevancia a tratar, antes do motivo essencial que me trouxe á tribuna.

Recebi, hontem, 27, o seguinte telegramma, vindo de Guaruapuava, no Estado do Paraná:

«Em face do substitutivo do Relator da Commissão de Agricultura e do parecer favoravel da Commissão de Finanças, peço ao meu nobre compatriota estender a brilhante defesa, produzida em favor da Inspectoria do Paraná e Santa Catharina, ao conjunto da obra, cujo patrono deve ser neste momento invocado como o guia maximo da defesa que o seu bello patriotismo organiza no Congresso da Republica contra os inimigos da causa nacional do indio.

Devemos queimar o ultimo cartucho nessa defesa e só entregar o reducto depois de completamente aniquilados. Confiar aos Estados a sorte do indio é amarral-o ao pelourinho da desgraça em que o encontrou o Governo Federal, quando iniciou a organização do serviço, nas treze circumscripções federativas, onde ainda existem indios amontoados no estado nomade.

Nesses Estados, com a excepção unica do Rio Grande do Sul, que reconheceu plenamente o direito dos nossos selvagens, — são estes victimas da ganancia dos penetradores de suas terras, onde são, na maioria dos casos, manietados pelos interesses politicos regionaes, com flagrante violação do mais sagrado direito do primitivo habitante desta Terra de Santa Cruz. E' contra a violação desse direito que o Serviço de Protecção Republicana aos Indios protesta e combate; mas tal violação seria completamente favorecida, si, por desgraça maior dos nossos patricios selvagens, fosse a sua sorte entregue aos azares das administrações regionaes.

Apellemos, portanto, para o nobre patriotismo dos legisladores da Republica. — General Rondon».

Nada mais precisaria eu dizer, Sr. Presidente, depois da leitura desse despacho; mas sou compellido a consignar o profundo desgosto, a menarravel tristeza que se apoderou do meu espirito de republicano e de patriota, quando se me ensejou ler, no *Diario Official*, o substitutivo do nobre representante de Goyaz, ao projecto apresentado por alguns illustres representantes do Paraná e de Santa Catharina e, mais ainda, ao ver o parecer favoravel de toda a Commissão de Finanças a esse substitutivo.

V. Ex. não ignora, Sr. Presidente, que o estadista incomparavel, aquelle que encorou muito de alto, no seu conjunto, os destinos da patria brasileira — José Bonifacio, o patriarcha da Independencia, foi quem traçou com mão de mestre o programma, já mais cumprido pela Monarchia e iniciado apenas pela Republica, da incorporação dos selvagens na civilização nacional. E' para a memoria do egregio brasileiro que devemos appellar neste momento, e, como o sangue delle pulsa nas

veias do nobre leader da maioria desta Casa, ousou dizer que, si a mão de S. Ex. não tremeu ao assignar esse parecer favoravel, devem ter tremido no jazigo em que repousam os ossos de José Bonifacio, o patriarcha da Independencia! Com effeito, os ossos indios, uma vez entregues aos governos estaduaes, ficarão completamente abandonados, porque, pelo regimen do substitutivo, teremos a mais alguns eleitores para favorecer a politica dos Governos dos Estados, porém não teremos mais essa dedicacão immensa, esse excelso espirito de sacrificio que tem sido o lemma norteador de todo o serviço de protecção aos indios, desde que foi inaugurado, até á hora presente.

O SR. JOÃO DE FARIA — Os intuitos da Commissão não foram esses.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Mas os resultados serão.

O SR. JOÃO DE FARIA — Os Estados tem mais competencia para fazer o serviço do que a União; tem interesses immediatos nesse serviço.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Mas não o fizeram, como não fizeram até agora outros serviços tambem importantes.

Reconheço que o intuito dos meus nobres colegas, que fazem parte das Commissões de Agricultura e de Finanças não foi esse, mas os resultados, fatalmente, serão os que estou apontando. Ainda não temos sequer estatística da população indigena, mas sabe-se que Goyaz é o Estado que tem a população selvicola mais numerosa. E seja-me licito admirar-me de que a um nobre representante de Goyaz tenha cabido a tarefa de formular o substitutivo, quando aquelle Estado não se acha em condições de resolver, nem mesmo com o auxilio da União tão grave problema.

O SR. JOÃO DE FARIA — Em S. Paulo, todo serviço federal é inferior aos serviços mantidos pelo Estado.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — V. Ex. deve comprehender que o Serviço de Protecção, como está organizado, exige ainda melhorias consideraveis. Posso informar á Camara que o encarregado da Inspectoria de S. Paulo não dispõe de verba, pequena sequer, para sahir daquelle Estado e chegar até Goyaz. Como é possível fiscalizar o serviço ou realizar a assistencia em semelhantes condições?

Não podendo estender-me sobre o assumpto, Sr. Presidente, limito-me a declarar que saberei cumprir o meu dever de republicano e de patriota, attendendo, além disso, ao appello que acaba de ser dirigido a esta Camara por esse brasileiro, que não é mais somente uma gloria do patrimonio nacional, mas do patrimonio da America e do Mundo, o general Rondon (*apoiados*), para que volva, nesta Casa, a impugnar o projecto, quando for posto em debate.

Sem que vise a melindrar as nobres Commissões de Agricultura e de Finanças...

O SR. FIDELIS REIS — A Commissão rendeu merecida homenagem ao general Rondon.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — ... produzindo apenas um acto de justiça.

... assinalarei que as duas Commissões, ao assignarem, a primeira, o substitutivo, e a segunda o parecer favoravel ao substitutivo, fizeram a mesma cousa que o medico que, em se aproximando de enfermo com um braço grangrenado, decapita logo o doente, em vez de amputar o membro infectado. Sim, porque, si havia qualquer irregularidade na Inspectoria de Santa Catharina e Paraná, que fosse ella reformada, que se lhe fizesse até um corte radical, mas que não se extinguisse o serviço, que é, afinal o que se vae realizar, entregando-o aos Estados.

O SR. EPHIGENIO DE SALLES — Acho que o caso deveria ser confiado a ordens religiosas, porque o fazem como verdadeiro sacerdocio.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Porque não o fizeram ellas?

O SR. NELSON DE SENNA — V. Ex. me permite um apurte? O nosso Estado tem um serviço de catechese de indios com muita proficuidade, na colonia de Itambacury, que hoje constitue municipio autonomo, catechese que devemos a Frei Seraphim de Gorizia e a Frei Angelo de Sassoferrato, este ainda vivo, feita desde 1870 de varios indios da nação botocuda.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Eu citaria tambem Frei Gil de Villanova, em Goyaz.

O SR. NELSON DE SENNA — Eu me refiro ao Estado de Minas Geraes, porque acho injusto o telegramma dizendo que os Estados tenham abandonado por completo esse serviço. Em Minas o serviço é cuidado. (*Apoiados*.)

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — E' que esse serviço não teve organização regular, nem por parte das provincias da monarchia, nem dos Estados da Republica.

O que me admira é que ao espirito de meu illustre collega, espirito saturado das tradições do nosso Estado, não occorresse tambem o nome de Guido Thomaz Marlière, que sem trazer batina e estarenha, lá esteve empenhado na

sertão, realizando a mais assombrosa catechese de Minas, que foi a dos selvagens do rio Doce.

O SR. NELSON DE SENNA — Referi-me á actualidade. Não podia alludir a Marlière, que actuou em Minas no Reinado de D. João VI, e morreu deixando um nome benemerito que muito o honra. Relembrarei, entretanto, que, por minha iniciativa, suggeri ao Governo do Estado homenagear a memoria de Thomaz Marlière, no municipio do Prata, o que deu logar a que o nosso illustre collega Sr. Mello Franco rendesse igual homenagem em uma bella monographia. Referi-me á actualidade; não podia, pois, alludir a catechese já feita no Estado de Minas Geraes, catechese que eu desejo seja feita sem espirito sectarista. Não importa isso em desconhecer os serviços da missão Rondon; longe de mim desconhecel-os.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Não contesto a existencia de casos isolados de boa e efficaz catechese catholica, mas o que é preciso reconhecer é que, quo. durante o imperio, quer agora durante a Republica, o serviço prestado aos indios pelos religiosos não pôde ser comparado com o perfeitamente organizado pelo Governo Federal, não destinado á catechese, porque não ensina doutrina alguma, mas destinado á protecção dos selvagens; e precisamente a esse serviço, conforme tive ensejo d eprovar a esta Camara, é que se deve o desbravamento de grandes zonas dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catharina, onde a pacificação dos selvicosas é imprescindivel á expansão da colonização estrangeira.

Um dos proprios signatarios do projecto em que se propoz a extincção da Inspectoria de Indios do Paraná e Santa Catharina, o Sr. Deputado Adelpho Konder, não contestou, ao contrario tornou bem saliente nesta Casa que a um funcionario do Serviço de Protecção aos Indios, a um descendente de Caxias, o Sr. Eduardo de Lima e Silva, é que se devia o desbravamento de um longo trecho sertanejo de Santa Catharina, para que ali não só se possibilitasse a lavoura, como tambem surgissem nucleos civilizados.

O SR. JOÃO DE FARIA — Os Estados não ficam prohibidos de contractar, por exemplo, o general Rondon para superintender o seu serviço de protecção.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Sim. E é bem possivel que o queiram fazer; mas creio que o mais acertado, o que a Comissão devere ter feito, era ouvir, antes de mais nada, não só o Sr. Ministro da Agricultura, como tambem o proprio general Rondon, para que se formulasse um projecto que salvaguardasse os direitos dos nossos selvagens, como elles merecem, como primitivos donos de nosso paiz, e que assim se tratasse de resolver o problema pela maneira mais condicente com o dever moral e com o futuro da Nação.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Com a unidade da raça.

O SR. JOÃO DE FARIA — Melhor seria confiar isso aos Estados.

Mas a unidade, em um paiz como o nosso, com tribus tão differentes, seria difficil. Cada Estado terá a sua especialidade.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Como tive ensejo de dizer, volverei ao assumpto, quando o projecto entrar em discussão na Casa.

Agora, passo ao ponto capital do meu discurso. Vou ler, em primeiro logar, o projecto que tenho a honra de apresentar á Camara:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Dez dias antes do designado para qualquer eleição, serão remettidos aos presidentes das mesas eleitoraes, pelo juiz da 2ª Vara no Districto Federal e pelos juizes seccionaes e seus supplentes em exercicio, nos Estados e municipios, envelopes de papel branco e opaco, de dez centimetros de altura por doze de largura, em numero superior de um terço ao dos eleitores constantes do alistamento.

§ 1.º Os envelopes serão fornecidos por conta da verba destinada a despesas eleitoraes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, já com a indicação impressa da eleição a que se tiver de proceder, e levarão a chancellia da autoridade que os remetter.

§ 2.º O presidente da secção eleitoral accusar-lhes-ha immediatamente, por officio, o recebimento, e, no dia da eleição, dispol-os-ha sobre a mesa em que tem assento e da qual irão sendo retirados pelos eleitores, para o encerramento das respectivas chapas.

Art. 2.º Haverá no recinto de cada secção eleitoral uma ou duas mesas, guarnecidas de madeira até dous metros de altura em tres dos seus lados e collocadas a sufficiente distancia dos mesarios e do publico, afim de que o eleitor possa, sem ser observado, encerrar no envelope official a chapa que já tiver feito ou que escolher então.

Parapho unico. Antes de iniciar-se a chamada dos eleitores, o presidente da secção receberá, quer dos chefes de partidos, quer dos candidatos avulsos que pleitearem a eleição, ou

dos procuradores dos mesmos, as chapas a esta destinadas, e acompanhado dos fiscaes, si os houver ou dos mesarios, dispol-as-ha separadamente, em pontos bem visiveis, sobre a mesa ou mesas de que cogita este artigo.

Art. 3.º Não será admittido a votar o eleitor cuja cedula não tiver envelope official ou confiver signal distinctivo, assim como o que não se dirigir á mesa secreta.

Art. 4.º Não será apurada a cedula que confiver mais de uma chapa, bem como a que apresentar nomes riscados.

Parapho unico. Será, todavia, apurada a cedula com chapa manuscrita ou impressa, em que o eleitor haja acrescentado um ou mais nomes, sem risco algum, desde que o numero de candidatos constantes da chapa não exceda o previsto na lei, ou desprezados os excedentes, si os houver.

Art. 5.º O presidente da secção providenciará no sentido de não permittir que o eleitor permaneça junto á mesa secreta mais de que o espaço de tempo estritamente necessario á escolha da chapa e ao encerramento desta no envelope.

Art. 6.º Tanto os funcionarios publicos civis, quanto os officiaes das forças armadas de terra e mar, que ainda não forem eleitores, são obrigados, dentro do prazo de 30 dias após a publicação da presente lei, e sob pena de perda de todos os direitos politicos, a inscrever-se no alistamento eleitoral do districto em que residirem.

Art. 7.º A partir da data da publicação da presente lei, não será nomeado para nenhuma função publica quem não exhibir prova de ser eleitor.

Parapho unico. Exceptuam-se apenas os estrangeiros contractados para o serviço temporario de funções especiaes.

Art. 8.º Ao eleitor que, sem motivo justificado por escripto perante o presidente de sua secção eleitoral, não votar em qualquer eleição effectuada no districto de sua residencia, serão impostas successivamente as seguintes penas: 1.º, censura publica, por haver deixado de cumprir o seu dever civic; 2.º, multa de 50\$, si se tratar de segunda falta injustificada; 3.º, multa de 100\$, no caso de nova reincidencia ou contumacia.

§ 1.º As penas a que se refere este artigo serão impostas e publicadas editalmente sete dias após a eleição; a primeira, pelo presidente da secção eleitoral; a segunda e a terceira pelo juiz da 2ª Vara, no Districto Federal, pelos juizes seccionaes nas capitais dos Estados e pelos seus supplentes em exercicio nas sedes de municipios, mediante denuncia escripta de qualquer mesario ou fiscal, ou ainda de qualquer eleitor da secção, comprovada por certidão gratuita do secretario da mesa eleitoral.

§ 2.º Da imposição das multas haverá recurso para o juiz do alistamento eleitoral, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da publicação do edital.

§ 3.º Fimdo o prazo de 30 dias, sem que tenha sido interposto o recurso, ou não provido este, serão as multas cobradas executivamente, applicando-se o producto liquido das mesmas ás despesas eleitoraes.

Art. 9.º Tanto os officiaes das forças federaes, quanto os das milicias estaduais, activos ou reformados, não poderão votar, nem fiscalizar pleitos eleitoraes, sinão vestidos á pazana.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das sessões, 28 de novembro de 1924. — *Basilio de Magalhães.*

Este projecto, Sr. Presidente, foi redigido antes de ser dado á estampa, no *Diario Official*, o que diz respeito ao Districto Federal, e para isso poderia eu invocar o testemunho do meu illustre amigo e nobre companheiro de bancada, Sr. Dr. Affonso Penna Junior, a quem tive ensejo de mostrar-o no começo do corrente mez. Mas em nada me sentiria eu diminuido, caso houvesse recebido a influencia do projecto apresentado com relação ao Districto Federal.

Ora, Sr. Presidente, de duas uma: ou o projecto concernente ao Districto Federal constitue uma especie de medida vexatoria para o mesmo — e não sei porque tornar este Districto o "bóde expiatorio" de medidas excepcionaes...

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Muito bem.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — S. Ex. podia mesmo dizer: o «anima vilis» dessa experiencia.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — ...ou enchea medidas de alta magnitude...

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — E devem ser generalizadas...

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — ... e devem ser generalizadas, devem extender-se a todo o paiz.

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — Mesmo porque a igualdade é um dos principios primordiales do regimen.

O SR. AUGUSTO DE LIMA — A materia eleitoral é materia nacional. A unidade do regimen eleitoral é um dos laços mais estreitos da Federação.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Devo dizer, — para que possa defender a minha attitude, vindo, sem autoridade (não apoiados), como aquella que tem tantos outros representando...

tes da Nação nesta Casa, tratar do assumpto. — que elle me preocupava já de alguns annos a esta parte. Assim, no trabalho "O grande docente da America do Sul", eu havia dito em 1915:

"Com o advento do actual regimen, que estabeleceu o suffragio universal, proliferaram mais agudamente os indecorosos vicios eleitoraes do Imperio, sem que tenha até hoje apparecido reforma salutar que lhes ponha cõbro."

Si eu, Sr. Presidente, pudesse elaborar um projecto de reforma eleitoral consoante com aquellas idéas elevadas que Mauri, não só nos grandes pensadores, como nos especialistas que melhor tem ventilado estas importantes questões nos paizes cultos, não seria esse, que hoje tenho a honra de apresentar á consideração desta Casa; seria outro muito diverso. Mas eu encontraria um embaraço fundamental nos arts. 28, 36 e 47 da Constituição da Republica, que exigem que os Deputados e Senadores, o Presidente e o Vice-Presidente da Republica sejam eleitos mediante o suffragio directo. (*Muito bem.*) Do contrario, o projecto que eu teria a honra de apresentar á Camara, seria o do systema gradual ou da eleição indirecta, em que se enquadraria até um elasterio muito mais amplo para o caso do regimen municipal.

Assim, todos os individuos maiores de 21 annos, nacionaes ou estrangeiros, alfabetos ou analfabetos, teriam o direito de comparecer ás urnas, nos municipios, e ahi elegeriam os vereadores, que elles conheceriam pessoalmente, e que poderiam, assim, seleccionar com facilidade e consciencia, afim de confiar-lhes os destinos de sua eddidade. Esses vereadores, assim escolhidos conscientemente por todos os cidadãos activos do municipio, é que teriam então, com capacidade e independencia, o encargo de escolher os Deputados e Senadores ao Congresso Nacional, o Presidente e Vice-Presidente da Republica. Porque, na realidade, o que temos, Sr. Presidente, não passa de voto inconsciente da massa eleitoral.

O assumpto é de tanto relevo que implica questões a que quasi poderíamos applicar o qualificativo de transcendentos.

Assim, o projecto apresentado, com relação ao Districto Federal, inseriu, pela primeira vez em nosso paiz, um principio de grande vulto, que é o da representação das classes. Mas não tardarão a surgir os protestos, porque muitas dellas não foram contempladas.

Outra magna questão, já ventilada pelo egregio espirito de Ruy Barbosa, da qual não se cogitou, nem no projecto apresentado, relativamente ao Districto Federal, nem no que tenho a honra de offerecer á esta Casa, neste momento, é a do registro civil eleitoral da Republica, isto é, que todo o cidadão, ao alcançar 21 annos de idade, seja implicitamente alistado.

O Sr. HENRIQUE DODSWORTH — V. Ex. permite-me um aparte? Pelo voto cumulativo, essa representação de classes poderá ser feita, sem descontentamento algum. O que tem acontecido é que as classes não se tem interessado pelo alistamento eleitoral, de maneira que não tiveram força para eleger um representante seu. Mas, desde que ellas se interessem, havendo o voto cumulativo, poderão fazel-o.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — E' um ideal da politica moderna a representação das classes, porque, na realidade, segundo a expressão feliz de Oppenheimer, os partidos não passam de representações organizadas das classes, isto é, de órgãos politicos representativos das classes.

O Sr. CESARIO DE MELLO — O suffragio universal importa, de facto, na diminuição do senso do voto, mas com o suffragio directo, pela forma que V. Ex. defende, de se estender o direito de voto ao analfabeto, esse senso seria do mesmo modo diminuido.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Mas nós temos uma grande massa de eleitores que mal sabem assignar o nome...

O Sr. CESARIO DE MELLO — Mas que obedecem á orientação de politicos de senso.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Demais, não basta saber assignar o nome, para que o individuo tenha a consciencia da escolha. Ha vista a Mahomet, que foi analfabeto, mas que foi um grande reformador.

O Sr. FRANCISCO PEIXOTO — Prova de mais.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Bastava que o individuo analfabeto comparecesse ás urnas e, deante de duas testemunhas, dissesse: eu escolho fulano para vereador do meu districto.

Conheci em Campinas um commerciante e banqueiro italiano, que não sabia sequer ler e escrever, e, no entanto, possuia e geria cerca de quatro mil contos, com grandes interesses no municipio em que residia.

Eu me referi apenas incidentalmente á representação das classes. Acho que essa representação de classes ha de vingar no futuro. E' isso até indispensavel e fatal, de accordo com a conceituação que a sciencia politica estabeleceu para a organização dos partidos.

O Sr. SIMÕES LOPES — Aliás, ella já vingou em alguns paizes europeus, como a Inglaterra e a França, mais ou menos.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Só pôde vingar pelo suffragio directo.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Perfeitamente. E' preciso que se diga que V. a certo aspecto, tem sido muito injusta a critica ao suffragio universal, porquanto mesmo que cidadão, que mal sabe assignar o seu nome, compareça ás urnas e dê inconscientemente o seu voto, elle representa uma idéa-força, na communhão social.

Mas vou, para fundamentar o meu projecto, indigitar muito succintamente as causas do absentismo politico, que me levaram a cogitar dessa questão importante do voto secreto e obrigatorio.

Pensam alguns, creio que erradamente, seja a fraude, tanto a fraude nas urnas, como a chamada "fraude dos reconhecimentos", a causa do afastamento da porção selecta do eleitorado dos comicios em que se decidem os destinos da Republica.

Mas, Sr. Presidente, não é essa a causa unica ou essencial; e, para reconhecê-la, basta-nos recorrer a toda a historia do Imperio. Não é a causa fundamental, porquanto em toda a politica do Imperio floresceu, campeou francamente a fraude, e, entretanto, os eleitores corriam ás urnas atraídos pela dramaticidade dos pleitos, que se transformavam frequentemente em verdadeiros tumultos, alguns até por vezes sanguinolentos.

Não foi, portanto, a fraude o motivo que determinou o actual absentismo politico, que devemos evitar e combater. Foi, principalmente, um motivo economico: foi, como bem pondera o erudito sociologo patricio, Sr. Oliveira Vianna, em seus "Pequenos estudos de psychologia social", o desaparecimento quasi completo do antigo prestigio dos senhores de engenho do norte, dos donos das fazendas cafeeiras ou cerealíferas de S. Paulo e de Minas; foi a diminuição das rendas dos representantes dessas classes ruraes; foi, enfim, o phenomeno da abolição que trouxe abruptamente essa inversão politica, pondo em evidencia o plebeu e afastando da actividade politica o *landlord*, que era o caudillo eleitoral da zona sertaneja, e que ahi timbrava em exercer outr'ora a acção de conductor de homens.

Um Sr. DEPUTADO — V. Ex. precisa então diminuir o coefficiente da representação...

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não vem ao caso a questão do coefficiente, porque naquelle tempo o regimen era o do censo alto, e agora é o do suffragio universal.

O processo eleitoral, mesmo com o censo alto, não melhorou. Pôde-se asseverar que a lei Saraiva, da eleição directa, só produziu effeito salutar no inicio de sua execução. Logo depois, era ella burlada, tanto aqui quanto nos sertões...

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — No primeiro anno, foi até derrotado um ministro; mas, nos pleitos posteriores, só foram reconhecidos os designados pelo Governo.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não desejo revolver sepulturas, mas a historia é implacavel nos seus julgamentos. Para ella, não ha vivos nem mortos. Não ha quem ignore que um conselheiro da Monarchia, aliás a tantos aspectos digno da nossa veneração, foi conhecido pela denominação popular de *pae da fraude*, porque, na propria assembléa do Imperio, foi certo dia encontrado junto ao relógio, adeantando-o para fazer reconhecer seus amigos sem o concurso da opposição. E sabe-se o que aconteceu em Goyaz, quando o governo fez questão de eleger por alli representante da Nação a um filho do Sr. conselheiro Andrade-Figueira...

O Sr. SIMÕES LOPES — Não contesto. A corrupção era tambem enorme nesse tempo.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — E proclamou-se a Republica exactamente para regenerar o povo das mazelas do Imperio.

O Sr. SIMÕES LOPES — Basta lêr os artigos assignados por Suetonio.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não se trata, portanto, de explicar o absentismo politico, apenas pela fraude, quer no processo eleitoral das urnas, quer no reconhecimento de poderes. Ella é apenas uma das causas.

A transformação economica é que constitue o epiphomeno. Deixando-o assignalado, farei referencia a outra causa do actual absentismo eleitoral, a outra causa que se reveste da maior importancia, e é a inexistencia de partidos politicos.

O Sr. HENRIQUE DODSWORTH — E' a inexistencia da educação politica.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — E' a falta de educação politica, — diz muito bem o meu illustre collega, — porque, toda vez que a Nação é sacudida em seu indifferentismo pela irrupção de idéas, como vimos na campanha chamada "civilista", observámos como todos sahiram de seus lares, correndo ás urnas em defesa dos principios que acalentavam a bem da Patria.

O Sr. CESARIO DE MELLO — No Districto Federal, emquanto o Prefeito não fór da confiança do povo, os partidos não se organizarão.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — E' essencial que se organizem esses partidos. Sob a Monarchia, a paz interna só logrou existir realmente depois que o monarcha conseguiu estabelecer o rotativismo entre liberaes e conservadores, o que só se realizou a partir de 1850, isto é, depois da inaugura-

lada a ultima tentativa revolucionaria que teve por chefe Nunes Machado, em Pernambuco. Era a victoria do *spoils system*, isto é, da derrubada, porque o partido que estava na opposição ansiava por chegar ao poder e collocar seus amigos nas posições que almejavam.

E' preciso que surjam os partidos com bandeiras desfraldadas e principios definidos. Disso temos um exemplo frizante no Estado do Rio Grande do Sul. Seja-me perdoado o ainda uma vez citar um pequenino trabalho meu.

Convidado para escrever uma summaria monographia sobre a evolução politica do Brasil, monographia destinada a essa empresa gigantesca do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, do qual tenho a honra de fazer parte, qual a do "Dicionario Historico Geographico e Biographico do Brasil", nella se me ensejou o indagar porque, depois de mais de 30 annos de vida republicana, ainda não temos dous partidos como os que se degladiam na grande Republica Norte Americana, e porque não encontramos em nenhum Estado da União dous partidos que mereçam tal nome, dous partidos em luta franca nos comicios, eleitoraes, como os que existem no Rio Grande do Sul. Seja como for, tenham os defeitos que tiverem, elles estão arrancando o camponio e o estancieiro, o peão e o cavalleiro, o pobre e o rico, das cidades e das cochilhas, para que venham, ou perante as urnas, ou mesmo dolorosamente nos campos de batalha, defender ideaes politicos.

Pierre Denis, no seu trabalho sobre o "Brasil no seculo XX", já havia observado esse phenomeno, notando que os sulriograndenses disputavam os cargos electivos como quem está travando luta feroz em raso campo de batalha...

Mas, ao menos, ali, não ha a modorra, o lethargo, a indifferença, a preguiça; existe um povo que vibra e peleja, e que está destinado, por isso mesmo, a fazer vingar por si proprio a gloria de sua destinação na historia.

O Sr. SIMÕES LOPES — No Rio Grande do Sul, cerca de dez por cento da população é alistada. É facto um tanto virgem na historia eleitoral do Brasil.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não ha duvida que só o surto de partidos organizados, com bandeiras desfraldadas, com ideaes definidos, é que pôde trazer para a nossa Patria um periodo auspicioso de reerguimento politico e ao mesmo tempo fazel-a attingir aquella paz que nós tanto desejamos.

Mas a paz só poderá surgir no dia em que a vontade do eleitor, manifestada nas urnas, seja respeitada.

Os Srs. ADOLPHO BERGAMINI, HENRIQUE DODSWORTH E OUTROS Srs. DEPUTADOS — Muito bem.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não ha quem ignore que o pequenino Uruguay vivia em um tremendo estado de luta aberta entre *blancos* e *colorados*.

Pois bem, é de um eminente cidadão uruguayo o seguinte: "Nós outros, uruguayos, viviamos em revoluções. A nossa nação se dividia em dous partidos inimigos: os *blancos* e os *colorados*. Quando um delles detinha o poder, o seu objectivo principal era suffocar o outro. Então, o partido que estava por baixo, proscripto, pária ou proditor na sua propria terra, vivia machinando revoluções. Era a unica valvula de desabafo que lhe restava. Mas, um dia instituíam o voto secreto. Foi uma renascença para a vida nacional. *Blancos* e *colorados*, desde ahí, elegem na medida do que podem. Ambos constituem o governo do povo. A nação sente-se no governo. E, si algum aventureiro se atrevesse a tramar mashorcas, o povo não o acompanharia, antes o repelliria, porque, sendo o governo obra sua, se doeria dos golpes que lhe vibrassem. E assim cessou para nós aquella phase de pronunciamientos, que nos foi tão nefasta, — e só por obra exclusiva do voto secreto, *honestamente applicado*". (Apud A. de Sampaio Doria, "A revolução legal — Appello ao Congresso", S. Paulo, 1924).

Por ahí se vê qual foi o segredo com que tão facilmente se libertou da praga das revoluções a hoje tão feliz e tão prospera Republica vizinha.

O Sr. SIMÕES LOPES — Tambem o da instrucção publica, sobretudo a primaria, que é modelar no Uruguay. Isto é um dos seus grandes segredos.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Um dos maiores pensadores dos tempos modernos, Taine, estudando a Inglaterra, fez notar que os subditos britannicos se preoccupam visceralmente e essencialmente com a organização politica do seu paiz.

Diz elle: "O inglez não abandona os negocios publicos: considera-os como seus proprios negocios; não vive afastado delles; arde ao contrario, por participar da sua gestão, e sente-se na obrigação de contribuir, de qualquer modo, em favor dos interesses communs.

Por que motivo não haveremos nós de proceder tambem assim?

Como é possível, Sr. Presidente, deixarmos a massa selecta da Nação, o cerebro da Nação, afastado das urnas? Porque, na realidade, é a massa ignorante que habitualmente concorre ás eleições; os banqueiros, os industriaes, os commerciantes, os grandes proprietarios, aquelles que tem os in-

teresses mais vitaes a zelar, esses systematicamente se afastam dos comicios eleitoraes.

O Sr. AUSTREGESILLO — V. Ex. permita que discorde; acho que V. Ex. exaggera um pouco; não é tanto assim. No interior do meu Estado, os fazendeiros com seus parentes vão votar; tomam interesse pelas eleições.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não ha da minha parte o exaggero que suppõe o meu nobre collega.

Vou explicar o meu pensamento.

O Sr. AUSTREGESILLO — Si V. Ex. se refere ao Districto Federal, é outro caso.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — No Districto Federal, não. Aqui as eleições offerecem um espectáculo mesmo edificador: são advogados, medicos, engenheiros, agricultores, banqueiros que affuem ás urnas, afastando pouco a pouco o elemento máo, o elemento modesto, capaz de propender por interesses em favor desse ou daquelle politico. O reconhecimento de poderes é que tem concorrido poderosamente para o absentismo.

O Sr. VICENTE PIRAGIBE — A Associação Commercial chegou mesmo a crear uma sessão especial para alistar as pessoas empregadas no commercio. Havia uma razão para o absentismo e é que o Sr. Augusto de Vasconcellos, que representava o pensamento da politica do Sr. Pinheiro Machado, não permitia o alistamento.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Preciso de attender mais particularmente ao aparte com que me honrou o meu prezado amigo e distincto collega, Sr. Austregesillo. No interior ha, com effeito, enthusiasmo perante as urnas...

O Sr. NELSON DE SENNA — Sobretudo nas eleições municipaes.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — ...mas é nas eleições municipaes.

Ahi concorrem todos. Ha, ainda, felizmente, uma cellula que vibra em nosso paiz: é a *cellula-mater* do regimen, onde não se apagou o fogo sagrado do sentimento popular — o Municipio.

O Sr. AUSTREGESILLO — A eleição municipal é preparatoria da eleição federal.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Essa vitalidade oriunda das nossas venerandas tradições, é a unica que nos prenuncia melhores tempos. Ahi é que se manifesta realmente a soberania do povo, não atrahido, porém, pelas eleições federaes...

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Apoiado. Não por ser preparatoria da eleição federal.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Fóra dahi, já o eleitor descreu do resultado do seu incommodo de sahir de casa e chegar ás urnas, excepto si ha um pleito em que se apaixonam, aquelles que ainda acalentam na alma um pouco de são patriotismo, aquelles que não temem ir affrontar nos comicios eleitoraes perigos de toda sorte, porque, então, estes se tornam quasi campos de batalha.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E' verdade.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Foi preciso que realizassemos verdadeiras levas de broquéis em nossa nacionalidade, para que conseguissemos um pouco de levantamento da opinião, um pouco de reerguimento da massa do paiz capaz de trabalhar pela conquista de seus proprios destinos, capaz de conseguir a investidura de si propria na soberania que lhe havia sido usurpada.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Muito bem.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Mas, Sr. Presidente, ha o meu projecto um artigo que preciso defender muito particularmente. E' o que diz respeito aos officiaes das forças armadas de terra e mar, quer da activa, quer reformados, que só devem comparecer ás urnas, para o exercicio dos direitos politicos, vestidos á paizana, como nós outros, os civis.

O Sr. SIMÕES LOPES — Isso é uma questão constitucional.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Durante o pleito de 1 de marco, em que me bati pela victoria do actual Sr. Presidente da Republica, tive de suffocar a minha revolta, de violentar a minha indole bravia de caboclo, quando vi officiaes das forças armadas, a agitar chicotinhos, fiscalizando o pleito por outro candidato que repelliamos das urnas, affrontando-nos com ameaças, como si estivessemos reduzidos ao aviltante papel de escravos.

O Sr. SIMÕES LOPES — Esses são casos especiaes.

O Sr. AUSTREGESILLO — V. Ex. permita; não é questão do Exercito. E' questão de chefetes de máo caracter. Entre paizanos muitas vezes encontramos typos muito peores, mais violentos do que entre os militares. Ha eleições no interior feitas por capangas civis. Não é questão de farda.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Nós comparecemos ás urnas desarmados.

O Sr. AUSTREGESILLO — E' não comparecer desarmados. A farda não dá nem tira autoridade. Somos todos iguaes. Ninguém deve ter medo de um alferes ou de um tenente...

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Nós, porém, os que passamos por esses vexames, por esses perigos a que me referi,

devemos trazer o nosso concurso para que não mais se reproduzam semelhantes e vergonhosos factos.

O Sr. SIMÕES LOPES — O militar não deve despir a farda, que é aquillo que mais o honra, nem para exercer outra missão tão nobre como a do voto.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Sr. Presidente, lamento que me haja cabido a mim e não a um desses muitos e scintillantes espiritos que aqui estão na Camara dos Srs. Deputados, a iniciativa de trazer a esta Assembléa a magna questão do voto secreto e do voto obrigatorio.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — V. Ex. é um dos espiritos mais brilhantes desta Casa. (Apoiados.)

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Fil-o, todavia, examinando o que de melhor se me deparou na legislação estrangeira. Já Ruy Barbosa havia assinalado, em uma das suas plataformas politicas, que o escrutinio secreto era o dominante nos paizes escandinavos, nos anglo-saxonios ou germanicos, na Australia na Grecia, na Rumania, no Canadá, na Belgica, na Italia, na França, em Portugal, na Hespanha, vindo, afinal, dos Estados Unidos para a Argentina e para o Uruguay. E a transformação que elle operou em todas essas Nações foi profunda, completa, moralizadora, saneadora e dignificadora da politica.

Eu apenas me limitei, para fórmular o projecto, a estudar a legislação alemã de 1903, a estudar a lei n. 8.871, de 1912, da Argentina, e a estudar a lei de 1913 da França, das tres tirando aquillo que achei mais convinavel, mais facil, para que pudessemos ter, de maneira bem simples, e bem efficiente, tanto o voto secreto, como o voto obrigatorio.

O Sr. NELSON DE SENNA — Mas com a disposição constitucional não será impossivel?...

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Deixo ao estudo dos constitucionalistas esse aspecto. Confesso que, em questão de constitucionalidade ou inconstitucionalidade, devo commetter muitos erros cuja excusa unica é serem involuntarios. O meu papel, para o qual avoco absoluta responsabilidade individual, é apenas o de semear idéas. Quero semeal-as no terreno onde possam medrar, e quero collocar ao serviço dellas o pouco de luz que tenho no cerebro. Não passo de um méro agitador e paladino de idéas.

O Sr. NELSON DE SENNA — De boas idéas.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Não tenho outras aspirações na carreira publica, sentindo-me muito desvanecido com o posto a que fui espontaneamente guindado pela confiança e estima de bondosos amigos.

Realizaram-se ha pouco as eleições municipaes na Argentina, e os jornaes de lá trouxeram o resultado desse importante pleito. Para um total de cerca de 300.000 eleitores, compareceram mais de 200.000 votantes, o que quer dizer que o povo do paiz vizinho, não só tangido e aculeado pela lei de 1912, como tambem tangido e aculeado pelo seu proprio patriotismo, compareceu ao comicio eleitoral, escolheu os que achou mais dignos das nobres funções edilicias. Assim, o povo argentino vae erguendo cada vez mais o seu paiz, transformando-o e tornando-o, como já o é, respeitado perante as Nações culturais do mundo.

Ora, Sr. Presidente, o que mais abate a minha alma de brasileiro, é o pensar que nós, com 30.000.000 de habitantes, estamos deixando pouco a pouco escapar-nos das mãos, no seio da America do Sul, a hegemonia politica, para a qual um destino bom, um destino privilegiado nos traçou e abriu todos os caminhos.

O Sr. SIMÕES LOPES — Mas não ha de ser com os 3 % de eleitores, que temos hoje, sobre a nossa população. Isso é simplesmente uma vergonha.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — V. Ex., tão illustre, com tão larga experiencia de homem publico, acaba de trazer-me, com seu aparte, mais uma corroboração do que eu vinha dizendo. Nós, com 30.000.000 de almas, quando se trava um pleito que arrasta para os comicios eleitoraes a todos os individuos que se apaixonam nas lutas politicas, como na ultima campanha presidencial, não chegamos nem sequer a um milhão de votantes.

O Sr. CESARIO DE MELLO — A idéa de V. Ex. ha de germinar por um methodo de adaptação, que será conseguido de futuro.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Oxalá consigamos no mais breve prazo possivel essa necessaria cura do nosso absentismo politico, não só pelas leis que incumbe ao Congresso formular, como tambem por meio do desenvolvimento da instrução popular, nos Estados e municipios.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — V. Ex. é um sincero e um patriota, que muito admiro.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Muito agradeço a V. Ex. a generosidade do juizo com que caba de honrar-me.

Ao terminar, Sr. Presidente, devo mais uma vez accentuar que só com o voto secreto e obrigatorio é que o nosso povo poderá conseguir não só a caracterização de uma consciencia nacional, que ainda lhe falta, como ainda o entrar na posse da sua propria soberania, e o que mais importa salientar neste

momento, o pôr termo a todas essas revoluções que nos estão diminuindo e enfraquecendo, afim de attingir, mediante o reerguimento da politica interna, a realização do papel culminante a que os antecedentes historicos do Brasil o destinaram, não apenas no seio da America do Sul, como em face de todas as Nações culturais! (Muito bem; muito bem. O orador é vivamente cumprimentado.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO de 1 DE DEZEMBRO DE 1924 (*)

O Sr. Basilio de Magalhães — Sr. Presidente, o projecto que vou ter a honra de apresentar á consideração da Camara é um corollario natural do em que propuz a adopção, no Brasil, voto secreto-obrigatorio.

Com effeito, já havendo mulheres exercendo funções publicas, e portanto, directamente interessadas na administração do Estado, evidentemente não podem ficar afastadas da actividade politica.

E' muito facil, Sr. Presidente, justificar a concessão do direito de voto ás mulheres de nosso paiz. E, para assim proceder, citarei, em primeiro logar, Oppenheimer, que, estudando as condições estaticas e dynamicas do Estado constitucional moderno, assim se exprimiu:

«A politica interna do Estado move-se na orbita que lhe prescreve o parallelogrammo das forças: força centrífuga da luta das classes, e força centripeta do commum interesse politico.»

Ora, si nós tivermos de dividir o Estado em classes, a primeira dichotomia será necessariamente a da classe dominante, que abrange o sexo masculino, e a da classe dominada que comprehende o sexo feminino. Mas, si já se tem permitido ás mulheres o exercicio de funções liberaes; si ellas já são medicas, já são advogadas, já são engenheiras; si já se lhes tem consentido occupem cargos publicos de relevo, como funcionarias do Ministerio das Relações Exteriores, do Museu Nacional, dos Correios e Telegraphos e de varias outras repartições, si podem gerir capitães, si podem negociar, si podem sustentar-se a si mesmas, porque havemos de condemnal-as a essa perpetua escravidão politica, que nos colloca no papel de nação retardataria?

O Sr. CESARIO DE MELLO — Si ellas já existem em outros parlamentos...

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — As mulheres já gosam de direitos politicos em 28 paizes do mundo culto, dos quaes citarei, em primeiro logar, a America do Norte, a Inglaterra, a Alemanha, a Suissa, a Belgica, a Tcheco-Slovaquia, a Austria, a Polonia, a Finlândia, a Dinamarca, a Suecia, a Hollanda e a Bulgaria.

Ao tratar deste assumpto, da concessão de voto ás mulheres, permitta-se-me recordar que, quando no exercicio do cargo de director da Bibliotheca Nacional, tive ensejo de, em um dos ultimos relatorios que apresentei ao Sr. Ministro da Justiça e Negocios Interiores, dizer que, a exemplo da America do Norte, deviamos confiar ao sexo feminino os cargos principaes do referido estabelecimento.

Dir-se-ha que a mentalidade da mulher, no Brasil, ainda não attingiu á cultura necessaria para que possa ella gosar dos direitos politicos. Mas, não é assim, Sr. Presidente. Ha uma profunda differença entre a educação de outróra e a educação de hoje, em nossa Patria. Póde-se mesmo dizer que, além do exercicio de profissões liberaes, outróra exclusivamente da alçada masculina, hoje são as mulheres, — como que num prolongamento da sua função materna, as unicas encarregadas da nobilissima profissão magisterial, não só na capital da Republica, como em todos os Estados do Brasil.

Si a mulher antigamente era condemnada ao analfabetismo, porque havia, da parte dos chefes de familia, o receio de que a letrada pudesse facilmente corresponder-se com os namorados e amantes e ficar prejudicada naquillo que ella tem de mais bello, na sua aureola de virtudes domesticas, hoje já o pensamento é muito diverso: já a mulher é convenientemente educada para realizar a sua nobre missão de mãe, de educadora, de companheira do homem, de sua collaboradora, afim de ser melhorada a terra que habitamos.

O proprio conceito do casamento, refeito pela philosophia moderna, veiu trazer á mulher um papel inteiramente novo.

Segundo o conceito do grande pensador do Montpellier o casamento não tem por objectivo apenas a perpetuação da especie, mas sim, e principalmente, o aperfeiçoamento reciproco dos conjuges.

(*) Reproduz-se por ter sahido com incorrecções.

Admittamos, porém, apenas para argumentar, que, presentemente, a mulher no Brasil ainda não tenha atingido áquelle alto grau de cultura intellectual imprescindível para que ella bem possa exercer o direito do voto e para que possa tambem desempenhar-se dos mandatos politicos que lhe sejam facultados por lei.

Ainda assim, o projecto que vou ter a honra de apresentar á Camara attende a uma insophismavel necessidade, porque corresponde a um estimulo para que a mais bella porção da humanidade, o sexo affectivo, tendo o estimulo e a mira de poder aspirar a levar ás urnas as suas cédulas e de poder aspirar ao exercicio de mandatos politicos, procure educar-se melhor para a elevada missão a que será assim chamada em nosso paiz. A mulher brasileira, então poder adoptar aquella animadora divisa de Mme. Hyacinthe-Loison:—"The utmost for the highest", isto é, «o maior esforço para o mais alto fim».

O SR. FIEL FONTES — Não chegámos ainda a esse ponto.

Só podemos resolver esse problema por meio da instrução. Acho a idéa de V. Ex. admiravel, mas em paiz verdadeiramente culto. Infelizmente, não nos encontramos nessa situação.

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Por que não?

O SR. FIEL FONTES — Porque não temos ainda o gráo de cultura necessario.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Diz-se, pelo que vejo, em relação á cultura da mulher para o exercicio dos direitos politicos, a mesma coisa que se affirmava quanto á cultura geral do paiz para a fórmula republicana...

O SR. FIEL FONTES — Sou daquelles que entendem que devíamos mudar a nossa fórmula de Republica federativa para parlamentar.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — É uma questão a ser discutida. Mas o facto, Sr. Presidente, é que estavamos preparados para a Republica. A nossa Constituição, penso eu, não deve ser modificada no sentido de baixar ao nivel da cultura do povo. O que urge fazer é elevar o nivel do nosso povo, para que elle se torne digno da nossa bellissima Constituição. (Apoiados.)

O SR. FIEL FONTES — Resolvendo os problemas maximos, inclusive o da instrução.

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Devo informar a V. Ex. que fui Relator de um projecto, adoptando o voto feminino, na Comissão de Constituição e Justiça, projecto que já passou em primeira discussão.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Ignorava eu este facto. Creio, porém, não haver inconveniente na apresentação do meu projecto.

O SR. FIEL FONTES — Pelo contrario; V. Ex. está até illustrando o assumpto.

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Completando o meu aparte, devo dizer que o projecto a que alludi, dando á mulher o direito de votar e de ser votada só depende, para ser transformado em lei, de sua approvação em 2ª e 3ª votações.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex. essas informações. Continuo, entretanto, nas minhas considerações, com o unico intuito de trazer o meu pequenino concurso á realização desse ideal.

O SR. FIEL FONTES — Concurso aliás, valiosissimo. (Apoiados.)

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Sinto-me muito satisfeito e honrado com o apoio de V. Ex. que, aliás, é muito poderoso.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Sr. Presidente, acho extranhavel que o homem, fecundo fabricante de deuses e de biblias, para diminuir a mulher, chegasse á pobreza de imaginação de considerá-la oriunda de uma sua costella.

Não seria melhor ao homem, com um pouco mais de poesia no cerebro, ver na mulher um ser oriundo de um pedaço de seu coração?

Além do mais, ainda para rebaixar a mulher, veiu o homem attribuir-lhe aquella tremenda anathematização de Jehovah, depois do peccado original, condemnando-a a viver *in potestate viri*. Não só foi degradada á condição de castigo a sua nobilissima e excelsa missão da maternidade: *paries liberos in dolore*, como tambem ficou reduzida a uma simples escrava do marido, *sub manu mariti*.

O SR. VIANNA DO CASTELLO — Devo dizer a V. Ex. que foi o christianismo que depois elevou e dignificou a mulher. Nada mais nobre, nada mais digno do que a familia christã. Foi Christo quem elevou e dignificou a mulher, e não qualquer philosophia moderna.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Aceito, com muito desvanecimento, o aparte do meu illustre collega de bancada e não contesto que o catholicismo tenha dignificado a mulher, porque, antes d'elle surgir, ao tempo do Imperio Romano...

O SR. VIANNA DO CASTELLO — Ao tempo do Imperio Romano a mulher era objecto de negocios, tanto assim que Caelo, o censor, vendeu a sua mulher prenhê.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Não ignoro que Caelo até explorava prostibulos. Mas, si é certo que o catholicismo dignificou a mulher, esta, ao aspecto social moderno, chegou ainda mais alto, graças ao positivismo.

O SR. VIANNA DO CASTELLO — Que aliás é um arremedo da concepção christã.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — O Positivismo, além de estabelecer a verdadeira monogamia, veiu considerar a mulher, não como escrava do homem, mas sim como sua verdadeira consorte, sua collaboradora no mundo, sua guieira espiritual.

O SR. VIANNA DO CASTELLO — O Christianismo reza coisa melhor: apregoa a virgindade como perfeição absoluta.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — O Positivismo aceitou a utopia da virgem-mãe.

Desde Aspesia até Cleopatra; desde a mãe de Constantino, Santa Helena, até Isabel-a-Catholica, que possibilitou a Colombo descobrir o novo mundo para a Hespanha; desde Madame de Maitenon até Catharina II, da Russia...

O SR. NELSON DE SENNA — Como um dos exemplos mais bellos da mulher intellectual christã, devo citar Santa Teresa de Jesus, que sahiu das trevas da idade média para a moderna, pela originalidade de seu talento e pela belleza de suas concepções e dos seus ideaes.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Era uma espiritualista, que não contribuiu para o progresso material do mundo...

...desde Joanna d'Arc, a guerreira medieval, até Catharina Latorre de Vivanco; desde aquella Maria Teresa da Hungria, em prol da qual foi feito o famoso juramento dos magyares, "*moriatur pro rege nostra Maria Teresia*", até Isabel de Inglaterra; sempre a mulher exerceu a mais profunda, a mais poderosa influencia nos destinos da humanidade.

Ora, Sr. Presidente, enquanto, nas ultimas eleições da grande Republica norte-americana, duas mulheres foram eleitas, uma para governadora do Estado de Texas e outra para governadora do Estado de Wyoming; enquanto, na Inglaterra, na formação do seu recente gabinete, a Duquesa de Athol foi chamada para o exercicio do cargo de secretaria parlamentar do Ministerio da Instrução Publica; vemos a mulher brasileira, intelligente, linda, bondosa e altiva, relegada ainda á condição de escrava, no terreno politico.

O SR. VIANNA DO CASTELLO — Graças a Deus; felizmente para ella.

O SR. AUSTREGESILLO — Já houve um projecto no Senado dando-lhe direito ao voto.

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Na Camara tambem.

O SR. AUSTREGESILLO — Já ha grande movimento de sympathia, nesse terreno, em torno da mulher brasileira.

O SR. AUGUSTO DE LIMA — A razão por que essa idéa não tem caminhado mais, é que a chocarrice nacional acompanha sempre qualquer iniciativa boa, o que é ignobil e ridiculo. Precisamos tratar assumptos serios com seriedade.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Sim, esse alto problema deve ser estudado e resolvido com a gravidade que merece, para que se não nos applique o receio contido na phrase de Havelock Ellis:

"O homem revoltado tratou de dominar a natureza e, com esta, a sua companheira. Quem sabe o que poderá produzir, uma vez livre, esse typo sem táras simiescas?"

Alexandre Roster e Paul Gessl acreditam na superioridade do ser feminino, tanto ao aspecto physiologico, quanto biologico.

Sabe-se, — e falo aqui ao lado de um dos mais illustres mestres de biologia no Brasil, — que o embrião feminino tem muito mais materia nutritiva e exige mais plasma do que o masculino, tal o cuidado particular que a propria natureza poz em favor da mulher.

Eugène Pelletan diz o seguinte:

"Ostensiva ou latente, directa ou indirecta, sempre existiu e sempre existirá a influencia da mulher na politica... A mulher póde e deve tomar parte nos destinos da sua patria particular e da patria universal da humanidade. Quando crescer o seu filhinho e lhe perguntar o sentido preciso da palavra "patria", á mais bella da linguagem humana depois da palavra "liberdade", porá ella acaso um dedo nos labios e responder-lhe-ha como lady Macbeth: — *E' isso uma cousa de que não se deve falar?* Não, mil vezes não! Que a palavra "patria" desça, pela primeira vez, á

fronte da criança, num beijo materno, e ahí fique eternamente gravada por esse beijo!"

Mas, deixemos a mulher-sonho, a mulher-espírito, a mulher-ideal, e vejamos de quanto é capaz a mulher, considerada praticamente, na sua missão de votar e de ser eleita para os cargos publicos.

Ouçamos o que diz Stuart Mill, em seu livro *O Governo Representativo*:

«Si fosse tão justo, quanto é injusto, que constituam as mulheres uma classe subordinada, confinada ás occupações lararias e sujeitas a uma autoridade domestica — não teriam menos necessidade da protecção do suffragio, afim de se garantirem contra os abusos dessa autoridade... Ninguem ousa affirmar que as mulheres fariam mau uso do suffragio. O que se diz de peor, é que estariam como simples machinas, movidas pela ordem dos seus parentes do sexo masculino. Pois si tiver de ser assim, que assim seja! Si pensarem por si mesmas, será um grande bem; si não, não advirá dahi mal algum. E' beneficio para seres humanos tirarem-se-lhes os grilhões, mesmo quando não quizerem marchar. Assignalado progresso se accrescentaria á posição moral das mulheres, desde que não mais fossem ellas declaradas por lei incapazes de ter opinião e de exprimir a sua preferença pelos interesses mais elevados do genero humano...»

A propria qualidade do voto seria melhorada. O homem ver-se-hia muitas vezes obrigado a achar, em favor da sua maneira de votar, razões bastantemente honestas, afim de decidir um caracter mais recto e mais imparcial a servir sob a mesma bandeira... Dai o voto á mulher, e ella sentirá o effeito do pundonor. Aprenderá a considerar a politica como uma cousa sobre a qual se lhe permite formar opinião e a respeito da qual se deve proceder consoante com essa opinião. Adquirirá um sentimento de responsabilidade pessoal na questão, e não pensará mais, como acontece hoje, que — seja qual fôr a dóse de má influencia que possa ella exercer — tudo estará bem, desde que ella persuada o homem e que a responsabilidade deste tudo acoberte. Sómmente quando acoroçoada a formar opinião e a fazer uma idéa intelligente das razões que devem nella predominar sobre as tentações do interesse pessoal e do interesse de familia — é que póde ella deixar de agir como força dissolvente sobre a consciencia politica do homem. Não se lhe póde extinguir a nocividade da acção indirecta, sinão transformando-a em acção directa.»

O SR. JUVENAL LAMARTINE — V. Ex. permita um aparte: Os paizes que teem dado voto a mulher, teem visto sua acção benefica em todas as questões que se relacionam com a educação, protecção ás mãis, creangas, operarios, etc.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — O aparte de V. Ex. vem ajudar-me nestas considerações.

O SR. NELSON DE SENNA — Não atiremos a mulher na voragem da politica.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Melhoremos a politica! O que não temos tido é a verdadeira politica, a «sã politica, filha da moral e da razão», que tanto deve clevar o homem quanto a mulher.

Si tivéssemos, aqui, a collaboração feminina, veriamos elevado o nivel das nossas discussões, principalmente em tudo quanto respeita ás questões de educação e ensino.

O SR. ALBERICO MORAES — Acredito que as mulheres seriam menos governistas e mais independentes.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Perfeitamente. E isso constituiria uma grande transformação em nossa politica. Nos trabalhos *Perfil da mulher brasileira*, do meu illustre collega e prezado amigo Sr. Austregesilo, *A mulher na poesia brasileira*, do Sr. Leal de Sousa, as *Mulheres illustres do Brasil*, de D. Iñez Sabino, e *As heroínas do Brasil*, do general Carlos de Campos, foi que, principalmente colhi informações acerca dessa p' alange intellectual, dessa scintillante pleiade de patricias nossas, que tanto bem honrado o Brasil.

O SR. CARVALHO NETTO — Quero relembrar a V. Ex. o trabalho notavel de Tobias Barreto, na provincia de Pernambuco que, em uma discussão com Malaquias Gonçalves, sustentava a superioridade intellectual da mulher e a necessidade de outorgar-lhe direitos como effectivamente fazemos aos homens.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Não calcula V. Ex. a immensa satisfação que me causa a noticia de que Tobias Barreto, esse espirito genial, esse homem da raça dos pensadores,

como delle disse Hegel, tenha externado tal conceito com relação á mulher.

Na America do Norte, foi miss Harriet Beecher Stowe quem, escrevendo a «Cabana do Pae Thomaz», propagou o ideal abolicionista naquelle paiz, para que dessa pequenina cabana sahisse, um dia, a alma egregia de Abraham Lincoln, afim de nivelar as classes da grande Republica, que conservava a horrivel nodoa da escravidão.

Hoje, ainda lá vive miss Elyonor Gleen, autora de "Three weeks" e "Beyond the rocks", livros que foram considerados como difficilmente capazes de sahir de pennas masculinas.

Não é só a grande republica norte-americana que apresenta mulheres illustres, como essas duas que acabei de citar. Não são só os paizes andinos que contam mulheres influentes na politica, como a chilena Javiera irmã e «nympha Egeria» dos famosos Carreras, ou como as esposas de Gamarra e de Vivanco, a quem estes deveram no Perú a ascensão ao poder.

Não! Nós aqui nada temos que invejar nem á intelligencia da mulher norte-americana, nem á coragem ou ao patriotismo da mulher das republicas sul-americanas. (Apoiados).

O SR. NELSON DE SENNA — Neste ponto, estou de inteiro accôrdo com V. Ex. com o que eu não concordo é que mulher participe das tristes competições da vida politica.

O SR. CESARIO DE MELLO — Ninguem sabe dar melhores exemplos da solidariedade que a mulher. (Apoiados).

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Quem primeiro prégo a Federação no Brasil, creio que em 1852 ou 1855, foi uma mulher: Nisia Floresta Brasileira.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Vou citar dentro em pouco esse nome indeselembravel.

Sem nos defermos em Catharina Paraguassú, em Bartyra ou Potyra, na filha do cacique Arco-Verde, em Maria de Sousa e Maria Ortiz, em Clara Camarão, em Anna Lins, nas heroínas anonymas de Tijucopapo, na paulista Rosa de Siqueira, nas fluminenses Maria Ursula de Alencastro e Benta Pereira, na catharinense Amalia Bainha, em Marilia e em Barbara Heliodora, immortalizadas pelas lyras de Gonzaga e de Alvarenga e pela Conjuracão Mineira e, finalmente, em Barbara de Alencar e Anna de Alencar Araripe, martyres das revoluções republicanas de 1817 e 1824 em Pernambuco, e em Joanna Angelica, a freira martyr do Convento da Laza, na Bahia — basta que relembremos os nomes da bahiana Maria Quitéria de Medeiros, da catharinense Annila Garibaldi, da baroneza do Forte-de-Coimbra, da pernambucana Maria Amelia do Rego Barreto, da bahiana D. Anna Nery e da alagoana D. Rosa da Fonseca, as quatro ultimas perpetuamente glorificadas pelo seu fulgido patriotismo na campanha contra o Paraguay.

Catechistas, educadoras, philanthropas e philosophas foram Francisca Sandi, Damiana da Cunha, Maria do Carmo Mello Rego, Corina Coaracy, Leolinda Daltro, Josephina Alvares de Azevedo, Esther Pedreira de Mello, e, *prima inter pares*, Nisia Floresta Brasileira Augusta, que se correspondeu com o maior pensador de todos os tempos, Augusto Comte, e que deixou obras substanciosas sobre educação, sobre ensino e philosophia.

O SR. JUVENAL LAMARTINE — Escriptas em diversas linguas.

O SR. BASILIO DE MAGALHÃES — Ao lado della, figurariam com brilho Gracia Ermelinda da Cunha Mattos, Anna Lossi Seiblitz e Vera Cleser, a consagrada autora do *Lar Domestic*.

Mas, em cogitando de escriptoras vivas, asseverarei que poucos homens serão capazes de traçar paginas tão lapidares, observações tão profundas, como essas que ahí estão nos livros de D. Julia Lopes de Almeida, um nome que bastaria por si só, para honrar o sexo affectivo do Brasil (*Muito bem*).

Acóde, logo após, o nome dessa outra prosadora que trás nas veias e na alma o sangue e o espirito egregio do conselheiro Lafayette, do primoroso autor de «Vindictas», — a senhora Albertina Bertha, bem como os nomes da dramaturga Guilhermina Rocha, da jornalista Bandeira de Mello, e de dona Maria de Lacerda Moura, cujo ultimo livro «A mulher e uma degenerada», é um desses trabalhos que espantam pela coragem da verdade e deleitam pelo brilho da fórma.

Si quizessemos remontar á corrente do passado, iriamos encontrar toda uma immensa theoria de poetisas, como Delphina da Cunha (a «Musa cega»), Angela do Amaral, Beatriz Brandão, Amalia de Figueirôa, Maria Helena de Andrade Pinto, Iñez Sabino, Maria Antonietta Gama, Rita de Abreu (Rosalia de Sandoval), Amélia Alves, Etelvina Amalia de Silqueira, Candida de Oliveira Fortes, Anna Aurora do Amaral Lisboa, Maria Clara da Cunha Santos e Presciliana Duarte de Almeida, Julieta e Revocata de Mello, Elvira Gama, Baroneza de Mamanguape (Carmen Freire), Narcisca Amalia, Maria Benedicta Bormann (Délia), e Adelina Lopes Vieira.

Vieram depois as inspiradas parnasianas: — Julia Cortines, Francisca Julia, Zalina Rolim, Brantina Cardona, Amélia de Oliveira, Alayde Ulrich, Maria Fausta de Figueiredo, e a de...

licadissima cytharista norte-riograndense, que foi Auta de Souza.

Das poetisas e prosadoras vivas, ahí estão a honrar as lettras patrias os talentos brilhantes de Rosalina Coelho Lisboa, Cecilia Meirelles, Maria Eugenia Celso, Gilka da Costa Machado, Laurita Lacerda, Violeta Odette, Iracema Nobre, Esther Mesquita, Ida Blumenschein, Laura Hasslocker, Anna Amelia de Mendonça, Laura da Fonseca e Silva, Leonor Posadas, Aurea Pires, Maria Rita Burnier Pessoa de Mello, Juliana Alvim, Anna Cesar, Francisca Diniz Cordeiro, Ivete Ribeiro, professora Maria Julia Ribeiro, Diva Nazario, Edwiges de Sá Pereira, Honorina Bittencourt, Amelia Napoli e Henriqueta Lisboa...

O Sr. João Lisboa — Muito agradeço a V. Ex. o citar o nome de minha filha.

O Sr. Basilio de Magalhães — Meu nobre collega nada tem que agradecer, pois estou praticando um simples acto de justiça.

Mais, ainda temos essas admiraveis interpretes do sentimento humano, que são a senhora Angela Vargas e a senhorinha Margarida Lopes de Almeida.

Si quizessemos citar artistas que honram a cultura esthetica e musical de qualquer nação civilizada, ahí estão a esculptora Nicolina Vaz, as pintoras Georgina de Albuquerque e Regina Veiga, a caricaturista Rian (pseudonymo da senhora Nair Tefé Hermes da Fonseca, a compositora Georgina de Araujo, a pianista Guiomar Novaes, as cantoras Gulnar Bandeira, Bebê Lima Castro, Beatriz Sherrard e Antonieta de Sousa, que tem aqui e pelo mundo culto afóra mostrado de quanto é capaz a intelligencia, de quanto é capaz o encanto da mulher brasileira.

O Sr. Nelson de Senna — V. Ex. esqueceu-se da educadora Alexina de Magalhães Pinto.

O Sr. Basilio de Magalhães — E' minha conterranea, não ha muito fallecida.

Bem andou meu prezado amigo e erudito collega em lembrar-me essa esforçada autora de livrinhos que andam e andarão por muito tempo acariciados pelas mãos das creancinhas, da porção mais graciosa e mais querida da nossa terra.

O Sr. Juvenal Lamartine — Não esqueça V. Ex. de citar uma das mais illustres mulheres brasileiras, a senhorita Bertha Lutz, notavel pelo seu preparo scientifico, capacidade de trabalho e orientação politico-social, e que representou o Brasil, com grande brilho, na Conferencia de Baltimore, nos Estados Unidos, e na conferencia de Roma.

O Sr. Basilio Magalhães — Foi implicitamente citada por mim, quando, logo em começo, fiz referencia a uma funcionaria do Museu Nacional. Foi D. Bertha Lutz quem conquistou com brilho o cargo que hoje occupa e quem, em nosso país, melhor comprehendeu a orientação que se deve dar ao feminismo.

O Sr. Nelson de Senna — Nesse terreno é que vejo, com sympathia, o triumpho do feminismo: mas não na politica.

O Sr. Basilio Magalhães — Si quizessemos citar as que no palco tem interpretado as melhores produções da arte brasileira e da arte estrangeira, ahí estariam as nossas patriotas Italia Fausta, Lucilia Peres, Maria Castro e tantas outras.

Quem é que poderá negar a influencia, durante tanto tempo exercida no primeiro imperio pela marquezia de Santos?

Quem é que condemará injustamente ao olvido os nomes de Luisa Regadas, «o rouxinol da campanha abolicionista», e de Isabel, a Redemptora?

Mas, Sr. Presidente, tendo-me referido ao influxo da religião sobre a dignificação da mulher, ainda eu não disse que quem praticamente evidenciou que ella é quem melhor exercia a missão apostolar, foi o proprio Christo, pois, preferiu a samaritana aos doutores. Foi S. Bernardo quem instituiu o culto da Virgem, o qual, com a cavallaria, transformou a Edade Média em uma perfeita dignificação da alma feminina. E, finalmente, o fundador do positivismo disse, com indiscutivel verdade, que não ha idéa alguma que vingue no mundo, si não tiver o apoio das mulheres e dos proletarios.

Da mulher assim falou o principe dos prosadores da lingua portugueza de além-mar:

«Esse ente meio positivo, meio aereo, meio terrestre, meio céo, que volteia por entre nós, como anjo desterrado, saudoso, mas contente, tendo por fala um canto, a sujeição e a humildade por imperio; em que a fraqueza é graça e a graça omnipotencia; cujo encargo é mais que eternizar a especie. — é intertecel-a

domestical-a, refinar-lhe o gosto, os instinctos do bello, os arrosos para o bem e para o sublime; a Mulher, em summa, fadada de alguma sorte a ser mãe e mestra, guia, arrimo, lampada, conselheira, prophetiza, esforçadora, modelo e premio, não só de seus filhos, mas de seus irmãos também, de seu consorte, de seu proprio pae, de todos que de perto ou de longe lhe pudessem receber directas ou reflexas as influências; a Mulher, a Mulher, — da qual, depois de tantos mil volumes de panegyrico, depois de uma idolatria universal de seis mil annos, ainda se não exauriram os louvores, nem jámais se hão de exaurir... é um laço infallivel para cada sentido, um milagre para cada incredulidade; para cada infortunio, seu balsamo; para cada idade, seu ramallete; sua estrella, para cada noite; mão inesperada e macia, para cada desamparo; para cada frente, que se despedaçaria ao cahir, a almofada subita de um braço todo extremos, de um seio todo suspiros, de um coração todo divindade!»

A mulher, em summa, como também not-e evangeliza o amavioso Castilho, é a nossa «vice-providencia!»

O immortal autor da Divina Comedia já havia dito da mulher:

«Donna sei tanto grande e tanto vali,
Che qual vuol grazia e a te non ricorre
Sua disianza vuol volar senz'ali.

La tua benignità non pur soccorre
A chi dimanda, má molte fiata
Liberamente al dimandar precorre.

In te misericordia, in te pietate,
In te magnificenza, in te s'aduna
Quantunque in creatura é di bontate!»

Milton, no Paraiso Perdido disse que o homem foi feito apenas para a vida contemplativa e para a cararem: «For contemplation he and valour formed», ao passo que a mulher tinha sido feita apenas para a ternura e para as graças doces e enlevantes: «For softness she and sweet attractive grace...»

Vou passar agora á leitura do projecto que tenho a honra de offerecer á consideração desta Camara:

«O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Póde a mulher inscrever-se no alistamento eleitoral, mediante as condições seguintes:

- 1.ª, ser brasileira nata ou naturalizada;
- 2.ª, ter mais de 21 annos de idade;
- 3.ª, saber ler, escrever e contar;
- 4.ª, consentir o marido, si casada não desquitada;
- 5.ª, dispor de renda que lhe assegure a subsistencia, quando solteira viuva ou casada desquitada;
- 6.ª, não pertencer a qualquer ordem monastica, congregação religiosa ou comunidade civil, sujeita a voto de obediencia, regra ou estatuto, que lhe implique a renuncia da liberdade individual.

Art. 2.º Uma vez alistada nos termos do art. 1.º e observadas as disposições dos arts. 26 e 41 e respectivos paragraphos da Constituição, póde a mulher ser eleita, quer para exercer a Presidencia ou Vice-Presidencia da Republica, quer para desempenhar o mandato de Deputado ou Senador do Congresso Nacional.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario da Sala das sessões, 1 de dezembro de 1924. — Basilio de Magalhães».

Corre-me a obrigação de explicar o meu pensamento com relação a um ponto importante. Com o natural receio de que o projecto encontrasse grande opposição sobretudo por parte daquelles que ainda querem manter as esposas no estado de servidão, admitti a condição da outorga do marido, quando se trate de mulher casada, não desquitada, afim de não quebrar, assim, a solidariedade dos lares.

O Sr. A. Austregesilo — V. Ex. está vendo a sympathia com que está sendo accedido o seu projecto.

O Sr. Basilio de Magalhães — O meu projecto é mais uma idéa que fica lançada. Sou dos primeiros a reconhecer que elle deve encerrar defeitos não pequenos. Apenas o que me dá coragem e a sua attenção que me sópediu a este pequenino concurso idealistico, si assim me posso exprimir.

O Sr. A. Austregesilo — V. Ex. terá a sympathia de toda a Camara.

O Sr. JUVENAL LAMARTINE — V. Ex. pôde empregar toda sua actividade e talento...

O Sr. A. AUSTREGESILLO — E illustração.

O Sr. JUVENAL LAMARTINE — ... e, como diz o meu nobre collega, a sua illustração, para o encaminhamento do projecto, sobre o mesmo assumpto, que já passou em primeira discussão.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Eu me comprometto, desde já, examinando o projecto a que V. Ex. se refere, e uma vez que o ache melhor do que o meu, como sem duvida deva ser (não apoiados) a dar-lhe todo o meu apoio.

O Sr. JUVENAL LAMARTINE — Muito honrado me sentirei com o apoio de V. Ex.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — Assim, Sr. Presidente, ao terminar as minhas ponderações a respeito deste assumpto de tanta relevancia para a nossa nacionalidade...

O Sr. A. AUSTREGESILLO — E de tanto momentó.

O Sr. BASILIO DE MAGALHÃES — ... e de tanto momento devo declarar que não foi por estímulo de vaidade pessoal que me abalancei a mais esta iniciativa, porém, sim pelo mesmo natural carinho que tenho dedicado, desde o primeiro balbuciar da minha intelligencia, a tudo quanto diz respeito á grandeza de minha patria. Nunca me pude convencer de que as mulheres brasileiras sejam inferiores ás mulheres de outras nacionalidades, ao ponto de ficarem até agora sem o goso do direito, que tanto as deve nobilitar, de virem perante as urnas escolher quem melhor governe o paiz ou disputar cargos electivos de que desempenham sejam ellas capazes. Foi apenas com esse intuito que elaborei este projecto, e fio que a Camara, fazendo-me a justiça que lhe impetro, me perdõe a ousadia de ser ainda eu, em um assumpto de tanta importancia, quem tenha vindo trazer-o a esta Casa, onde pontificam tantos mestres e refúlgem tantos talentos de escol.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. O orador e muito cumprimentado.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSAO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1924

O Sr. Wencesláo Escobar — Sr. Presidente, vou resgatar uma injustiça que se vem de ha muito fazendo ao meu Estado natal, e, após, aventurar algumas considerações de ordem geral sobre o momento politico.

Tenho ouvido dizer, e, aliás, por homens de certa cultura, que de todos os Estados o que tem dado mais incommodos, mais trabalhos, o que tem custado maiores sacrificios ao Thesouro Nacional, após a proclamação da Republica, é o do Rio Grande do Sul.

Não discordo dessa proposição, porque, effectivamente, após o novo regimen, já tivemos duas revoluções, não falando da actual, que custaram o sacrificio de milhares de vidas, consideraveis prejuizos materiaes e centenas de milhares de contos de réis aos cofres da União. E', pois, um facto real, que ninguem, de boa fé, pôde negar. Mas, constatar um facto e sem indagar as causas fazer pesar toda a responsabilidade dos males por elle produzidos sobre o Estado, é revelar curteza de raciocinio e nulla philosophia para ajuizar com acerto os acontecimentos sociaes.

Vamos ver quaes os motivos, quaes as causas por que o Rio Grande do Sul, após a proclamação da Republica, tem pesado tanto ao Thesouro Nacional, segundo a opinião de alguns, em somma superior aos 600 mil contos que nos custou a guerra contra o Paraguay.

O Rio Grande tambem, como todas as unidades da Federação, tinha direito a que se lhe garantisse instituições verdadeiramente republicanas, á sombra das quaes pudesse viver tranquillo, no uso e goso de todas as liberdades publicas.

Foi, entretanto, o unico Estado que fez excepção a esta regra, porque a sua lei organica, com assentimento da Federação, o entregou, de pulsos algemados, á vontade discrecionista e absoluta do seu primeiro magistrado; visou mais a defesa de um partido do que a constituição de um povo livre; foi mais uma arma contra a influencia do notavel tribuno Gaspar da Silveira Martins que a égide de um povo livre.

Este facto, oriundo de lhe attribuirem intuítos restauradores, conjugado á negação das liberdades politicas, antes e após a promulgação dessa *sui generis* Constituição, acrecido ainda de innumerables attentados ás liberdades, aos bens e á vida dos companheiros politicos desse eminente estadista do regimen passado, foi a origem da tremenda e sangrenta revolução de 93, que, após quasi tres annos de duração, terminou pela pacificação promovida pelo benemerito e inolvidavel brasileiro Prudente de Moraes. (Muito bem.)

Pergunto: quem o culpado, quem o responsavel por esta calamidade? O Estado? Não. O responsavel era quem tinha obrigação de velar por que a lei organica dessa unidade da Federação não se afastasse dos principios constitucionaes do regimen federativo.

Essa falta, originando uma constituição dictatorial para um povo de alma essencialmente democratica, comprovada por um decennio de lutas heroicas em prol da Republica, acostumado aos beneficios da liberdade, fatalmente tinha de produzir consequencias funestas, de cuja immediata responsabilidade, perante a Historia, jamais poderá fugir o Governo Federal.

O culpado, portanto, pelas centenas de milhares de contos de réis que o Thesouro Nacional foi obrigado a gastar com a revolução federalista de 93 não foi o Estado: foi a Federação, que calculadamente fechou os olhos á infracção da sua propria lei organica.

Na legislatura de 1906 a 1908, quando, pela primeira vez, fui Deputado á Camara, apresentei um requerimento com o objectivo de estancar esta fonte perenne de males, isto é, o estatuto politico rio-grandense, pedindo se nomeasse uma comissão, afim de pô-lo em harmonia com a Constituição da Republica.

No anno seguinte, de 1907, o conselheiro Francisco Antunes Maciel, que então era meu companheiro de bancada, apresentou uma indicação com identico fim. O General Pinaheiro Machado dominava como o grande eleitor da Republica, e pela palavra brilhante do actual Ministro da Justiça, Sr. Dr. João Luiz Alves, foi combatida essa indicação offerida pelo conselheiro Maciel, e a Camara, se não me falha a memoria, rejeitou, por unanimidade, tanto o meu requerimento formulado em 1906, como a indicação do conselheiro Maciel, estabelecendo como norma que a Constituição do Rio Grande do Sul não se afastava dos principios constitucionaes da União.

Como, porém, os pobres teem tambem o seu S. João, quero dizer, uma lampejo de alegria na perenne combatividade de seu apostolado, vi o mesmo homem que defendeu, com ardor e entusiasmo, o organismo constitucional rio-grandense, cuja admiração chegou ao extremo de julgar como o ponto mais bello dessa lei a sua organização municipal, a «cellula mater» do regimen federativo, vi esse mesmo homem fazendo parte, como um de seus mais bellos ornamentos, do Governo, sob cuja influencia foram reformados alguns dos artigos desse estatuto politico como infringentes do regimen constitucional da Republica.

Não vejo motivo nenhum de desaire para o Sr. Dr. João Luiz Alves, porque...

O Sr. ARTHUR CAETANO — Aliás, S. Ex. procedeu da mesma fórma na campanha civilista: dias depois de ter atacado o hermismo, convertia-se a essa corrente.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Só não evolue, acompanhando os surtos progressivos da experiencia na pratica dos principios da sciencia social, aquelles em quem o amor proprio ou interesses de outra qualquer natureza podem mais que a razão e a justiça.

Qual foi, porém, a consequencia de ter a Camara dos Deputados daquella época julgado poderem os presidentes do Estado se reeleger, consecutivamente; nomear seus substitutos legais, isto é, os vice-presidentes; os chefes do Executivo, simultaneamente, legislar; supprimir com a nomeação de intendentes provisórios por tempo indeterminado a autonomia do municipio, essa autonomia que fez o encanto e a admiração do Dr. João Luiz Alves?

Qual a consequencia de ter a Camara dos Deputados daquella época sustentado todos esses absurdos como constitucionaes?

O Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, com applausos de seus amigos, que se dizem republicanos, fazer-se presidente perpetuo do Rio Grande do Sul, moda que já vão seguindo outras unidades da Federação.

Entretanto elle professava doutrina inteiramente contraria em 1901, tanto que, em novembro desse anno, escrevendo uma carta ao finado Dr. Julio de Castilhos, o exaltava por não ter accedido a sua reeleição.

Vou lêr o topico dessa missiva, porque desejo fique consignado nos *Annaes*, para se fazer justiça, a todo tempo, ao Dr. Borges de Medeiros, que sempre foi contrario á reeleição dos presidentes de Estado.

O Sr. PRESIDENTE — Advirto ao nobre orador estar finda a hora do expediente.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Sr. Presidente, peço a V. Ex. a gentileza de me reservar a palavra para uma explicação pessoal.

O Sr. PRESIDENTE — V. Ex. será attendido.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Muito obrigado. (Muito bem; muito bem.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 11 DE DEZEMBRO DE 1924

O Sr. Wencesláo Escobar (para uma explicação pessoal) — Sr. Presidente, tinha eu ficado, em minha oração, no ponto em que dizia que o Dr. Borges de Medeiros, em 1901, professava doutrina inteiramente contrária á reeleição dos presidentes de Estado, tanto que, em novembro desse anno, escreveu uma carta ao finado Dr. Julio de Castilhos, na qual o exaltava por não ter accedido sua reeleição.

Para fazer justiça ao Dr. Borges de Medeiros, aliás sempre contrario á reeleição dos presidentes de Estado, vou ler um topico dessa carta, afim de ficar consignado nos *Annaes* e, a todo tempo, se poder fazer juizo perfeito de sua coherencia! Eis o topico alludido:

«Depois, a tua não reeleição em 1897, á qual te oppuzeste formalmente contra o vehemente desejo da opinião republicana, constitue um precedente a observar-se religiosamente».

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E elle observou depois...

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — E continúa:

«Não infringil-o parece ser o que determina o dever politico e individual».

No anno seguinte, porém, já S. Ex. se esquecia de que a não reeleição presidencial era um precedente que se devia *observar religiosamente* e se submettia á doce violencia de sua primeira reeleição. A segunda não se seguiu immediatamente á primeira, porque o Dr. Fernando Abbot, ha pouco fallecido, o estorvou; mas realizou-se em 1913 e dahi por deante até hoje, mas já com a sanção da jurisprudencia politica da Camara dos Srs. Deputados, que julgou constitucional o estatuto politico rio-grandense.

Com surpresa, porém, que o estarreceu, apesar de chefe omnimodo do partido republicano; apesar de pessoalmente presidir a eleição em que era o proprio candidato, portanto juiz e parte no pleito; apesar de ser o legislador da lei para o eleger; não conseguiu se reeleger, nos termos da Constituição do Estado; foi preciso que a Assembléa estadual o proclamasse reeleito, após mais de mez de uma manipulação eleitoral em que houve dias que trabalharam até 18 alchimistas nesse serviço, a portas fechadas, com absoluta ausencia de fiscaes da opposição. E' certo que meu nobre collega e conterraneo Getulio Vargas com candida ingenuidade de seraphica beatitude affirmou que a opposição tinha tido cinco dias de vista sobre o parecer reconhecendo o Dr. Borges de Medeiros presidente do Estado, mas não negou que a apuração da eleição tivesse corrido sem fiscalização dos adversarios.

Se lembro estes episodios, alegres para o officialismo rio-grandense, mas tristes para a historia de nossa vida republicana, meu alvo não é pessoalmente ferir o Dr. Borges, mas não é possivel recordar o scenario politico destes 30 annos, sem que sua pessoa appareça como figura de relevo.

Como consequencia de sua quarta reeleição, rebentou a revolução do anno passado, que embora tenha culpa, porque se esqueceu de observar *religiosamente* a não reeleição, como pensava em 1901, todavia não é o principal culpado; o principal responsavel por essa desgraça foi a Camara dos Deputados da legislatura de 1906 a 1908, que sancionou como constitucional a reeleição dos presidentes de Estados.

Se naquella época tivesse dado agasalho ao meu requerimento ou á indicação do conselheiro Francisco Antunes Maciel, teria fechado a porta ás reeleições dos presidentes e governadores de Estado e não teria passado pela mente do Dr. Borges de Medeiros se reeleger segunda, terceira e quarta vez, origem da revolução do anno transacto.

Assim, o culpado pelas despezas que o Thesouro Nacional foi obrigado a fazer com a citada revolução, não foi o Estado: foi a Camara dos Srs. Deputados daquella época, que em seu servilismo ao Senador Pinheiro Machado sobrepoz a sua vontade á Constituição da Republica.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — O Dr. Borges de Medeiros muda de doutrina muito facilmente. Era, por exemplo, anti-revisionista *enrangué*, e agora, ha poucos dias, externa pelo *O Paiz*, sua opinião pró revisão constitucional.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Agora, nova revolução no Rio Grande, nova derrama dos dinheiros publicos...

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E de sangue.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — ... para alimentar essa guerra ingrata; nova derrama de sangue irmão depauperando o organismo nacional.

Vamos ver quem o causante, si foi por simples diletantismo de um caudilhismo irrequieto, para saquear, roubar e assassinar, na linguagem official.

Já tive occasião de dizer, Sr. Presidente, desta tribuna, que a paz firmada com o sello do pacto de Pedras Altas, em dezembro do anno passado, não foi leal e sinceramente cumprido pelo Governo Federal, desde o alistamento eleitoral que precedeu a eleição de 3 de maio, até, por ultimo, a concessão do estado de sitio de facto pelo Presidente da Republica ao Dr. Borges de Medeiros...

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Por meio de um telegramma do Ministro do Interior.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — ... para perseguir os adversarios contra os quaes fosse maior a sua animadversão.

E' bem de ver que esta situação, além de ameaça imminente sobre a cabeça dos opposicionistas de mais destaque, trazia profundo desgosto áquelles que se bateram pela candidatura do Presidente da Republica, perseguidos agora por aquelles que não escolheram armas para hostilizar-a.

Tão ameaçados e perseguidos se viram que muitos, afim de não viverem humilhados e gosarem alguma tranquillidade, buscaram asylo em terra estranha, emigraram.

Dando-se agora o levante militar no Rio Grande, parte dessa gente, que não teve fortaleza de animo para resistir essas perseguições, que, era de esperar, fossem transitorias, e que já vinha com a alma acerbada pela ingratitude, alliou-se-lhe na esperança de melhores dias para sua terra, vergastada ha 30 annos pelo opprobrio de uma dictadura.

Quem o culpado, pois, desta nova revolução? A opposição rio-grandense Não! Estou cansado de dizer e a Camara cansada de saber, que as opposições não se rebelam contra os governos que lhes dão todas as garantias. O culpado foi o Presidente da Republica, que fez uma paz pela metade, que abandonou seus companheiros de luta para entregal-os ás iras do Dr. Borges.

Se tinha necessidade, se precisava do auxilio do dictador, que, justiça se lhe faça, recuando e avançando tem se imposto a todos os governos federaes, podia tel-o sem o sacrificio das garantias de liberdade e vida de seus amigos.

O culpado, portanto, dos gastos avultados que está o Governo fazendo com a revolução gaúcha, e que hão de continuar, e quem sabe por quanto tempo, é o Presidente da Republica, por não ter, leal e sinceramente, como era de esperar, cumprido o pacto de Pedras Altas.

A' vista do que levo dito, não poderá restar duvida á nenhum espirito, que o responsavel pelas centenas de milhares de contos que tem o Thesouro Nacional gasto com as revoluções do Rio Grande, após a proclamação da Republica, é a União, que por fraqueza ou conveniencia de politica de bastidores, tem posto á margem a Constituição da Republica.

Esta é a grande verdade; não se culpe o Estado como o causante dessas despezas a que tem sido obrigado o Thesouro Nacional; os causantes tem sido os dous poderes federaes — Executivo e Legislativo, que tem dado toda força e apoio a um Estado fóra do regimen constitucional da Republica.

Agora vou passar, Sr. Presidente, a outra ordem de idéas, começando por notar que uma das preoccupações actuaes do Governo é, evidentemente, anniquillar a influencia militar, enfraquecer tanto quanto lhe fôr possivel o Exército...

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Não apoiado.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — ... o que, aliás, é claramente percebido por qualquer espirito medianamente atilado.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Posso assegurar a V. Ex. que o proposito do Governo é robustecer o Exército, naquillo em que elle realiza a sua funcção constitucional.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Sob esse pretexto, porém, está indo muito além do que devia; estão se praticando violencias, que não se justificam, que não podem ser approvadas por espirito de justiça nem mesmo por necessidade absoluta.

Vou provar a these que avancei, isto é, que o Governo tem por objectivo anniquillar a influencia do Exército.

O facto de conservar o Club Militar fechado; a negação systematica de amnistia a esses 600 jovens da Escola de Guerra, que mais por culpa dos seus superiores, do que delles, foram envolvidos na revolta de 1922...

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Victimas de seus superiores, não do Governo.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — ... a suppressão do Collegio Militar de Barbacena, a titulo de economia, quando esta é insignificante, porque o corpo docente continúa a receber seus vencimentos; esse projecto monstruoso, que ha pouco foi discutido na Camara e pelo qual se trata de dar ao Poder Executivo a facultade de reformar administrativamente os militares; a preferencia manifesta pelo apoio das milicias estaduais; todos esses factos revelam claramente a intenção de enfraquecer o Exército, de esmagar sua influencia.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — De dominar a indisciplina, só.

O Sr. WENCESLÁO ESCOBAR — Esse appello ás milicias estaduais, em se tratando do movimento armado do Rio Grande

do Sul, desenha a questão sob uma face nova, e que julgo de algum perigo. Afecta o dispositivo constitucional da união perpetua e indissolúvel dos Estados.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Ao contrario; o nexu é mais forte.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Vou mostrar que não.

Em 93, foram só o Exercito nacional, a Brigada Policial de Estado e os corpos, a que deram a denominação de «Patriotas», mas compostos exclusivamente de rio-grandenses, que combateram os revolucionarios; não houve a intervenção de milicias de Estados, para ajudal-os a combater, para ajudal-os a matar. A luta foi de rio-grandenses contra rio-grandenses.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Quando a revolução tomou aspecto nacional, eu entre outros, fui soldado patriota, a bordo do *Andrada*, para combater a revolução.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Isso foi a revolta da Armada.

O Sr. ARTHUR CAETANO — No Estado nunca entrou milicia de outro.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Si agora essa tropa penetra no Rio Grande do Sul, é porque os revolucionarios do Iguassú foram explorar o Rio Grande.

O Sr. ARTHUR CAETANO — Os revolucionarios do Iguassú não entraram no Rio Grande.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — O tenente Tavora esteve lá.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Parece que, si o governo conta, com diz, com todas as classes armadas, não havia necessidade desse concurso das forças estaduais.

Já seguiram para aquella unidade da Federação forças das milicias de São Paulo, Bahia, Minas e, segundo noticiam os jornaes, estão em caminho outras, do Estado de Sergipe, para ajudarem o Exercito e a Brigada do Estado a debellarem a revolução, aniquilando esses impenitentes opposicionistas, que feimam num esforço trintenário, viver á sombra de instituições livres.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — V. Ex. sabe a grande magua com que muitos governistas são obrigados a entrar nesse combate, pela situação nacional.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Não será para duvidar que essa opposição, que ha trinta annos resiste os rigores de uma dictadura, a qual tem merecido apoio incondicional de todos os governos federaes, salvo raros eclipses, não será para duvidar, digo, que, ao fim de algum tempo, seja vencida, aniquillada, exterminada, e que os remanescentes desses lutadores prefiram, a viver humilhados e como escravos em sua propria Patria, asylar-se, buscar abrigo á sombra de bandeiras estrangeiras.

O que, porém, ficará gravado na alma rio-grandense, transmittindo-se de geração em geração; na alma do povo propriamente dito, dessa massa anonyma que em todos os tempos é a sacrificada para gozo dos felizes, será a prevenção, a antipathia, mesmo o odio contra os Estados personificados por essas milicias, que estão, por culpa do governo, gerando ou fomentando o espirito de vingança, quebrando o elo do sentimento de unidade nacional (não apoiados), favorecendo o desejo ha tantos annos alimentado pelo Sr. Borges de Medeiros da separação do Estado.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Não é proposito dessas milicias intervirer nas lutas partidarias do Rio Grande do Sul. O que determinou essa situação foi a alliança dos revolucionarios do sul com a revolução militar.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Já contava com apartes da natureza do que acaba de me dar o nobre Deputado Mascarenhas, digno membro da bançada governista, protestando contra a minha affirmação de que o Dr. Borges de Medeiros nutre desejos da separação do Estado.

Ha factos, todavia, que confirmam plenamente minha proposição.

O nobre Deputado mesmo talvez esteja lembrado de que, ha quatro, cinco ou seis annos, esse presidente, fallando de uma das sacadas do palacio, em resposta ao orador de uma manifestação que lhe levaram, declarou, textualmente, que os proprios limites geographicos do Rio Grande estavam indicando a finalidade do seu destino.

Parece que não ha nada mais claro; e, si acaso isso não fosse sufficiente para provar esse desejo, não permitiria no Estado, que um jornal fizesse a propaganda da separação e trouxesse, em seu numero primeiro, o seu retrato em ponto grande, como o apostolo dessa ideia!

O Sr. LINDOLPHO COLLOR — Essa propaganda não envolve a responsabilidade do chefe do partido.

O Sr. ARTHUR CAETANO — Quem é o director desse jornal? Foi intendente eleito de Santa Maria e agora é coronel de um dos corpos da Brigada provisoria do Estado.

O Sr. LINDOLPHO COLLOR — V. Ex. queira lembrar-se dos discursos proferidos na assembléa do Estado a esse res-

peito. Varios Deputados da maioria protestaram vehementemente contra essa publicação.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — O orador está dando ao facto uma interpretação sua.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Não, senhor; posso até citar textualmente esse topico do discurso, que foi publicado pelo *Maragato*.

O Sr. LINDOLPHO COLLOR — Eu mesmo, na Assembléa dos Representantes, protestei vehementemente contra essa publicação, e invoquei o testemunho do nobre collega presente. O resultado foi esse jornal passar-me uma tremendissima descompostura.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Acredito no que V. Ex. está me dizendo.

O Sr. LINDOLPHO COLLOR — Não era uma declaração do partido, onde mais autoridade tinha eu do que esse moço, que era intendente em Santa Maria, e que naturalmente, tendo ingressado nas nossas fileiras, deixou de ser separatista.

O Sr. ARTHUR CAETANO — Sempre se disse correligionario do Sr. Borges de Medeiros.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — E como um dos elementos que mais pôde intensificar essa prevenção, é o facto de estarem agora sendo obrigados a marchar para a linha da frente reservistas quasi exclusivamente rio-grandenses, para se fazerem matar em proveito da segurança e tranquillidade labor dos grandes Estados, com o duplo e o triplo da população do Rio Grande, e que concorrem com quota relativamente insignificante para preencher os claros que se abrem annualmente nas fileiras do Exercito.

A consequencia dessa injustiça é, em occasiões de convulsões sociaes como a de agora no Rio Grande do Sul, e pôde mesmo sel-o em tempo de guerra externa, é serem os filhos dos Estados mais populosos os mais resguardados dos perigos da guerra, quando sobre elles é que devia pesar o maior onus da defesa da patria.

Não reerimino os dignos representantes desses Estados, e se ha quem mereça reeriminaçãoes não são SS. EEx.; e sim os Deputados do Rio Grande, que tem tomado assento nesta casa desde 1909 em diante, que nunca levantaram a voz para defender os seus patricios, os interesses do Estado contra essa clamorosa injustiça.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Mas V. Ex. sabe que a conscripção é por sorteio de classes, de modo que não ha distincção entre os sorteados, que tanto podem ser mineiros como rio-grandenses ou paulistas.

O Sr. BENTO DE MIRANDA — Mas ha uma percentagem para cada Estado.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Perfeitamente. E essa percentagem não corresponde á população dos Estados, tanto assim que Estados pequenos, como o Espirito Santo, concorrem com mil e tantos homens, quando Minas Gerais entra com o mesmo contingente.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — V. Ex. refere-se ao caso da população?

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Sim. Já expliquei por que se dá isso, mas não deixa de ser uma injustiça.

O Sr. BENTO DE MIRANDA — O sorteio é feito de accordo com as unidades que estão nas diversas regiões. Matade do Exercito brasileiro está no sul.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — É uma condição de Estado fronteiriço.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — E VV. EEx. negam que seja uma injustiça os pequenos Estados concorrerem com maior effectivo que os grandes? E' o que estou combatendo.

Por isso digo, Sr. Presidente, que reerimino os deputados do Rio Grande que tiveram assento desde 1909 nesta casa e até agora não levantaram a voz a favor de sua terra.

O Sr. BERNARDES SOBRINHO — V. Ex. tem razão. Todos os Estados deviam concorrer proporcionalmente ás suas populações. Deviam disputar uns com os outros o direito de servir á patria.

O Sr. JOAQUIM DE SALLES — O Rio Grande do Sul recebeu quasi metade das verbas votadas para o Exercito.

O Sr. ARTHUR CAETANO — Naturalmente, porque lá está a maior parte do Exercito.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — VV. EEx. estão desviando a questão, que não é esta, senão a da proporcionalidade que deve fornecer cada Estado, de accordo com a sua população.

O Sr. DOMINGOS MASCARENHAS — E a presença dessas unidades nos Estados não corresponde á população.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Essa desaffeição entre filhos de Estados diferentes vae ser uma das nocivas consequencias da politica errada do Presidente da Republica, que, a meu ver, não terá socorro...

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Não é deste governo, é do passado.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — ...durante o tempo que lhe resta de governo; ha de chegar ao termo do seu quadriennio lutando sempre contra conspirações, contra repetidas revoltas, com o paiz todo em estado de sitio, com os carcereiros cheios de cidadãos, desamparado da opinião. E não póde ser de outro modo, porque...

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — O mesmo se dizia de Floriano, que estava abandonado da opinião e de toda a gente. Entretanto, é o mais glorioso dos brasileiros até hoje.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — ...as violencias vão em um crescendo que espanta, irritando cada vez mais a opinião publica, e, sobretudo, as classes armadas, chegando ao auge, segundo se affirma, de já até ser maltratado physicamente e até esbofetado na Policia um official do Exercito, o capitão Costa Leite...

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Boatos.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — ...trato que não se dá ao mais infimo dos gatunos, á escoria dos vagabundos frequentadores daquella casa.

O Sr. JOAQUIM DE SALLES — O que o capitão Costa Leite fez foi um *rôto* na delegacia, e para conter um homem que atirava cadeiras sobre os funcionarios policiaes, talvez seja possível que estes tivessem faltado com os deveres de amabilidade.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Não podemos estar fazendo obra só pelo que VV. EEx. dizem, interessados em defender o Governo.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — E por que fazer obra com os boatos?

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Eu disse "segundo se affirma".

O que admira, Sr. Presidente, é que o Ministro da Guerra, o marechal Setembrino de Carvalho, que é o chefe do Exercito, assim como outros officiaes generaes, assistam impassiveis, com frieza cadaverica, essa ignobil affronta, essa aviltante humilhação, essa degradação extrema da farda do Exercito, ao qual elles pertencem. (*Muito bem.*)

O Sr. DOMINGOS MASCARENHAS — Si não tomou providencia alguma, deve V. Ex. acreditar que é boato falso.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Não ha duvida que é uma pretensão insensata essa de quererem os senhores tenentes do Exercito dictar leis ao paiz (*muito bem*), como si a sciencia dos governos livres, que é uma das mais difficeis, pudesse ser dirigida a golpes de espada pela ignorancia de uma juventude pretenciosa.

Mas, Sr. Presidente, essa psychologia, que se nota no espirito publico e no proprio Exercito, é oriunda — força é confessarmos — do desprestigio que dia a dia cresce contra os governos da Republica pela convicção, que já se infiltrou na alma popular, da desmoralização que lavra em todos ou quasi todos os ramos do serviço publico; pela convicção da desonestidade que avassala uma grande parte das consciencias dos directores da politica nacional; pela convicção da nulla efficiencia deste aparelho que dá pelo nome de "Congresso Nacional", cuja missão parece cada vez mais se reduzir, se limitar á cega obediencia ao Executivo; pela convicção da falta de liberdade politica, que vae pelos Estados e pelos municipios em fóra, convertidos em feitorias exploradas por syndicatos politicos; pela convicção, finalmente, dessa massa fabulosa de impostos, que esmaga o povo; impostos federaes, estaduais, municipaes, dos quaes uma grande parte é desbaratada em despesas improficuas, escoando-se tambem pelas mãos dos delapidadores da fortuna publica.

Prouvera a Deus que o honrado Sr. Presidente da Republica pudesse manter a ordem, tranquillizar a Nação. Mas, penso — e disso estou convencido — que não póde, e que para se sustentar no governo até o fim do seu quadriennio terá de entregar o paiz a seu successor em franco caminho de bancarrota.

S. Ex., que dizia ter recebido o paiz em pessimas condições financeiras — o que, aliás, é uma verdade — terá de passar pelo desgosto, pelo immenso dissabor de entregal-o ao seu substituto, talvez, em peiores condições do que o recebeu.

As avultadas despesas, que está fazendo com a sustentação de um exercito em operações de guerra para combater os revolucionarios do Paraná e Rio Grande do Sul, despesas que ainda não vieram a publico, mas que hão de ser enormes, cada vez mais estão aggravando a nossa ruina.

O cambio, o expoente dessa lamentavel situação, é o peor inimigo de seu governo, a vanguarda da crise, cujos prodromos já se assignalam nos clamores desvairados daquelles que pensam conjural-a com mais factos de papel-moeda, quando o effeito seria inteiramente contrario, igual ao daquelle que quizesse apagar o fogo com mais lenha!

O que nos falta, Sr. Presidente, não é numerario, porquanto as carteiras dos bancos estão cheias.

Ha poucos dias ainda a Inspectoria dos Bancos, a meu pedido, me forneceu um documento pelo qual se via que em 30 de setembro as carteiras dos bancos do paiz continham cerca de 900 mil contos, numerario, a meu ver, sufficiente para attender a todas as necessidades do commercio e das industrias.

E' certo que já decorreram, desse periodo até hoje, dous mezes e meio; mas creio que as carteiras dos bancos ainda dispõem de numerario bastante para movimentar todas as transacções indispensaveis á vida das industrias e do commercio.

O que nos falta não é numerario; o que nos falta, e que muita gente não tem coragem de dizer, é tranquillidade em todo o paiz, é confiança no Governo, é segurança pelo dia de amanhã, cuja incerteza o estado de sitio, na metade das unidades da Federação, não cessa de annunciar ao mundo que a Republica está em perigo.

O Sr. PIRES DO RIO — O que nos falta é bater os revoltosos e punir seu crime.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — V. Ex. está obsecado por esta idéa.

O Sr. ARTHUR CAETANO — O nobre apartista parece que soffreu algum assalto em seus haveres no Estado de São Paulo...

O Sr. PIRES DO RIO — Não os tenho, infelizmente.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — E' esta incerteza que obriga os bancos a conservarem suas carteiras altas, afim de se precaverem contra possíveis tempestades commerciaes; que os obriga a se retrahirem, a elevarem as taxas de seus descontos, a restringirem as suas operações, e, dahi, essa apparencia de falta de numerario e, portanto, a crise.

A falta de meio circulante, sobretudo quando é constituído por moeda fiduciaria inconvertivel, nunca se caracteriza pela depressão da taxa cambial — isso é uma heresia em finanças. O phenomeno que induz este facto é justamente o contrario — excesso de meio circulante, o que, aliás, é comprehensivel por qualquer intelligencia medianamente culta, bastando, para isso, reflectir que toda a Nação precisa de uma certa somma de moeda metallica ou papel fiduciario inconvertivel, para pôr em circulação a massa do seu capital fluctuante.

Se esta somma, digamos, é de um milhão de contos de réis, é muito claro que, se emitindo dous milhões, esse papel tem de se depreciar em 50 %; se se emitirem tres milhões, seu valor terá de se depreciar em duas terças partes, porque o augmento da massa do capital fluctuante nunca acompanha proporcionalmente os factos de papel-moeda.

O Sr. BENTO DE MIRANDA — Mas a difficuldade é justamente medir aquillo que é estritamente necessario.

O Sr. DOMINGOS MASCARENHAS — Fazer a dosagem em relação ás necessidades do paiz.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — O que affirmei foi que o meio circulante nunca se caracteriza pela depressão da taxa cambial, sobretudo quando é constituído por papel-moeda fiduciario inconvertivel.

A genese desta crise, que cada vez mais se accentúa, não é, portanto, a falta de meio circulante, mas sim a falta de tranquillidade em todos os espiritos, é este estado anormal que atravessa a sociedade brasileira, em que a violencia e o arbitrio, sempre inimigos da paz e da ordem, substituem o imperio da lei.

O Sr. PIRES DO RIO — E' a falta de patriotismo dos revoltosos.

O Sr. BENTO DE MIRANDA — O arbitrio veio em consequencia da violencia da revolução.

O Sr. ARTHUR CAETANO — A revolução é consequencia sempre dos máos governos; ellas teem, ou uma causa economica, ou uma causa politica.

O Sr. PIRES DO RIO — E', repito, falta de patriotismo dos revoltosos, contra o actual Governo, que o orador apoiou.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Não responderei immediatamente ao aparte de V. Ex., porque, para tanto, teria necessidade de desenvolver outras questões.

Esta situação, se a carestia da vida não precipitar o Jovô nalguma revolta de mais sérias consequencias, se prolongará até 15 de novembro de 1926.

Que gloria póde ter o honrado Sr. Presidente da Republica em terminar, nestas condições, o seu quadriennio, cujo epilogo parece não escapar ao *crack nacional*?

O Sr. PIRES DO RIO — O Sr. Presidente da Republica não visa glorias, mas apenas cumprir o seu dever.

O Sr. WENCESLÃO ESCOBAR — Um bom brasileiro, sincero, patriota, não devia sobrepôr seus caprichos, sua teimosia renitente, a essa vergonhosa calamidade, a essa desgraça da Patria.

O SR. EURICO VALLE — Não seria bom brasileiro, se deixasse o Governo antes do período, porque, então, não teria coragem cívica para cumprir seu dever.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — Ha circumstancias sociaes em que o Governo deve collocar, acima dos seus caprichos, o bem da Patria.

O SR. EURICO VALLE — S. Ex. apenas defende o paiz contra a desordem.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — Deante da impossibilidade de pacificar a Republica e a certeza de cada vez mais arruinal-a conservando-se no poder, S. Ex. só tinha um caminho a seguir, dictado pela visão de largo descortino e abnegado patriotismo — passar o governo a seu substituto legal.

O SR. EURICO VALLE — Isto nunca.

O SR. BERNARDES SOBRINHO — E este passaria depois a outro.

O SR. PIRES DO RIO — Seria noção de um patriotismo fraco, o não cumprimento de um dever.

O SR. EURICO VALLE — Seria a implantação da anarchia pelo proprio Governo, se isto se desse.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — Contava com esta série de apartes, que na roda de seus amigos, haveria muitissimos defensores; que não faltaria quem sinceramente ou por calculo visse nesse gesto um acto de fraqueza; mas elles não tem a responsabilidade tremenda de S. Ex. pela sorte, pelos destinos da Patria.

O SR. EURICO VALLE — Temos, como representantes do povo.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — Entregue o governo a seu substituto legal, pode-se com segurança afirmar que em trinta dias estaria pacificado todo o Brasil; teria voltado a calma a todos os espiritos, a paz a todos os lares, a confiança em todas as relações sociaes, estancando-se essa fonte de gastos exorbitantes com a sustentação da guerra interna, que cada vez mais está nos arrastando para a miseria e quem sabe se para dias mais tenebrosos.

O SR. BERNARDES SOBRINHO — Isso duraria 15 dias, porque os João Francisco e Isidoro fariam outra revolução.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — Os nobres Deputados podem estar com a verdade e eu em erro, mas confesso que fallo de alma aberta, com a maior das sinceridades com que póde fallar um homem publico a seu paiz. Não sou um despeitado, um aspirante a posições das quaes, mercê de Deus, digo sem orgulho, nunca precisei para viver independente.

O SR. ARTHUR CAETANO — Apoiado.

O SR. WENCESLÃO ESCOBAR — O meu grande, o meu supremo desejo seria ver esta pobre humanidade seguir, alliviada das injustiças sociaes, as etapas de sua existencia. Mas já que isto é impossivel, um sonho, ao menos quizera ver concretizados esses desejos em relação a todos os meus patricios a todos os meus compatriotas, a todo o meu caro Brasil.

E hoje a unica solução pratica deste anhelos seria S. Ex. passar o Governo ao seu substituto legal. (Protestos.)

Immediatamente cessaria o estado de sitio, abrir-se-hiam as prisões, de par em par, para a liberdade de milhares de cidadãos que vivem encarcerados, cessaria de correr o sangue irmão, e não correriamos o risco de ver a nossa moeda reduzida ao valor do marco allemão. O Brasil, senhores, entraria no regimen normal, no gozo tranquillo de todas as docuras da paz, de todas as garantias constitucionaes. (Muito bem; muito bem.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 24 DE NOVEMBRO DE 1924

O SR. SIMÕES LOPES — Sr. Presidente, a proposta do Governo sobre o orçamento da Agricultura para o exercicio vindouro andava em cerca de 55 mil contos, e, sobre ella, uma distincta comissão de homens illustres, chamada a comissão dos 12, realizou córtes, na razão approximada de 42 %.

A illustrada Comissão de Finanças, examinando o criterio dessa comissão especial, resolveu suspender um pouco o machado com que se tentava derrubar, por assim dizer, a obra da nossa produção.

O SR. MANUEL DUARTE — Nesse ponto, não apoiado. A Comissão de Finanças já havia feito o seu trabalho orçamentario, até á 2ª discussão, quando foram publicadas as suggestões da Comissão dos Doze.

O SR. SIMÕES LOPES — Mas a verdade é que os córtes dessa comissão orçam por 42 % e os da de Finanças atingem a cerca de 32 %.

O SR. MANUEL DUARTE — Mera coincidência.

O SR. SIMÕES LOPES — Não ha duvida. Entretanto, o proprio illustre Relator da Agricultura discorda, em grande parte, daquelle parecer.

O SR. MANUEL DUARTE — Prova de que ella não se deixou levar pelas suggestões.

O SR. SIMÕES LOPES — E' a prova, tambem, de que S. Ex. o illustre Sr. Oliveira Botelho, como acabei de dizer, suspendeu um pouco o machado ameaçador.

Mas, bastam as poucas palavras que acabo de pronunciar, Sr. Presidente, para justificar a minha presença na tribuna, neste momento.

Como Ministro da Agricultura, no governo do eminente Sr. Epitacio Pessoa...

O SR. ELYSEU GUILHERME — E muito competente.

O SR. SIMÕES LOPES — ...enfrentei com S. Ex. essa grande obra em prol da produção nacional.

O SR. TAVARES CAVALCANTI — E prestou os maiores serviços á Republica. (Muito bem; apoiados.)

O SR. SIMÕES LOPES — Agradeço a VV. EE.

Foi uma obra trabalhosa, de meditação e de esforços, para assimilação do que de bom se encontra nos regulamentos e na pratica de outros paizes, cujos ensinamentos procurámos trazer para o nosso, posto que contando desde logo com as difficuldades de adaptação. Si povos de outra raça, de maior vigor ethnico, fizeram muitas vezes, como a Norte America, tentativas vãs, durante largos annos, para levantar as suas organizações agricolas á altura das necessidades, que dizer de nós, Sr. Presidente, menos avançados na escala hierarchica do progresso, menos caldeados, talvez, de sangue potente para a grande obra que enfrentámos, desprovidos de recursos, de pessoal tecnico, de transportes faceis e de outros elementos?

Era preciso, entretanto, resolver o problema, e, á testa da Republica, estava o Sr. Epitacio Pessoa, cujo nome é bastante para recomendar qualquer programma de governo. (Apoiados.)

Ministro que fui de S. Ex., com elle collaborando nessa obra administrativa, cumpre-me, neste momento, correr ao debate, sinão para obviar córtes que parecem haver dominado o animo e as sympathias dos representantes da Nação, ao menos para defender as praticas que introduzimos nas diversas reformas realizadas e protestar, em nome da sciencia economica e da orientação dos modernos povos, contra esse processo arbitrario de effectuar reduções orçamentarias, que vão desde 2 % até 42 %, cabendo justamente a mais elevada taxa ao Ministerio da Agricultura, órgão do trabalho reconstructor das principaes forças vitais do nosso paiz.

Seriam, porventura, inuteis as verbas introduzidas nesse orçamento durante a presidencia Epitacio Pessoa? Teria havido tão má organização de serviços, a ponto de se infligir tamanho golpe á obra da produção?

Eis, Sr. Presidente, as razões pelas quaes pretendo occupar por alguns momentos a attenção dos meus dignos compatriotas.

Todos sabem que o nosso paiz viveu largos annos sem Ministerio da Agricultura.

As Provincias e depois os Estados é que fomentavam, como lhes era possivel, a sua economia interna — pois quanto á agricultura havia apenas, junto ao Ministerio da Viação, um nucleo embryonario de serviços, referente á immigração para os nossos campos.

Eram as associações agricolas, era a palavra dos propagandistas, dos Moura Brasil, dos Oliveira Bello, dos Eduardo Cotrim e outros, era a voz da Sociedade Nacional de Agricultura, das diversas aggremações rurales, que faziam vibrar a nota da urgente necessidade de nos organizarmos economicamente para as conquistas do futuro.

Em 1909 dá-se a criação do Ministerio da Agricultura.

Com que pessoal podiam contar os governos para essa grande obra? Onde recrutar-o? As escolas agricolas, que são o viveiro desses moços, essas quasi não existiam, sendo reduzidissimo o numero de engenheiros agrónomos e medicos veterinarios.

O nosso povo gosta mais dos titulos academicos de outras profissões liberaes. O Brasil é o paiz dos analphabetos, mas tambem dos doutores...

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — Por isso, mesmo, não deixa de ser tambem um paiz de doutores, analphabetos...

O SR. SIMÕES LOPES — ...é o paiz, tambem, onde menor numero se encontra de chefes de cultura, de mecanicos, de chimicos, de mestres e contra-mestres, de agrónomos e veterinarios, technicos, enfim, de profissões diversas, que são o poderoso instrumento do trabalho economico dos povos.

Como obter pessoal? — dizia eu. Muito naturalmente, entre os elementos existentes, e, mais, sob a influencia da politica reinante nos diversos momentos da nossa evolução.

Resultado: a má colheita de pessoal e uma organização falha, na qual os technicos escasseavam, abundando individuos de outras profissões e origens fóra das especializações affectas a esse grande departamento de actividade.

Tronpe, subitamente, a guerra européa; faz-se um apello de honra á nossa producção; pagam-se preços elevados e o Brasil em oito productos — assucar, arroz, batata, farinha, milho, xarque, carnes e conservas — exportados, em 1912, em cerca de dez mil toneladas, no valor de 113.000 libras, cinco annos depois, em 1917, exporta desses mesmos artigos quatrocentas mil toneladas (400.000), no valor, ouro, de 13 milhões de libras!

Olhem que é phantastico o que se operou aos nossos olhos em tão curto tempo!

Deante da evidencia de tão grandes vantagens pecuniarias do apello feito as suas energias, o Brasil movimentou-se febrilmente; creou-se outro ambiente, fomos comprehendendo o valor da nova capacidade productiva, ainda que posta á prova por motivos accidentaes de uma guerra tremenda que acabava de incendiar o mundo.

Nesse ambiente, assumia o Governo o illustre Sr. Wenceslau Braz. Todos os nossos presidentes teem tido uma nota de sua passagem pelo governo da Republica: uns a fundaram, outros a consolidaram, outros a pacificaram, outros reorganizaram as finanças, etc. Ao Sr. Wenceslau Braz, o honrado mineiro, não coube menor tarefa, nesse instante excepcional, que acabo de assignalar em poucas palavras, mas com expressivos numeros.

E S. Ex. esteve á altura do momento. (*Muito bem.*)

Além do inestimavel serviço prestado á Patria, relativo ás nossas reservas militares, que se tornou uma realidade, apenas esboçada em governos anteriores, S. Ex. iniciou, com o seu operoso Ministro Pereira Lima, uma série de medidas de amparo ás nossas principaes fontes da industria. E, sobretudo, com Pereira Lima, quero accentuar, que foi o seu segundo ministro e que nesse curto lapso de tempo deixou traços muito profundos da sua passagem por aquelle departamento. (*Apoiados.*)

Não poderia, talvez, fazer mais do que fez S. Ex. o Sr. Pereira Lima.

O Sr. Wenceslau Braz atacou problemas do maior valor social e economico. Foi S. Ex. o creador dos patronatos agricolas...

O Sr. RAUL SÁ — Benemerita instituição.

O Sr. SIMÕES LOPES — Não pôde haver, sob o ponto de vista da moral social, da assistência publica, nenhuma obra...

O Sr. RAUL SÁ — ...mais sympathica.

O Sr. SIMÕES LOPES — ...mais sympathica e de maior alcance social do que essa.

Mas, outras muitas recommendam ao apreço nacional o nome desse illustre presidente.

Todos sabemos que com o governo Rodrigues Alves e Lauro Müller pensaram pela primeira vez seriamente os nossos estadistas na questão do carvão nacional. E a vinda dos Estados Unidos do Sr. White, o seu relatorio...

O Sr. PIRES DO RIO — Magnifico relatorio.

O Sr. SIMÕES LOPES — ...são o attestado do valioso serviço prestado por esse governo, mandando vir á nossa terra o sabio geologo. (*Muito bem.*)

Pois bem; todos vimos que elle escreveu um trabalho volumoso...

O Sr. PIRES DO RIO — E magistral.

O Sr. SIMÕES LOPES — ...que permaneceu largos annos sepultado pelo indifferentismo dos nossos homens!

Nas questões allí estudadas se encontram soluções seguras relativas ao nosso carvão, sob diversos pontos de vista, indicações preciosas sobre as suas applicações ás nossas industrias.

O Sr. Wenceslau Braz, pesando devidamente a magnitude do problema, aliás tambem elucidado nesse instante por uma comissão especial parlamentar, a que tive a honra de pertencer em companhia de meu prezado collega Sr. Bento Miranda e outros, resolveu enviar aos Estados Unidos o distincto profissional Sr. Assis Ribeiro, notavel tecnico brasileiro. (*Muito bem.*)

O Sr. PIRES DO RIO — Elogio muito justo.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Homem respeitavel sob todos os pontos. Um grande brasileiro.

O Sr. SIMÕES LOPES — Quem desejar instruir-se sobre o caso, leia o relatorio do Sr. Assis Ribeiro, completo e magistral, de onde surgiu a usina da Barra do Pirahy. E, pois, este mais um dos grandes serviços do governo Wenceslau Braz, além de diversos decretos animadores da nossa producção.

O Sr. PIRES DO RIO — Basta vêr a maneira intelligente e pratica por que se fez a estimulação do trabalho agricola.

O Sr. SIMÕES LOPES — Mas, Sr. Presidente, devia ser mesmo suggestivo ao nosso espirito o que occorria em outras partes do mundo. Ainda os paizes mais antigos, os velhos mestres da industria, os donos do carvão como a Inglaterra, procuravam installar, a essa hora, novas estações de pesquisas, para, ainda uma vez, estudar aquillo que já vinham exami-

nando ha duzentos annos — o carvão — para delle tirar melhor proveito.

Como não haveriamos nós, tambem, de nos interessar por essas cousas?

O Sr. PIRES DO RIO — Os homens publicos do nosso paiz teem sempre estado attentos ao movimento do progresso industrial da Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha. Precisamos dizer isto a bem da justiça com que devemos tratar os nossos predecessores.

O Sr. SIMÕES LOPES — Devo assignatar, com pretensão alguma — e digo o que sinto — que tem havido grande morosidade por parte dos nossos estadistas na solução desse problema (*apoiados*), pois acabo de mostrar que um especialista ha 20 annos traçara um programma que nunca foi executado.

O Sr. PIRES DO RIO — Temes dado todos os passos em materia de tentativas.

O Sr. AZEVEDO LIMA — Mas não passamos de tentativas. Somos só poetas.

O Sr. SIMÕES LOPES — Sr. Presidente, em 1918, tive a honra de ser o Relator na Comissão de Finanças do orçamento do Ministerio da Agricultura e nesse momento lançando o olhar para a verba global dos diversos orçamentos da Republica, verifiquei que, nessa partilha de gastos, tocara apenas a quota de 3 % aos nossos serviços agricolas.

Não posso fazer longas leituras do que então se passou, por ser escasso o tempo e muito precisar dizer á Camara neste momento.

O Sr. AZEVEDO LIMA — V. Ex. tem duas horas.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E a Camara ouvirá V. Ex. com todo o prazer.

O Sr. SIMÕES LOPES — Muito agradecido. Quero incorporar ao meu discurso alguma cousa do que disse nessa occasião. Aqui estão (*mostrando*) os pareceres a que me reporto e desejo mostrar o animo com que recebi nessa época a proposta do Governo e a maneira decisiva com que a apoiei então. Lamentava eu que os nossos estadistas de então não dispuzessem de um instrumento de trabalho á altura do momento que atravessavamos e tratei de augmentar quanto possível as dotações, sustentar os acrescimos pedidos pelo Governo, demonstrando, assim, que já naquelle instante marchavamos com certo desassombro para melhores dias.

Peço licença para transcrever algumas palavras desse meu parecer:

«Os effectos das medidas applicadas pelo Governo não podem ser promptamente apreciados; mas o certo é que os mais graves problemas estão sendo visados.

O carvão, o ferro, as pesquisas de oleos e outros trabalhos geologicos estão em andamento, sob as immediatas vistas do illustrado Dr. Gonzaga de Campos, quanto basta para confiarmos no auspicioso esforço que se desenvolve.

Sobre o carvão, parece que ha elementos para acreditar-se no exito da nova industria mesmo após a guerra. Este mineral muito se liga ao caso da nossa siderurgia, que de qualquer fórma não interromperá a sua marcha, ainda que pelos recursos da florestação; intelligentemente preparada e com o auxilio dos novos processos electricos conhecidos.

Urge explorar as minas de cobre para garantir o suprimento dessa materia indispensavel.

Não devemos perder o ensejo de organizar as nossas melhores producções.

A guerra é creadora, como todas as forças de destruição, observa Lysis no seu precioso livro *Pour Renaitre*.

Foi sob os effectos do bloqueio de 1810, lembra elle, que Napoleão creou na França, em menos de tres annos, a industria assucareira da beterraba, com a producção de quatro milhões de kilogrammas, que para sempre ficou incorporada ás riquezas industriaes daquelle paiz.

Não me parece que o ministerio esteja aparelhado para a acção energica e proficua que o momento exige. Em todos os ramos da actividade pratica existe falta de pessoal e de material correspondente.

A organização das inspectorias regionaes, a defesa agricola e pecuaria, o ensino agronomico, os laboratorios annexos ás estações experimentaes, a organização do serviço de distribuição de sementes, a estatística agricola e industrial, a diffusão do credito agricola ao alcance do pequeno proprietario, o estudo methodico do nosso sub-solo, a avaliação das forças hydro-electricas disponiveis, os serviços de irrigação e drenagem bem poderiam absorver pelo espaço de alguns annos as preoccupações dos nossos estadistas.

Sem essa effectiva organização, sem a mobilização prompta de todos esses instrumentos, não sahiraos da precaria situação em que nos encontramos.

Convencidos dessas necessidades, que são inadiáveis para o surto das forças economicas do paiz, o relator traz a esta illustrada Commissão o pensamento que se traduz *no apoio ao augmento de algumas verbas*, amplamente justificado, no ligeiro retrospecto que fizemos.

Nenhum povo, aliás quasi todos mais avançados do que nós na exploração racional da sua agricultura, dedica tão poucos recursos ao fomento da maior das riquezas.

A guerra veio dar novo padrão aos moldes do trabalho universal.

Si não nos approximarmos, ao meros, dessas novas practicas, veremos destruido amanhã o fragil organismo das improvisadas expansões geradas, porventura, no artificio do momento.

Todos os povos o comprehenderam.

Eis porque, através do fumo das operações militares, estão elles legislando, estão aprimorando os seus instrumentos de riqueza.

Cumpra ao Brasil entrar tambem no programma da sua economia verdadeira.

E este não pôde ser sinão o do revigoramento de todos os esteios do trabalho agricola e industrial, enfeixados nos diversos serviços deste ministerio.

Eis porque não recusamos nosso apoio ás solicitações dos nossos collegas nem ao bem entendido pensamento do Governo.

Tal foi, Sr. Presidente, o espirito liberal com que então procedemos.

Após o Sr. Wenceslão Braz, veio o Sr. Delphim Moreira, o illustre mineiro que por tempo tão curto dirigiu o paiz, mas que deixou do seu character e das suas tradições uma memoria inapagavel. (Apoiados.)

Pena foi que a doença o houvesse debilitado nos ultimos tempos e que não pudesse assim aproveitar, na gestão dos negocios publicos, uma individualidade tão integra, um character tão bom (apoiados), que se affirmava em todas as rodas pela sympathia...

O Sr. LINDOLPHO COLLOR — Pela firmeza.

O Sr. SIMÕES LOPES — ... pela firmeza de seu espirito e por tantas outras virtudes de ordem privada.

Foi seu ministro o illustre Sr. Padua Salles, velho paulista, affeito ás lides agricolas, competente, patriota. E, pelo facto mesmo de ser paulista, achava-se identificado com essa atmospheria de trabalho, sobretudo agricola, em que se movimenta esse grande Estado. Mas, pouco tempo passou S. Ex. pela pasta; não teve opporrtunidade e tempo para imprimir-lhe maior eficiencia, mesmo porque escasseavam os necessarios recursos.

Nessa situação, surge o Sr. Epitacio Pessoa, de quem tive a honra de ser ministro.

O Sr. PIRES DO RIO — Muito competente.

O Sr. JOÃO DE FARIA — Muito operoso.

O Sr. SIMÕES LOPES — Excessiva bondade de VV. EEx.

Balaceando desde logo os elementos disponiveis de trabalho, verifiquei a escassez absoluta de technicos, encontrando, em um quadro de mil e tantos funcionarios, apenas 70 agronomos e cerca de 30 veterinarios. Era realmente uma tarefa difficil.

Sr. Presidente, não é que muitos dos ministros não tenham tido competencia bastante, mas por esse ministerio tem passado 16 ministros em 15 annos! E' o quanto basta para não ser possivel levar por diante qualquer plano com resultados apreciaveis.

O Sr. NOGUEIRA PENIDO — Cada qual tendo uma orientação nova.

O Sr. SIMÕES LOPES — O Sr. Epitacio Pessoa, com a sua capacidade de apprehensão, conhecendo o velho mundo, de onde acabava de regressar após a grande guerra, alli poude observar todos os campos de trabalho. S. Ex. veio animado das melhores idéas e prompto a desfaldar uma bandeira pela produção nacional.

Nessa mesma linha todos se encontravam, congressistas, relatores do orçamento da Agricultura na Camara e no Senado, como os Srs. Cincinato Braga, Rodrigues Alves e Justo Chermont, em cujos illustrados espiritos encontrou o Governo passado o mais franco apoio para a obtenção das verbas para a organização de serviços novos e proficuos.

Impunha-se, é bem de ver, uma reforma naquelle ministerio, não só no ramo propriamente agricola, como no da industria pastoril, como no das riquezas de sub-solo e ainda na parte concernente á industria e ao commercio. Vêde bem, meus caros collegas, que orbita colossal de serviços tirhamos de enfrentar para gerar novas forças de produção e de trabalho, para agitar e atrahir os espiritos e os capitães de fóra e de dentro do paiz...

O Sr. PIRES DO RIO — Atrahir os capitães de fóra e orientar os internos.

O Sr. SIMÕES LOPES — ...capital e trabalho que o Governo jámais pôde subtrahir, sinão apenas orientar e garantir pelo amparo das melhores leis.

Era preciso cuidar igualmente do ensino tecnico e profissional, tão bem posto em relevo no magnifico discurso do nosso illustre collega Sr. Fidelis Reis.

O Sr. FIDELIS REIS — Só esse serviço e o da estatística justificariam a existencia de um ministerio. (Apoiados.)

O Sr. SIMÕES LOPES — Medir a potencia hydraulica das nossas cachoeiras e a sua applicação á industria moderna era igualmente um dos pontos do nosso programma. Era preciso enfrentar uma serie de problemas dos mais palpitantes, aproveitando escassos elementos, valorizando os nossos homens de merecimento, como se faz em outros paizes.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — Apoiado.

O Sr. SIMÕES LOPES — A legislação norte-americana, Sr. Presidente, estimula o espirito inventivo do povo, dando-lhe regalias especiaes, resguardando as patentes, que são o producto das suas uteis concepções.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — Em toda a parte V. Ex. sabe que todos os inventores passam, a principio, como loucos.

O orador cita e muito veridicamente que nos Estados Unidos os inventores não são tidos nessa conta. Si Santos Dumont tivesse descoberto a direcção da aeronave aqui, talvez tivesse passado por doido, como succedeu com Bartholomeu de Gusmão. Ainda agora ha um brasileiro, possuidor de um invento de grandiosidade no futuro — o aproveitamento das marés. Pois bem, ninguem dá por elle. Si fosse na Europa, estaria na galeria da fama.

O Sr. SIMÕES LOPES — Na primeira constituição, George Washington já punha em relevo esse ponto, não parece nada, mas que tem sido talvez a maior força daquela nacionalidade, porque no espirito inventivo do norte-americano está a sua maior potencia, a sua maior gloria.

O Sr. AUGUSTO DE LIMA — Ahi está Edison.

O Sr. SIMÕES LOPES — Era do programma do governo a reforma dessa directoria nos moldes modernos tendo feito até estudos especiaes para esse fim, aqui e no estrangeiro, o illustrado director, Sr. Araujo Castro.

A Directoria da Agricultura, ao tomarmos conta da pasta, não dispunha de inspectores regionaes para alguns dos Estados, sendo reduzidissimo o grupo de auxiliares.

Era mister reparar a falta, dando a todos os Estados esses technicos e o material necessario ás suas delicadas funções. Para vêr-se o resultado dessa transformação basta compulsar os ultimos trabalhos do Fomento Agricola, dos quaes tenho aqui alguns que posso mostrar á Camara (mostrando), estimativas de colheitas, estatisticas de produção, valores, etc., perfeitos graphicos (mostrando), relativos a culturas especiaes de milho, trigo, centeio, aveia, batata cevada, etc.; trabalhos até então nunca executados por falta de elementos.

Era necessario dar uma feição differente áquella directoria, levando para alli um perfeito agronomo honesto, competente e zeloso, como o Sr. Arthur Torres, devido a cujos esforços já muita cousa conseguimos.

O Sr. PIRES DO RIO — Só esse trabalho informativo é um merito do serviço.

O Sr. SIMÕES LOPES — Mas, o que acabo de dizer é uma leve idéa do que é e será esse departamento. Os serviços de cooperação com o agricultor, os conselhos aos homens que trabalham nos campos, os exemplos de lavoura mecanica e enfim uma série de providencias que não poderia descrever desta tribuna, fazem parte dos regulamentos e dos programas, feitos todos com attenção á fiscalização dos serviços por meio de boletins, etc.

E' preciso que o ministro esteja ao corrente do desenvolvimento dos serviços entregues ainda aos mais modestos funcionarios espalhados pelo interior do paiz.

Si estabelecermos esse methodo, si mantivermos como chefes os homens competentes, si banirmos a politica extrema, que é a ferrugem que estraga o organismo nacional (muito bem); si combatermos o favoritismo, que tanto mal tem feito (apoiados); si formos republicanos nas idéas e nas practicas, dentro do ministerio, como o somos nesta tribuna; si cumprirmos o nosso dever de republicanos em quaesquer postos em que nos encontrarmos (apoiados), respeitando os dogmas superiores do regimen, os principios da igualdade social e os direitos de cada qual (muito bem), formaremos um agrupamento de homens conscientemente subordinados á uma sã orientação e teremos amigos dedicados para enfrentar a obra do trabalho, seja ella qual for.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — Assim inspiraremos confiança aos governados

O Sr. SIMÕES LOPES — Ao lado da directoria do Fomento Agrícola é preciso, porém, que militem novas forças de trabalho, annexas e convergentes.

A sciencia agronomica tem evoluído muito e dos paizes civilizados nos chegam dia a dia os melhoramentos, os inventos, as novas praticas conhecidas nas estações experimentaes, que reduzem as despesas, aproveitando a experiencia dos outros, em bem da economia e da garantia do trabalho do futuro.

O Sr. PIRES DO RIO — Devemos aproveitar a experiencia do estrangeiro.

O Sr. SIMÕES LOPES — O ministro, conhecendo, em todos os paizes, os efeitos e beneficios da Meteorologia Agrícola, não podia deixar de, immediatamente, melhorar essa repartição, que então não era autonoma, que funcionava conjuntamente com o Observatorio Nacional, outra repartição importantissima, mas não tão pertinente ao serviço especialissimo da primeira.

E os ultimos estudos na Russia, na França, na Italia e outros paizes, me levaram a ter uma confiança profunda nos processos consubstanciados nas lições do professor Azzi, italiano, resurgindo os efeitos da meteorologia, na arte de cultivar com eficiencia o solo.

Existindo, nessa repartição, um moço de excepejonal valor, moral e profissional, o Sr. Sampaio Ferraz, mandei-o aos Estados Unidos, desde logo, aproveitando os seus enthu-siasticos impulsos pela nova sciencia.

De lá veio S. S., trazendo o material necessario para as novas installações, com os meios que promptamente obtive do Sr. Presidente, que, devo dizer, jámais me recusou o apoio moral e material para a realização da nossa grande obra.

O Sr. ADOLPHO BERGAMINI — E' um grande brasileiro.

O Sr. SIMÕES LOPES — Operou-se, assim, a reforma, separando como convinha, a Meteorologia da Astronomia, esta tambem dirigida por não menos illustre scientista, o Sr. Henrique Morise, que já tem honrado o nosso nome em congressos estrangeiros. Pudemos dessa fórma desenvolver os serviços meteorológicos, applicando-os a diversos mistéres, não só propriamente agricolas como, tambem, a phenomenos aerológicos e medições de rios, ligados aos interesses da navegação marítima e aerea nas nossas longas costas.

O Sr. PIRES DO RIO — E' serviço que está revelando a nossa civilização.

O Sr. SIMÕES LOPES — E S. S. o Sr. Sampaio Ferraz, organizador dessa grande obra, tem merecido os applausos desta Camara e os da Nação. (Apoiados.)

O Sr. DOMINGOS MASCARENHAS — Com inteira justiça.

O Sr. SIMÕES LOPES — E' elle filho do saudoso Sampaio Ferraz, um dos maiores propagandistas da Republica, de energia indomavel, grande factor no advento do novo regimen.

Pois bem, esse moço produziu uma obra de real valor, que póde ser observada pelos meus nobres collegas, em que se destaca a simplicidade, a ordem, o methodo, a rapidez a par da maior probidade profissional.

Naturalmente que os nossos boletins ainda não se compararam aos maravilhosos trabalhos americanos e, mesmo, a alguns da Republica Argentina, como este (mostrando) que exhibo neste momento.

Em todo o caso já podemos ter o prazer de apresentar trabalhos como o que tenho em mãos, que deverão melhorar com o aparelhamento gradativo da repartição.

Um dos primeiros serviços foi dar publicidade a boletins de dez annos passados, que, por falta de verba, nunca tinham vindo a lume e com cuja confecção se haviam despendidos alguns milhares de contos.

Parece-me, pois, que era uma necessidade a reforma da Meteorologia, no sentido de afeiçoal-a ás investigações agricolas, á devassa dos factores aerológicos, medições das descargas dos rios, etc., etc.

Só por essa fórma podemos resolver os problemas principaes da producção de artigos de valor como o trigo, a cevada, a aveia, o linho, etc., cujas melhores sementes não estão ainda adaptadas ás nossas terras e climas.

Poderíamos ter deixado de cuidar do Instituto de Chimica? Era elle desprovido de todos os elementos. Como resolver os problemas de analyses de terras, de oleos, de plantas, de productos industriaes diversos, si não possuíamos em ordem os nossos laboratorios?

Foi essa uma das grandes obras do Presidente Epitacio Pessoa. Fizemos uma remodelação completa desse Instituto, augmentando a casa, installando aparelhos, contractando technicos, orientação que perdura felizmente ao actual Governo, ao que estou informado. Hoje mesmo deixei de assistir, por falta de tempo, a uma preleção sobre um moderno aparelho de medir o coefficiente de digestibilidade de diversas forragens, encommendado ao tempo do passado Go-

verno, ligado á secção de agrostologia, com campo em Deodoro e um dos maiores auxiliares da pecuaria.

Bem empregado o dinheiro aquelle que se gasta nesse Instituto e utilissimo o trabalho daquelles moços dedicados e mocinhos que lá operam sob a direcção do Sr. Mario Sarai-va, profissional de grande merito, com pratica aqui e no estrangeiro, tendo sido já na Alemanha, durante seis mezes, assistente do professor O. Kallner.

O Sr. PIRES DO RIO — Um dos nossos technicos de maior valor.

O Sr. SIMÕES LOPES — Sr. Presidente, tive a ventura de encontrar já no Ministerio alguns technicos de alto valor, cujo numero procurei augmentar com o maior esmero. Sem jaclancia, posso dizer que, si durante a minha administração, colhemos resultados vantajosos, foi pela feliz escolha dos auxiliares.

O Sr. PIRES DO RIO — V. Ex. manteve sempre uma moralidade modelar administrativa, no seu Ministerio. (Apoiados.)

O Sr. SIMÕES LOPES — Muito agradeço a V. Ex., que me substituiu com intelligencia e com honra, mantendo e reforçando ainda os laços de sympathia e amizade que nos ligavam.

O Sr. PIRES DO RIO — Muito obrigado.

O Sr. SIMÕES LOPES — Tenho o prazer de fazer da tribuna esta declaração.

Mas, passando adiante, Sr. Presidente, eu posso perguntar á Camara, como se poderia fazer agricultura scientifica, sem esses Institutos?

Como estudar os vegetaes, suas doenças, as pragas que aniquillam as searas, como exercer a vigilancia nos portos e fronteiras para evitar a entrada de plantas e sementes contaminadas, sem um Instituto Biologico?

Todos os paizes cultos o tem. Eu não fiz mais do que modesta e economicamente reunir elementos intellectuaes dispersos pelo Museu, Jardim Botânico e Escola Superior de Agricultura, onde encontrei tres profissionaes de elite dentre os nossos technicos especializados, os Srs. Carlos Moreira, Eugenio Rangel e Costa Lima, aproveitando melhor os seus serviços no proprio ministerio onde funcionam. De accôrdo com elles, ampliamos os programmas e os elementos, dando ordem e disciplina aos seus serviços e hoje, como VV. EEx., poderão ver, é esse um estabelecimento que honra a administração publica do paiz e está já produzindo os melhores efeitos. (Apoiados.)

Deste têm partido investigadores para diversos pontos do paiz: foram examinadas as pragas do café, da canna; das pereiras e recentemente a da bróca, em S. Paulo.

Tem o Instituto representantes em cinco postos brasileiros.

O Sr. OLIVEIRA BOTELHO — Os technicos do Instituto combateram, ha pouco, efficazmente, a praga da canna de assucar, em Campos.

O Sr. SIMÕES LOPES — O ideal seria termos para o serviço de vigilancia sanitaria um representante em cada porto. As verbas, porém, não davam para tanto. Creámos, então, cinco postos de defesa para iniciar o serviço.

Penso que, com estas palavras, justifico a creação do Instituto Biologico, pedindo desculpas aos collegas por estar fazendo esta resenha, em defesa das nossas organizações.

O ensino agronomico, Sr. Presidente, é a base da nossa agricultura, porque das Escolas, em todas as suas modalidades, saem os technicos para exercer as difficeis funções profissionaes.

Iniciámos a reforma, aliás já estudada em suas linhas geraes, pela remodelação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, o viveiro dos nossos engenheiros agronomos e medicos veterinarios. A ella compete formar os sabios agronomos no dizer dos sabios francezes.

Uma escola desse typo não precisa ser reproduzida em todos os recantos do paiz. Só mais tarde, quando houver recursos, poderemos ter, como nos Estados Unidos, uma destas escolas em cada um dos nossos Estados.

Não obstante, precisa o Brasil possuir, pelo menos, uma Escola Superior, na mais ampla acceção do termo, á altura da intelligencia e das aspirações do nosso povo. (Apoiados; muito bem.)

E' necessario, Sr. Presidente, fixar no nosso paiz um nucleo de professores capazes, que comprehendam no mais elevado gráo a agronomia e a veterinaria, que representam duas importantes actividades.

Noventa por cento das nossas exportações comprehendem productos da agricultura e da pecuaria.

O Sr. PIRES DO RIO — E são as profissões, de maior eficiencia economica.

O SR. SIMÕES LOPES — Podemos, porventura, regatear elogios á intelligencia dos nossos compatriotas ou duvidar do descortino dos nossos estadistas? São cousas que se impõem por seu proprio valor. Não podemos negar instrução superior aos nossos technicos, para que formemos professores e colloquemos á testa das Estações das Fazendas, chefes de notavel saber que possam desvazar os mais subteis problemas agricolas e pastoris.

Tambem em França, em 1848, pretenderam aniquillar o Instituto Agronomico. O Terceiro imperador...

O SR. PIRES DO RIO — Só pôde ter sido em 1848.

O SR. SIMÕES LOPES — ... para tomar conta, ao que dizem, do palacio de Versailles, mandou extinguir aquella Escola. E qual o resultado?

Resurgir ella mais tarde aperfeiçoada, proclamando os mestres modernos que cada vez mais se torna necessaria sua manutenção. Em todos os outros paizes, esses institutos superiores constituera os melhores centros propulsores da producção scientifica. Foi, pois, com grande magua, Sr. Presidente, que ill. a principio pela voz da Commissão dos Doze e depois pela do illustre relator da Commissão de Finanças, palavras que transcreverei e que não correspondem á realidade dos factos.

Assim, o meu nobre amigo e illustre homem publico Sr. Melciades Sá Freire, para demonstrar que aquella Escola tinha numero excessivo de professores...

O SR. PIRES DO RIO — Comparou-a a uma Escola norte-americana?

O SR. SIMÕES LOPES — Si o houvesse feito, teria seguido o natural criterio. Mas, não. S. Ex. compára a Escola Superior de Agricultura não com as congeneres do paiz e do estrangeiro, mas com a Escola de Minas de Ouro Preto e com a Escola Wencesláo Braz, e como aquella tem 24 professores S. Ex. estranha que a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria tenha trinta e tantos, ao todo.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — O commentario do Sr. Sá Freire vale tanto quanto a sua administração na Prefeitura. E' irrisorio.

O SR. SIMÕES LOPES — Peço licença para declarar ao nobre collega que sou amigo pessoal do illustre Sr. Dr. Sá Freire, mas com todo o respeito estou defendendo o interesse publico.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — Perfeitamente. E' uma apreciação individual que faço á margem do discurso de V. Ex.

O SR. SIMÕES LOPES — Hei de debater, Sr. Presidente, todos esses casos e provocar a discussão para que se me diga si a organização do Governo do Sr. Epitacio Pessoa foi má e merece essa punição, ou si foi boa e calcada nos modernos principios da administração.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — Aliás, V. Ex. está fazendo uma exposição muito brilhante, ferindo pontos de real interesse para o paiz.

O SR. SIMÕES LOPES — Agradeço a V. Ex., Sr. Presidente, a Escola de Minas de Ouro Preto, que se dedica a assumptos especializados e concernentes a um só dos reinos da natureza, não pôde ser confrontada com outra, abrangendo os outros dous — vegetal e animal. Não de convir que lá é muito mais restricto o ambito que neste ultimo estabelecimento, com dous cursos diversos, onde tem a sciencia progredido muito, onde sabios se esgotam nos laboratório e nos campos em demanda de complicadas soluções. Mas teria, S. Ex. compulsado algum programma de Escolas Superiores da mesma natureza?

Porque não examinou S. Ex. o illustre relator Sr. Oliveira Botelho, que tambem endossou os conceitos do illustre Sr. Sá Freire, porque não confrontou os programmas alludidos com os de escolas similares estrangeiras?

Permitta o meu nobre collega e honrado relator, que affirme ter sido S. Ex. victima de falsas informações.

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — Por parte da administração.

O SR. SIMÕES LOPES — Posso demonstrar que V. Ex. está equivocado, em relação a diversos pontos concernentes á verba n. 16, quando exarou o parecer que vou ler:

Verba 16ª

ENSINO AGRONOMICO

Não ha negar — é excessivo o numero de lentes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria: 27 lentes e cinco professores! As constantes reformas por que tem passado aquelle estabelecimento de ensino superior, mais se tem preocupado com o desdobramento de cadeiras de que com as conveniencias do ensino. Só uma cadeira de direito,

materia do 5º anno, provida, entretanto, no anno da fundação da Escola, já se desdobrou em 3! Em *Botanica ha 2; de Agricultura 2, uma geral e outra especial; de Zootechnica tambem 2, uma geral e outra especial.* Por informação official, sei que estão vagas 5 cadeiras e as materias poderão ser annexadas a outras sem prejuizo do ensino, convindo, portanto, *supprimil-as*, não dando mais credito. E continuando, não obstante, excessivo o numero de lentes e professores, será de vantagem declarar por acto legislativo que o Governo não preenche as cadeiras que vagarem, *proven-do-as* com as designações dos lentes addidos, que forem das respectivas secções, ou annexando-as ás restantes. A economia resultante da suppressão das cadeiras vagas é de réis 72:000\$000.

V. Ex. diz que a cadeira de direito foi desdobrada em tres.

Em primeiro logar nunca existiu nessa Escola uma cadeira, exclusivamente de direito.

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — O Sr. Pires Ferreira é lento de que?

O SR. SIMÕES LOPES — Não posso cogitar desse detalhe...

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — A affirmação de V. Ex. é de tal modo cathorica que eu desejava me respondesse.

O SR. SIMÕES LOPES — Para comprovar o que digo aqui tenho para V. Ex. ver (*mostrando*) a organização primitiva da Escola, pela qual a 4ª cadeira do 3º anno se compunha não só de direito constitucional e administrativo, mas de economia rural e contabilidade agricola, etc. Essa cadeira é que foi mais tarde desdobrada em duas, como era muito natural. A informação que teve o nobre Deputado era relativa a esse desdobramento, provavelmente.

O SR. JOAQUIM DE SALLES — Acabo de perguntar ao nobre relator, como S. Ex. supprimiu cinco patronatos agricolas e S. Ex. me respondeu que as suppressões foram indicadas pelo Ministro. No entanto o Ministro me declarou que, com grande surpresa, soubera desses côrtes e que os achava, como dissera ao proprio relator, um absurdo. Vê a Camara como pôde o relator estar perfeitamente mal informado.

O SR. SIMÕES LOPES — E' o que affirmo. S. Ex. foi victima de uma informação falsa, afóra quaesquer anomalias como a do Dr. Pires Ferreira ou outras, muito communs na nossa administração.

O facto é que não existe hoje, como nunca existiu, mais que uma cadeira de direito na Escola Superior de Agricultura.

A nossa reforma não praticaria tão grande absurdo, revelador da maior ineptia administrativa.

O SR. AZEVEDO LIMA — Quaes são as tres cadeiras que o relator diz que foram o resultado do desdobramento da primitiva?

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — A informação que tive foi que no primeiro anno da criação dessa Escola foi nomeado um lente para uma cadeira de direito, e que posteriormente a mesma se desdobrára em tres.

Não posso, porém, dizer quaes foram.

O SR. SIMÕES LOPES — Essa foi a primeira das accusações. Mas, S. Ex. continúa, como vimos, estranhando que outras cadeiras tenham sido desdobradas, como as de agricultura, botanica e zootechnia. Não comprehendendo os motivos da impugnação.

Sem recorrer, por ora, aos exemplos do estrangeiro, tomemos, dentro do nosso paiz, os programmas da excellente escola agricola de Piracicaba, que não é bem uma escola superior.

Aqui está, Sr. Presidente, (*mostrando*) o regulamento da «Escola Luiz de Queiroz»:

- 2º anno — Agricultura geral;
- 3º anno — Agricultura especial;
- 2º anno — Zootechnia geral;
- 3º anno — Zootechnia especial.

Agora, para que o nobre Deputado não supponha que é o mesmo professor que ministra esses conhecimentos nas respectivas cadeiras, posso citar os nomes dos lentes que leccionam taes materias: Agricultura geral, Sr. Felipe Cabral de Vasconcellos; agricultura especial, Sr. Carlos Teixeira Mendes; zootechnia geral, Sr. Odilon Ribeiro Nogueira; zootechnia especial, Sr. Nicoláo Atanazoff.

Vê V. Ex. que nessa acreditada escola agricola, talvez a melhor que possuímos, estabeleceu-se por conveniencias do ensino a sub-divisão dessas materias.

E, pelo facto de meus antecessores haverem alterado o criterio da primitiva organização, havendo até um delles, o illustre Sr. Pandiá Calogeras, commettido o erro de extinguir a nossa Escola Superior de Agricultura, pelo facto de

haverem elles reformado os programmas dessa escola, reduzindo o numero de cadeiras, não se segue que eu devesse ter a mesma orientação. Aliás o meu criterio foi o seguido por aquelles que crearam esse instituto. Assim, desfiz aquillo que não era bom. Em consciencia, não admitto que em um só anno possa um alumno familiarizar-se com os conhecimentos geraes sobre agricultura e ao mesmo tempo descer a estudos minuciosos sobre as diversas culturas, cada uma das quaes constitue hoje um estudo especial da maior importancia. O mesmo se dá com a zootechnia, em que, além das leis zootechnicas, ha os methodos de reproducção, os processos de alimentação, os systemas de exploração animal, etc., etc., estudos estes que se fazem nos Estados Unidos em tres annos.

Debaixo dessas impressões remodelamos aquella Escola.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — Sem preocupação de dar logares a candidatos, mas obedecendo ao plano scientifico da materia.

O SR. SIMÕES LOPES — Concorde que não a tive, mas não accuso a ninguem.

E', porém, curioso, é instructivo e desejo deixar registado em meu discurso o modo por que encaram os americanos o ensino agronomico e a Camara facilmente verá a razão do relevo excepcional com que aquelle paiz comparece em todos os congressos e exposições mundiaes.

Já ha mais de 30 annos, na exposição franceza de 1889, o mundo em peso se voltára para a grande nação americana, em vista dos processos magicos de que resultava o brusco augmento de suas produções, o barateamento das colheitas, que lhe permittiam, vencendo enormes distancias, offerecer concorrência vantajosa aos outros povos. Aqui está um dos segredos e eu contarei outros.

No Brasil temos uma Escola Superior de Agricultura e elles 43, isto é, uma para cada Estado da União.

A Escola da California, com os seus campos experimentaes, conta 163 professores, entre os quaes 17 zootechnistas e 46 que ministram conhecimentos agricolas nas diferentes especialidades. Por estes numeros se vê bem quão distanciadados estamos com as 29 cadeiras que creamos, quão modestos fomos na subdivisão do trabalho entre dous professores de agricultura e de zootechnia; e, no emtanto, o illustre Relator acha que fomos prodigos e nos regateia um em cada uma dessas materias.

Na Escola Superior do Texas, funcionam 45 lentes para a parte agricola e 8 para a zootechnia.

O SR. PIRES DO RIO — A desharmonia resulta de V. Ex. se collocar no ponto de vista tecnico e scientifico e a Comissão no ponto de vista financeiro.

O SR. SIMÕES LOPES — Como sou radical neste assumpto, me conservo no ponto de vista economico...

O SR. PIRES DO RIO — Ponto de vista economico, a Comissão, no ponto de vista financeiro do momento.

O SR. SIMÕES LOPES — Em relação á agricultura abro uma excepção, porque é a fonte de todas as riquezas e só com ella poderemos levantar esses thesouros que estão sobre e debaixo da terra.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — Aliás, não se deve fazer economia em materia de instrucção publica.

O SR. SIMÕES LOPES — E, como diz o meu nobre collega, não devemos sacrificar o ensino superior pela economia illusoria de 72 contos.

O SR. AZEVEDO LIMA — E' quanto é proposto?

O SR. SIMÕES LOPES — Isto se prende a uma outra questão, porque o nobre Relator, além de tudo, propõe a suppressão de cinco cadeiras vagas.

Ora, Sr. Presidente, as cadeiras vagas, agora, são, ao que me consta, botanica geral, agricultura geral, zootechnia especial, inspecção e conservação de carnes, leites e productos de origem animal e applicação do frio industrial.

O Sr. Relator deseja cortar uma cadeira, como esta ultima, creada pela reforma e que corresponde a uma das nossas maiores necessidades, para a qual eu nomeei um especialista estrangeiro contractado, o Sr. Maurice Piétre, autoridade reconhecida na França e na Argentina.

As duas outras eram preenchidas por dous outros especialistas, os Srs. Victor Cayla e Spitz.

O SR. PIRES DO RIO — São estrangeiros? Sympathizo muito com essas nomeações.

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — Contractados e funcionarios da Industria Pastoral. Não são propriamente lentes da Escola.

O SR. SIMÕES LOPES — Mas V. Ex. sabe que elles leccionavam lá, dous delles com verba da escola e dous com verba da Industria Pastoral. Sendo technicos eminentes, aos quaes precisavamos pagar melhores vencimentos, foi necessario fazer uma combinação: pagar uma parte dos vencimentos pela escola e outra pela Industria Pastoral.

O SR. AZEVEDO LIMA — Mas isto se fará ainda hoje depois de inventado um codigo de confabilidade?

O SR. OLIVEIRA BOTELHO — Elles já não estão leccionando.

O SR. SIMÕES LOPES — Acho que não é uma gloria ter-se inventado esse codigo...

O SR. AZEVEDO LIMA — E' francamente burlado.

O SR. SIMÕES LOPES — ...que vem inutilizando parte dos nossos esforços.

O SR. AZEVEDO LIMA — E' o Governo tambem o vae burlando como póde.

O SR. SIMÕES LOPES — Mas, continuando, Sr. Presidente, fizemos tambem a reforma do Serviço do Algodão, cuja direcção entreguei ao agronomo William Coelho de Souza, um distincto tecnico, que havia revelado por diversas fórmulas a sua incontestavel competencia.

Ninguem ignora a importancia desse producto e a necessidade de intensificar a sua cultura scientifica, de organizar a parte commercial, de combater as pragas e evitar a entrada de novas, por meio da defesa que iniciamos...

O SR. PIRES DO RIO — Serviço do, maior alcance economico.

O SR. SIMÕES LOPES — ...pela immunização das sementes e outras medidas.

Essa organização soffreu as consequencias da falta da unidade pela coparticipação dos Estados, cada qual com a sua orientação.

E' preciso que a União dê subvenções aos Estados, mas não se aparte desse ponto superior: orientar com unidade de vistas as culturas; não permittir que o Estado, pelo facto de concorrer com uma verba para tal ou qual serviço, se attribua uma autonomia propria, perturbando completamente os planos organizados scientificamente pelo Ministerio; é necessario ainda evitar que essas subvenções sejam desviadas para outros fins; é necessario, enfim, um conjunto de medidas...

O SR. ADOLPHO BERGAMINI — ...para manter a unidade do serviço.

O SR. SIMÕES LOPES — ...que mantenha a unidade do serviço, de modo a permittir um avançamento seguro, já nos processos culturaes, já sob o ponto de vista commercial, na distribuição das sementes ou dos productos mesmo, dentro ou fóra do paiz. Para este fim, tinha em mente, e deixei estudada, a reforma que chamarei de expansão economica. O nosso Ministerio, até agora, não é um ministerio de commercio e industria e, sim, de agricultura...

O SR. PIRES DO RIO — E' um ministerio de politica economica.

O SR. SIMÕES LOPES — ...de industria pastoril, visto que aquella directoria que lá existe não possui technicos para orientar a quem quer que seja, desde que se trate de verdadeiros interesses commerciaes.

Assim, eu pensava, e deixei trabalho neste sentido, um projecto de expansão commercial, que era, na minha opinião, bella concepção, não só minha, mas de auxiliares de valor, com pratica no estrangeiro, e daquelles que melhoras serviços me prestaram durante a minha administração neste particular, poderia citar o nome do Sr. Delphin Carlos.

A industria pastoril, Sr. Presidente, é um dos ramos mais importantes desse Ministerio. Não era possivel que o governo Epitacio deixasse de promover a reforma naquella directoria, onde existiam problemas de toda a natureza, quer quanto ao melhoramento das raças, pela introdução de reproductores estrangeiros, de diversas especies, quer pelo estudo das forragens necessarias a esses animaes, quer pela defesa sanitaria animal, sob todos os pontos de vista, quer pela intensificação de uma serie de serviços, como commercio, feiras de gados, carnes e seus derivados, lacticinios, etc.

O SR. PIRES DO RIO — Duvido que haja brasileiro bem orientado que não tenha uma impressão de encantamento vendo o que V. Ex. fez com seus excellentes auxiliares em materia de defesa da nossa industria pecuaria, nesses serviços a que acaba de alludir.

O SR. SIMÕES LOPES — Agradeço a V. Ex. e me rejubilo por poder, neste caso, felicitar os meus auxiliares...

O SR. AZEVEDO LIMA — E esta obra vae ser deturpada agora?

O SR. SIMÕES LOPES — ...porque si é que tive algum brilho na minha administração, foram elles os principaes factores. Devo dizer, porque um ministro não é omnisciente.

O SR. PIRES DO RIO — Não póde ser.

O SR. SIMÕES LOPES — Que especialidades poderia conhecer? Muito poucas. Eu tinha, entretanto, de estender as minhas forças administrativas por todos os ramos da actividade, e, si não fosse um grupo de auxiliares tecnicamente preparados, com lealdade e operosidade...

O SR. PIRES DO RIO — Foi o maior merito de V. Ex.: ter sabido escolher esses auxiliares.

O SR. SIMÕES LOPES — ... não poderia ter produzido trabalho algum de merecimento.

O SR. HENRIQUE DODSWORTH — Mas a orientação administrativa, que pertence a V. Ex., foi brilhante.

O SR. SIMÕES LOPES — Obrigado.

Pois bem, Sr. Presidente, a industria pastoril, constante de todos esses serviços, que eu não posso aqui reproduzir para não prolongar ainda o meu discurso, foi também cortada sem a menor piedade pela Comissão dos Doze, em cerca de 60 %.

O illustre Sr. Cincinato Braga, um dos espiritos que mais rebrilharam dentro desta Casa...

O SR. ARTHUR CAETANO — Muito bem.

O SR. SIMÕES LOPES — ... pelo bom senso das suas idéas e talento perscrutador das nossas necessidades, o Sr. Cincinato Braga, em um memoravel parecer, ha longos annos, fez ver o quanto o nosso paiz podia aproveitar da sua pecuaria, desde que mettesse mãos a uma obra de reorganização dos nossos serviços e de franco apoio a essa grande riqueza.

E não se fez esperar o resultado inevitavel dessa obra. Após a guerra, e com alguns auxilios que daqui promanaram para os diversos recantos do nosso paiz, animando a iniciativa particular, ensinando novos methodos de trabalho, facilitando a aquisição de reproductores, com o pol-os ao alcance dos diversos criadores, creando postos de monta, etc., etc., pudemos observar, nas exposições que logo depois tivemos, que um franco reerguimento se operava.

Eram muito bem ditas as palavras de Cincinato Braga. E os fructos colhidos com essas verbas que nós, durante alguns annos, votámos, Sr. Presidente, deviam levar-nos a insistir na applicação de iguaes sommas, melhorando, quanto possível, os nossos serviços, aperfeçoando o nosso pessoal, mas não supprimindo, de golpe, logares dos poucos technicos que possuímos — suppressões que não redundam absolutamente em economia, mas em um grande desalento para os proprios technicos, que se veem assim desamparados pelos poderes publicos, elles que não encontram guarida nas casas particulares, pois sabemos que, difficilmente, tanto os agronomos como os veterinarios encontram ahí collocação.

E' preciso que o Governo, animando a pecuaria com o emprego de verbas reproductivas, tambem estimule esses moços recém-entrados para a lista dos nossos funcionarios e que comnosco vinham collaborar na grandeza de nossa terra.

Não comprehendendo essa politica, Sr. Presidente. Sou partidario da economia, mas tenho como tal o bom emprego do dinheiro. Paiz, como este, enorme, não marchará, de certo, si não abrimos um pouco as bolsas do thesouro publico. O exemplo do passado é sufficiente para nos mostrar que emquanto aos Estados cabia exclusivamente o desenvolvimento das suas fontes de riquezas, nada surgiu entre nós. Não se fez uma estação experimental do que quer que seja. A não serem dous Estados, como S. Paulo e Rio Grande do Sul, os quaes, com recursos especiaes, puderam imprimir algum movimento, os outros nada fizeram. Esse exemplo já se havia dado nos Estados Unidos, como mais tarde evidenciarei.

Fizemos tambem a grande reforma da estatistica, produzindo o recenseamento geral da Republica, trabalho que muito honra ao director, Sr. Bulhões de Carvalho e demais auxiliares dessa directoria e que, pela primeira vez, veio trazer aos brasileiros a noção exacta do seu numero, e uma estatistica mais ou menos exacta de todos os ramos de nossa actividade.

O SR. PIRES DO RIO — E' um dos importantes trabalhos administrativos de toda a nossa historia.

O SR. SIMÕES LOPES — Por meio delle, poderá o estadista brasileiro agir com muito mais certeza na organização dos planos porventura engendrados em referencia aos diversos serviços publicos.

Mas, além dessa parte, que considero geral, existe o capitulo da parte especial e experimental, em o qual se destacou o Governo Epitacio Pessoa pela clarividencia...

O SR. PIRES DO RIO — Do seu chefe.

O SR. SIMÕES LOPES — ... do seu chefe, como muito bem diz o nobre representante de S. Paulo, e pelo desprendimento e pelas facilidades que deliberou proporcionar para a realização de certos serviços.

O proprio Relator tem toda a razão, quando examina as ponderações feitas pela Comissão dos Doze em materia de contabilidade publica.

Estou inteiramente de accordo com S. Ex. Passei pelo Governo e tive occasião de sentir de perto esses entraves, procurando emancipar-me delles tanto quanto possível, desprezando praxes que me pareciam contrarias aos interesses da administração e ao bem publico. Precisava, por exemplo, adquirir sementes, tinha absoluta necessidade de compral-as

com urgencia. Adquiria-as sem respeito á concurrencia aberta. E o certo é que, dessa fórma, deixei de pagar, de uma feita, 60 contos para despendar apenas 18.

O SR. PIRES DO RIO — Muito bem.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — V. Ex. diz muito bem, esquecendo-se de que ha, no caso, responsabilidade penal.

O SR. SIMÕES LOPES — Assumo a responsabilidade dessa declaração.

No dia em que me quizessem punir, provaria com documentos que defendi o thesouro publico.

Não é possível que só os outros povos possuam o segredo de uma certa contabilidade que não embarace a administração publica. E' impossivel que fiquemos condemnados a essa obstrucção permanente de todos os movimentos!

O SR. PIRES DO RIO — O mal é do Codigo de Contabilidade...

O SR. NOGUEIRA PENIDO — Obra do Poder Legislativo.

O SR. PIRES DO RIO — ... que é feito para a administração publica e temos uma porção de repartições que administram industrias — estradas de ferro, portos, etc.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — Ahí, o legislador deve cuidar desses casos excepcionaes, dando ao administrador o prudente arbitrio de que gosava o pretor romano.

O SR. PIRES DO RIO — As industrias foram comparadas ás repartições meramente burocraticas.

O SR. SIMÕES LOPES — Maravilhado pelo processo expedido de adiantamentos que me permittiam adquirir o que queria, plantar a semente a tempo, cercar terras a tempo, colher a tempo, adiantamentos esses proporcionados por intermedio do Banco do Brasil, cheguei a pensar na necessidade imperiosa de fazer uma aparelhagem qualquer que regularizasse esse processo tão vantajoso para a administração, baseando-o, por exemplo, na emissão de titulos com resgate ou obedecendo a qualquer outro plano, mas que, em summa, habilitasse o Ministro a agir dentro das oportunidades.

Era chefe da contabilidade um moço muito intelligente e competente, o Sr. Mario Carneiro.

O SR. PIRES DO RIO — Funcionario modelar.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — De alto valor, competência e honestidade.

O SR. SIMÕES LOPES — Chamei-o e disse-lhe que estava encantado com os adiantamentos, porque não me faltavam recursos para administrar, e que desejava que elle, como contabilista, me engendrasse um projecto qualquer que nos libertasse a nós, ministros, dessa difficuldade de fazermos o bem publico; porque neste paiz, enquanto surgem obices para fazer o bem, muitas vezes ha liberalidades para o mal!

O SR. NICANOR NASCIMENTO — V. Ex. sabe que esse Tribunal de Contas é uma pilheria. Manda-se pagar pelo Banco do Brasil; depois, approva-se o pagamento e está tudo acabado.

O SR. SIMÕES LOPES — O Tribunal de Contas é, na minha opinião, um órgão importantissimo, composto de illustres honras publicos e onde, devo dizer, tem assento espiritos privilegiados. Basta citar, entre outros, o nome de Tavares de Lyra.

O SR. NICANOR NASCIMENTO — E alguns aposentados da politica tambem.

O SR. NOGUEIRA PENIDO — Os Srs. Didimo da Veiga e Tavares de Lyra honrar qualquer organização burocratica, de qualquer paiz. Os relatorios do Sr. Didimo da Veiga eram verdadeiras monographias exhaustivas, sobre finanças, contabilidade publica e economia politica.

O SR. SIMÕES LOPES — Mas, como dizia, o Sr. Mario Carneiro, a meu pedido, organizou um projecto de contabilidade que farei transcrever nos meus discursos, remodelando os processos então adoptados e estabelecendo, no ministerio, uma pagadoria com responsabilidade effcaz por parte do pagador. Por que razão um chefe de Contabilidade, um alto funcionario do ministerio não teria a respeitabilidade para guardar duzentos, quinhentos contos de réis, afim de attender os serviços urgentes daquelle departamento? Não comprehendendo, de modo nenhum, essa impossibilidade.

Levei o projecto, organizado pelo Sr. Mario Carneiro, ao conhecimento dos collegas de ministerio, que, em geral, o applaudiram. Mas o Sr. Presidente da Republica, depois de ouvir alguns funcionarios graduados do nosso Thesouro e de outras dependencias publicas, entendeu não poder, desde logo, promover a reforma.

O SR. NICANOR NASCIMENTO — O Presidente da Republica, daquella época, entendia que não era necessario todo o trabalho dessa tramitação administrativa, quando por meio da letra de quatro milhões se fazia tudo facilmente.

O SR. SIMÕES LOPES — O meu nobre collega não deve dar esse aparte injústo contra a honestidade do Sr. Epitacio Pessoa.

O SR. NICANOR NASCIMENTO — Não fallei nesse ausente.

O Sr. SIMÕES LOPES — ... que está acima de qualquer julgamento menos airoso.

O Sr. PIRES DO RIO — Apoiado. Muito bem.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Não costumo fallar nos ausentes.

O Sr. SIMÕES LOPES — O Sr. Epitacio Pessoa está ausente do Brasil, mas está presente no mundo civilizado, honrando o nosso paiz no estrangeiro...

O Sr. PIRES DO RIO — Apoiado.

O Sr. SIMÕES LOPES — ... e assim como Campos Salles, hoje reverenciado, sahio do governo apupado, como tem acontecido a quasi todos os presidentes da Republica, o Sr. Epitacio Pessoa ha de ser um dia proclamado um grande patriota por aquelles mesmos que hoje o invectivam.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Nessa occasião relerei o relatório de V. Ex. sobre as obras do Nordeste.

O Sr. SIMÕES LOPES — O meu relatório não é, absolutamente, depreciador das qualidades do Sr. Epitacio Pessoa.

O Sr. NICANOR NASCIMENTO — Póde não ter tido essa intenção, mas o facto...

O Sr. SIMÕES LOPES — Abordei um ponto de vista tecnico do assumpto, mas nunca puz em duvida a honorabilidade, os intuitos patrioticos do Sr. Epitacio Pessoa.

O Sr. PIRES DO RIO — Muito bem.

O Sr. SIMÕES LOPES — Infelizmente, Sr. Presidente, ainda não cheguei sequer ao meio de minhas considerações e a hora está a terminar.

O Sr. NOGUEIRA PENIDO — V. Ex. as fez com brilhantismo e proficiencia admiraveis.

O Sr. SIMÕES LOPES — Ha ainda muitos pontos a ferir. Serei assim obrigado a voltar á tribuna em qualquer outra occasião. Não desejo porém abusar da paciencia dos meus collegas (não apoiados), que não se devem considerar na obrigação de ouvir-me.

O Sr. PIRES DO RIO — V. Ex. é sempre ouvido com muita attenção.

O Sr. SIMÕES LOPES — Não posso deixar em branco esses capitulos pelos quaes tenho de fazer considerações indispensaveis.

O Sr. NOGUEIRA PENIDO — V. Ex. é autoridade acatada.

O Sr. SIMÕES LOPES — Tenho de tratar da parte experimental, mostrando o que fizeram os Estados Unidos e o que nós devemos fazer. Quero tratar, nesse particular, do que nos cumpre seguir, com relação á agricultura e á pecuaria, para mostrar que o Sr. Epitacio Pessoa encarou, de facto, os maiores problemas da nossa vida economica.

O Sr. PIRES DO RIO — V. Ex. está prestando um grande serviço á politica economica do paiz.

O Sr. SIMÕES LOPES — Terei muito prazer, depois disso, em fazer perante a Camara rapidas considerações sobre os diversos aspectos evolutivos da pasta da Agricultura, passando, em seguida, a um ligeiro exame do que se diz no relatório da Comissão dos Doze, especializando, então, algumas das verbas da Agricultura que merecem um estudo mais aprofundado.

Nestas condições, Sr. Presidente, peço a V. Ex. que me mantenha a palavra na hora do expediente da sessão de amanhã. (Muito bem; muito bem. O orador é muito cumprimentado.)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1924

O Sr. Simões Lopes — Sr. Presidente, nos relatórios do Ministerio da Agricultura e nas exposições de motivos apresentadas sobre as diversas reformas que então realizamos, acham-se as explicações cabaes, os motivos que conduziram o Governo passado a fazer as reformas a que me venho referindo.

Naturalmente, não posso, da tribuna, detalhar assumpto tão largo, tão variado, que mereceria varias conferencias de muitas horas. Quem quer que fosse para a pasta da Agricultura teria de se empenhar nessas reformas. Era uma necessidade premente sobre a cabeça do administrador, uma necessidade imperiosa, essa de reformar muitos desses departamentos de trabalho.

Vim á tribuna por muitos motivos, mas, especialmente, porque o parecer da Comissão dos Doze, endossado pela palavra do meu nobre amigo e illustre relator do orçamento da Agricultura poderia causar ao espirito dos dignos collegas uma impressão dolorosa em referencia ao criterio do Governo passado, na execução das medidas que julgou necessario adoptar a bem dos interesses publicos.

Detive-me, então, um pouco mais largamente, em torno de ensino agronomico, que considero a base de todo e qualquer trabalho scientifico no campo da agricultura.

Já expliquei á Camara a necessidade do desdobramento das cadeiras, conforme o fizemos; já provei os equívocos existentes no parecer do nobre relator, quanto a fantasticos

desdobramentos de cadeiras, que nunca se deram; alludi ao valor mental dos meus auxiliares de trabalho, deixando, entretanto, de recordar um nome, ao qual havia de referir-me mais tarde e que convém desde já o assignale como um dos melhoes cooperadores na reforma de ensino agronomico, na parte que diz respeito á Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, o do grande cientista, o eminente brasileiro Parreiras Horta...

O Sr. HENRIQUE DODSWORTH — Muito bem.

O Sr. SIMÕES LOPES — ... cujos serviços dentro deste paiz e fóra delle, em congressos internacionaes de diversas ordens, junto a professores eminentes do estrangeiro...

O Sr. ELISEU GUILHERME — É uma verdadeira notabilidade scientifica.

O Sr. SIMÕES LOPES — ... tem acreditado, por tal fórma, o seu nome, que S. S. se transformou em uma das individualidades mais apreciadas no nosso meio, como cientista e como homem, pela integridade de seu caracter e pela correccção no cumprimento dos seus deveres.

E falo em Parreiras Horta porque quero accentuar perante a Camara que, por intermedio de S. S., conseguimos do estrangeiro a vinda de uma pleiade de notaveis professores, que mandei contractar em nome do Governo brasileiro, e que aqui se empenharam em um trabalho proficuo, aqui deixaram fructos, justificando plenamente os sacrificios do Thesouro e a orientação do Governo.

Quero me referir aos Srs. M. Pietre, V. Cayla, Spitz, Léo Esteves, L. Esquier, P. Volet, Splendori, E. Puttemans e outros, aos quaes terei de alludir daqui a pouco, quando tratar das especializações.

Na primeira parte do meu discurso, Sr. Presidente, fiz um retrospecto geral sobre os principaes problemas que competem ao Ministerio da Agricultura em suas diferentes seções technicas. Não havia, porém, desido ainda ao ponto de vista dos serviços praticos, para mostrar á Camara dos Srs. Deputados, no campo experimental, qual foi o programma Epitacio Pessoa e quaes as suas realizações concretas.

Nos Estados Unidos da America do Norte, esse paiz extraordinario que nos marca a verdadeira directriz do trabalho economico, antes de 1875, varias tentativas foram feitas no terreno da experimentação, muitas dellas negativas, acabando por desanimar um tanto os espiritos dos estadistas.

Mais tarde, Sr. Presidente, em 1886, com o Hatch Bill, a chamada lei referente a subvenções concedidas pela União aos diversos Estados americanos, julgou o governo americano, julgou o parlamento conveniente subvencionar, com 25 mil dollars, cada Estado, para a realização de serviços pratico-experimentaes.

Em 1889 fundava-se o Departamento da Agricultura.

Em 1890 apparecia um orçamento na importancia de 2 milhões de dollars. Quer saber a Camara como era elle confeccionado? 50 % desses dous milhões de dollars eram para as estações experimentaes e serviços praticos.

O Sr. CESARIO DE MELLO — Permitta-me V. Ex. acrescentar que os Estados Unidos pagam salarios triplicados, e os seus operarios tiram tudo das machinas.

O Sr. SIMÕES LOPES — Esta verdade eu já havia assignalado nos meus pareceres, nos meus relatórios e eis por que tive sempre a mais completa confiança no exito de emprehendimentos semelhantes no nosso paiz.

Mas é preciso dar o seu ao seu dono.

No anno de 1906, o illustre Deputado pelo Paraná, o Sr. Victor Ferreira do Amaral, republicano historico e um dos dignos companheiros que tivemos nesta Casa, apresentou um projecto que, si fosse executado, nos teria, desde logo, aberto, ha cerca de vinte annos, as portas a todas estas conquistas que se baseam na experiencia, nas pesquisas dos laboratorios e na pratica dos campos.

O Sr. CESARIO DE MELLO — Reclamado pela melhor economia.

O Sr. SIMÕES LOPES — Este trabalho existe no archivo da Camara. Não era mais do que uma assimilação dos methodos americanos. Elle fazia um retrospecto disso tudo e desejava para o nosso paiz o emprego desses preciosos instrumentos, os unicos capazes de auxiliar, efficaçamente, a obra de trabalho economico.

Sr. Presidente, sempre muito curioso em assumptos de agricultura, quando ia ás diversas exposições agricolas, de milho, feijão, batatas, quaesquer que fossem, em diversos pontos do nosso territorio, procurava saber si havia algum agricultor brasileiro ou estrangeiro que empregasse methodos scientificos de selecção, baseados na Genetica, que é a arma indispensavel da agricultura moderna.

O Sr. CESARIO DE MELLO — Os brasileiros desconhecem por completo o valor economico do arado e do adubo.

O Sr. SIMÕES LOPES — Pois bem, Sr. Presidente, eu, nestes congressos, nestas exposições, só encontrei um homem que me chamava a attenção repetidas vezes, pela insistencia com que apresentava os seus cadernos de trabalho: simples, modesto filho de uma actuação individual em um campo par-

ficular em Gayerovo, o Sr. Zdenko Gayer. Mais ninguém, Sr. Presidente, a não ser em algum instituto do Estado de S. Paulo e do Rio Grande, mais ninguém, neste paiz, encarava a questão sob o ponto de vista scientifico.

O Sr. CESARIO DE MELLO — O ensino tecnico e profissional não está sufficientemente diffundido em nosso paiz: é uma grande necessidade a ser preenchida.

O Sr. SIMÕES LOPES — Nesta situação, encontrou o Governo Epitacio Pessoa o nosso paiz, em materia de agricultura. O ministerio estava desprovido de todos os meios, como fiz notar hontem no meu discurso, e anteriormente, nos meus pareceres de Deputado e como relator do orçamento da Agricultura.

Que ramo devia tomar o Sr. Presidente da Republica, o Sr. Epitacio Pessoa?

Naturalmente tinha de guiar-se por essa directriz singular fornecida pelos Estados Unidos, conforme acabamos de mostrar.

Fazer boas estações experimentaes e campos de sementes em diversas zonas do nosso territorio.

Estações experimentaes só existiam as de canna de assucar, em Campos e Escada, em Pernambuco. Quanto a sementeiras modelos para diversos cereaes, empregando os processos modernos da Genetica, essas, absolutamente, não havia.

Antes da reforma completa do ensino agronomico, conforme plano que estudavamos, resolvemos, por simplicidade, collocar sob a immediata direcção do gabinete estes estabelecimentos, que obedeciam promptamente ás determinações do Ministro, mantendo-se, assim, a mais perfeita unidade nesse primeiro esboço de organização scientifica que estavamos realizando.

Uma estação experimental não se acredita em poucos annos: exemplo a de Estanzuela, no Uruguay, que só depois de um decennio de regular funcionamento se tornou um factor economico de merito, tendo já conseguido o acrescimo de mais de 30 % no rendimento do trigo alli cultivado.

Essas estações e campos experimentaes servem tambem para a caracterização das zonas agricolas do paiz, como as fazendas modelos e ás estações de monta visam, na industria pastoril, a discriminação das zonas pastoris.

A determinação das diversas zonas agricolas e pastoris, Sr. Presidente, são a garantia da producção.

Quando o Governo distribue ao agricultor uma certa semente, aconselhando-o a plantar em determinada zona, é que elle implicitamente se responsabiliza pelos prejuizos de uma má indiciação, havendo em alguns paizes, como na Suissa, direito á indemnização.

Vejam por ahí a importancia das zonas agricolas.

Para fixal-as é mister antes de tudo, Sr. Presidente, a creação das estações experimentaes, dos postos meteorologicos dos campos de sementes a que vimos fazendo referencias.

Os conhecimentos e resultados praticos porventura obtidos pelo Governo, com esse instrumental scientifico e agrario, são transmittidos ao particular, que começa, então, a operar tranquillamente, empregando com exito os seus capitais. É essa a finalidade do Ministerio da Agricultura; esse o papel do Governo em face dos reclamos primordiales da lavoura.

Já encontramos em Campos uma estação para canna de assucar, bem dirigida; melhorámo-la. Para a secção vaga de chimica biologica contractámos o professor estrangeiro Sr. Bigler, já bastante conhecido no Brasil. Pela transferencia do Sr. Arthur Torres, director, para a Directoria do Fomento, ficou dirigindo aquelle estabelecimento um moço de grande valor, o Sr. Pestana, que proseguiu ás pesquisas anteriores, chegando a um typo, Campos 3, resultado de estudos de selecção, que muito hão de influir na solução do problema da canna entre nós.

Quanto a Pernambuco, Sr. Presidente, organizei o plano de mudança da Estação de Escada para situação mais conveniente, o que dependia da obtenção de terreno doado pelo Estado, cujo Governo, não obstante as minhas reiteradas solicitações, nunca chegou a tornar effectiva essa doação — razão pela qual deixei de alli crear uma casa modelo como desejava.

No Rio Grande do Sul fundámos a Estação Experimental em Conceição do Arroio.

Muita gente se espantou! Era por ser riograndense o Ministro! O proprio Sr. Presidente da Republica chegou a interpellar-me.

Quasi todos ignoravam que no Rio Grande se cultivava, de canna, uma superficie que orçava por 40.000 hectares; que os productos e sub-productos dessa exploração agricola montavam a mais de 15 mil contos de réis.

Foi essa organização affecta á competencia do Sr. Francisco Thomaz Pinheiro, que dentro de dous annos transformara um carrascal esteril em um lindo campo de cultura esmerada, como se verifica dos relatorios que aqui tenho e das photographias que posso mostrar á Camara.

É preciso que se saiba que essa estação já distribuiu cerca de dous milhões de mudas seleccionadas, podendo entregar até muito maior numero, o que não realizou por deficiencia de verba para pessoal.

O Sr. CESARIO DE MELLO — Naturalmente foi obtido esse resultado pelo emprego de adubos.

O Sr. SIMÕES LOPES — Posso declarar ao meu prezado amigo que alli não se empregou um só kilo de adubo. V. Ex. desconhece essas terras de clima temperado, limitrophes de Santa Catharina, Estado em que se cultivava em larga escala a canna de assucar.

Entre os grandes problemas nacionaes sempre consideramos como dos principaes o ferro, o carvão, o trigo e o estudo das nossas forças hydraulicas.

E o Sr. Epitacio Pessoa olhou para todos elles.

Não posso estar fazendo leituras, mas nos meus relatorios e nas mensagens presidenciaes se encontra, em diversos capitulos, o que realizámos.

Na questão do trigo, concernente á parte agricola de que estou tratando, eu me reporto aos programmas delineados nesses relatorios.

Entrando para o Governo em fins de 1919, já em 1920 estavamos agindo, praticamente, cercando terrenos, plantando boas sementes e iniciando a sua selecção pela Genetica. Aos agronomos estrangeiros João Grochowalski, Carlos Gayer e Zdenko Gayer encarregámos de estudar as melhores zonas dos Estados do Rio Grande, Santa Catharina e Paraná, pois onde deviamos começar os trabalhos scientificos de adaptação das melhores sementes.

Aqui tenho (*mostrando*) á disposição da Camara plantas, orçamentos e photographias das primeiras installações projectadas e em grande parte realizadas.

A Carlos Gayer coube a organização do Campo de Alfredo Chaves, a Zdenko Gayer e, posteriormente, ao agronomo Paulo Leitão, a fundação de igual serviço em Ponta Grossa.

É este um moço que honra sobremodo o corpo de technicos brasileiros, pela sua grande competencia adquirida na Alemanha; e foi sem outras recommendações que o contractei, em vista dos serviços exhibidos em seus cadernos de trabalho, em estações de trigo estrangeiras.

Quanto a Santa Catharina, onde ha duas zonas distinctas, a da baixada e a do planalto, imaginavamos crear um campo talvez em Campos Novos ou em...

O Sr. ADOLPHO KONDER — Em Curitiba.

O Sr. SIMÕES LOPES — Diz V. Ex. muito bem, porque conhece e tanto se tem mostrado interessado pelo progresso de seu nobre Estado.

O problema do trigo se limita a tres simples condições, simples no enuncial-as, mas de difficil realização concreta: a aclimação das sementes, a lavoura, mecanica e o facil transporte da producção.

Sem este conjuncto, tudo será falho, sobretudo para as maiores lavouras, destinadas a lutar com o similar estrangeiro.

Havíamos, assim, concebido o plano de organizar em Bagé o grande Instituto Experimental, attendendo á topographia, ao clima e demais condições predominantes em toda a região fronteiriça do Rio Grande do Sul, que será ainda o grande celeiro de trigo, no Brasil.

Tambem não devo deixar de mencionar a creação, no Estado de Santa Catharina, de um excellente Campo de Sementes, em Itajahy...

O Sr. ADOLPHO KONDER — Que estava dando optimos resultados.

O Sr. SIMÕES LOPES — Como já disse, resolvi desintegrar esse novo serviço da Directoria do Fomento, para evitar a demora de papeis e demais embaraços burocraticos.

O Sr. ADOLPHO KONDER — É essa foi uma excellente pratica, que produziu optimos resultados.

O Sr. SIMÕES LOPES — O Serviço das Sementeiras era dirigido pelo Sr. Francisco Iglesias, homem de caracter solido, competente e grande patriota, que deixou em S. Paulo, Estado do Rio, Capital Federal e Santa Catharina, em diversos campos, trabalhos de monta, que eram o inicio do plano geral concebido para o nosso paiz.

Não posso deixar de citar os nomes dos meus auxiliares nos serviços a que vou alludindo, porque foi sobre os seus hombros que alguma cousa pude alli realizar.

O Sr. PLINIO CASADO — Mas dirigidos por V. Ex.

O Sr. SIMÕES LOPES — Naturalmente eu me valia um pouco de minha experiencia propria e de leituras que sempre fiz desses assumptos.

Mas é bom registrar que alli trabalhavam homens de grande valor e patriotas dedicados á causa publica e muito mais competentes do que se supõe, cá fora. Existe de facto um certo peso morto, que vem desde a primitiva organização, exercendo cargos technicos superiores ás suas forças e que deviam ser substituidos, ainda que aproveitados em outras actividades, não menos importantes.

A par desses, porém, temos grandes technicos, especialistas de subido valor.

O Sr. HENRIQUE DODSWORTH — Cuja selecção V. Ex. fez com esmero.

O Sr. SIMÕES LOPES — Procurei fazel-a com esmero, a bem do valor proprio e dos direitos de cada um.

Nessa ordem de realizações praticas, Sr. Presidente, fundámos diversos campos de cooperação: uma estação de cacáo no Espirito Santo, uma estação de viticultura e enologia em Caxias, Rio Grande do Sul; uma de viticultura, para ser futura escola, em Deodoro, no Districto Federal. Aquella foi entregue a um enologo contratado, o Sr. L. Esquier, está a um operoso compatriota o Sr. Pereira Barreto, sobrinho do grande sabio paulista de saudosa memoria; é um moço modesto e de grande competencia profissional. Basta medir-lhe a obra que fez em menos de tres annos, transformando um carrascal silvestre em linhas de videiras, exemplarmente tratadas, onde figuram mais de cincoenta variedades das mais finas uvas de mesa. É um bello exemplo pratico para a pequena lavoura do Districto Federal, da qual depende o abastecimento de nossa capital.

É para assignalar o Serviço de Expurgo e Beneficiamento de Cereaes, no Caes do Porto, que excellentes serviços tem prestado ao commercio, intelligentemente desenvolvido com installações novas pelo prestimoso Sr. Dr. Hannibal Porto, auxiliado pelo Sr. Breno Arruda.

O Ministerio tratou, tambem, de pôr em relevo o valor economico da avicultura e da apicultura, contractando os especialistas Dr. Feliciano Moraes e Luiz Schenk, nomes conhecidos nessas especialidades. Na ultima exposição, de 1922, foi possivel avaliar já da eficiencia desses dous novos serviços.

Para o problema do fumo contractámos o notavel especialista N. Sordani, que com o Sr. Bernardo Ferreira, director do Campo em Deodoro, organizou o programma definitivo a executar.

Sr. Presidente, não é que não saibamos onde estão os grandes especialistas, no mundo; mas muitas vezes temos de usar, como se diz, a prata de casa.

Quando pensei no problema do friso lembrei-me logo do Sr. Strampelli, italiano e director da Estação de Scaffati.

Mas a somma que pediu não a podiamos fornecer no momento.

A Argentina o contractou em seguida; grande productora desse cereal, ella ainda precisa estudar e muito a delicada cultura.

E os conselhos de Strampelli, constantes do relatório que aqui tenho (mostrando), não são differentes dos processos que começamos a executar no Brasil.

Mas, voltando ao relato dos trabalhos de caracter pratico realizados pelo Governo passado, podemos destacar a Secção do Instituto Biologico, relativa á selecção de plantas immunes e resistentes, dirigida pelo tecnico contratado Sr. Arsene Puttemans, de feitio verdadeiramente scientifico. (Apoiados.)

Preoccupou-nos igualmente o problema das fibras, que abundam sobretudo no Nordésse brasileiro — Carová, paco-paco, turum, etc.

Ao Sr. Raynald, velhe apaixonado por essas investigações, encarreguei de colher amostras e fazer na Italia e na França, os necessarios exames e a adaptação das machinas necessarias ás transformações desses excellentes productos brasileiros.

Tambem aqui no Brasil mandei fiar a fibra do carová, fazendo o tecido que poderá substituir, talvez, a juta para saccos.

Da Europa trouxe o Sr. Raynald o resultado de seus estudos e um farto mostruario de productos lá obtidos com essa fibra brasileira, que deve se achar no ministerio, além do projecto de uma pequena fabrica que tencionava fundar nos sertões bahianos.

Tenho o prazer de dizer á Camara que por acaso, hoje, pela manhã, recebi uma carta do Sr. Raynald, cujo paradeiro eu ignorava, communicando-me a organização de uma empreza, baseada nos estudos que empreendemos — É o caso

de nos congratularmos pela acção indirecta do Ministerio no surto da nova industria bahiana.

Tambem do Rio Grande me annunciam que capitalistas se reuniram para a criação de uma usina de assucar, deante dos resultados animadores propalados pela estação de Conceição do Arroio, creada justamente para fomentar a industria naquella importante região do paiz.

Neste momento, a Sociedade de Chimica, dirigida pelo Sr. Dr. Delvecchio, promove um congresso de oleos resultado dos serviços do operoso agronomo Sr. Joaquim Monteiro, que fôra no governo passado encarregado de percorrer diversos Estados, em estudos e pesquisas sobre essa grande riqueza.

O Sr. CESARIO DE MELLO — Ninguem contesta que o governo passado tivesse tido essa iniciativa.

O Sr. SIMÕES LOPES — O Instituto Biologico da Defesa Agricola é uma criação da ordem daquellas de que estou tratando, eminentemente pratica e indispensavel á defesa da nossa producção.

Até ahí estavam inteiramente desarmados contra a invasão de pragas de toda a natureza.

O Sr. CESAR DE MAGALHÃES — Isso é um facto.

O Sr. SIMÕES LOPES — Hoje, estamos com cinco postos, mais ou menos, aparelhados. Ainda não ha muito senti-me satisfeito ao passar pelo porto do Rio Grande, por encontrar em uma pequeno compartimento da alfandega daquella cidade a ligeira installação destinada á defesa agricola do Estado, pela vigilancia sanitaria, promanada daquelle instituto.

Esses poucos moços competentes, aperfeiçoados no estrangeiro, vão alli produzindo trabalho valioso, percorrendo os pomares, fazendo conferencias, ministrando conselhos uteis aos agricultores.

O Sr. CESAR MAGALHÃES — É impossivel fazer agricultura sem esses laboratorios.

O Sr. SIMÕES LOPES — Vou continuar, Sr. Presidente, pedindo paciencia aos meus illustres collegas, que terão ainda de ouvir a minha palavra singela, como uma contribuição no presente momento.

O Sr. CESAR MAGALHÃES — Valiosa, aliás.

O Sr. OLIVEIRA BOTELHO — V. Ex. tem illustrado os debates. (Apoiados.)

O Sr. SIMÕES LOPES — Muito obrigado a VV. EEx. Com faes palavras pretendo dirigir um appello aos meus honrados collegas, chamando-lhes a attenção para esse ministerio.

Lembrae-vos do que dizia Bismarck, o grande estadista allemão, quando, após a guerra franco-prussiana, avocou a si essa pasta, que para elle representava o engrandecimento da patria.

Essas despezas são reproductivas.

Pouco importa que algumas dellas sejam inuteis.

O particular paga de maneira tremenda a sua aprendizagem. Eu mesmo, pessoalmente, já a paguei.

Não é demais que o Estado faça alguns sacrificios. Os funcionarios se aperfeiçoarão amanhã ou depois. É preciso coragem para vencermos este momento difficil da nossa vida e só pelo amparo ás nossas forças vivas conseguiremos superar as difficuldades, que não são tão grandes, porque o Brasil é maior do que todas ellas.

Antes de entrár na industria pastoril, e aproveitando os poucos minutos que me restam, quero referir-me, ainda que rapidamente, ao ensino profissional technico, que foi objecto de um discurso magistral do nosso eminente collega Sr. Fidelis Reis.

É, para mim, assumpto da maior relevancia.

Encontrando, ao assumir a pasta, uma escola profissional, nesta Capital — a Wescesláo Braz, entendi, Sr. Presidente, que a mesma pudesse vir a ser a Escola Superior desse grupo, o centro de todas as outras, o viveiro de professores, mestres e contra-mestres de que carecemos para supprir as escolas de aprendizs artifices espalhadas pelos diversos Estados. (Apoiados.)

O Sr. TAVARES CAVALCANTI — V. Ex. tem a verdadeira orientação no assumpto.

O Sr. SIMÕES LOPES — É notoria a falta de professores para essas especialidades (apoiados). O Estado do Rio Grande é aquelle que ha mais tempo se destaca pela organização systematizada desse ensino.

O Sr. CESARIO DE MELLO — É o progresso economico do Rio Grande é uma prova dessa boa organização.

O Sr. SIMÕES LOPES — O ensino alli obedece á orientação de um moço de grande merecimento, um dos melhores colaboradores no governo passado, que fôra ao estrangeiro espe-

cializar-se na materia, o Sr. João Lüderitz, de cuja capacidade brotaram aquelles institutos que tanto elevavam a politica economica do Rio Grande. (*Muito bem.*)

O Sr. PRADO LOPES — É um engenheiro de alta capacidade.

O Sr. SIMÕES LOPES — Para aquellas fundações muito tem concorrido também o nosso prezado collega João Simplicio, que ha longos annos se dedica a essas cousas.

Com João Lüderitz promovemos o plano de reforma, que não chegou a ser assignado.

Não obstante, entrámos a remodelar as escolas, de accordo com os recursos disponiveis.

Melhorámos consideravelmente a Wencesláo Braz, e iniciámos os serviços em outras, como as de Campos, de Florianópolis, S. Paulo e Parahyba.

Não tendo podido, neste espaço de tempo, passar ás outras partes do meu discurso, peço a V. Ex., Sr. Presidente, me conceda a palavra, a seu criterio, em outro momento, para continuar. (*Muito bem; muito bem. O orador é vivamente cumprimentado.*)

DISCURSO PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 1924

O Sr. Simões Lopes — Sr. Presidente, continuando a discorrer sobre as realizações praticas no Ministerio da Agricultura, durante o governo Epitacio Pessoa, passarei, agora, á importante repartição da Industria Pastoral.

Todos conhecem o valor da nossa pecuaria e as possibilidades do Brasil no terreno dessa industria. Paiz de pequena densidade de população e com enorme territorio, representa para elle essa industria um factor de elevado merecimento, pois é de todas ellas a que melhor se póde desenvolver com limitado numero de braços.

Ali estão ao nosso lado as duas Republicas vizinhas, que, a despeito da pequena densidade de população, levantaram sobre ella a sua maior grandeza. A Australia, a Nova Zelandia, paizes novos e bem administrados, teem aproveitado as suas condições favoraveis e feito nesse campo a mais intelligente exploração.

A ligação entre a pecuaria e a agricultura é tão estreita que não se póde desenvolver uma sem o concurso da outra.

Assim começou a Argentina, pelo lado mais facil, em vista das condições naturaes dos seus terrenos, fazendo em seguida a agricultura, para melhorar os seus rebanhos e eleva-los ao mais alto gráo, em que se acham.

Assim devemos nós proceder, incrementando a nossa agricultura, fazendo surgir as melhores forragens, que tanto influem para a adaptação das raças apuradas ao nosso clima.

Por meio desses processos, dessas transformações, dizem os especialistas que nos não visitado e também podemos dizer-nos, o Brasil conseguirá grandes vantagens, em futuro não remoto.

O aperfeiçoamento da pecuaria não depende só da introdução de reproductores. Cada um de nós teria um caso a contar de insucessos observados desde 30 a 40 annos atrás.

Sem forragens apropriadas, sem abrigos, sem defesa, eram os animaes lançados ao campo nas condições naturaes do gado creolo, tendendo, pois, ao desaparecimento.

Para realizar esses estudos referentes ás zonas pastoris, onde pudessem viver as diferentes raças, as forragens, cruzamentos, etc., precisavamos organizar a secção de zootechnia, que devia ser superintendida por competente tecnico, de saber e experiencia. De accordo com a reforma, o cargo foi preenchido por concurso, conquistando o logar o Sr. Landolpho Alves, moço de grandes qualidades civicas e profissionais.

Formado no paiz, especializado nos Estados Unidos, onde fez brilhante estagio, em torno da sua capaz orientação pretendiamos iniciar uma serie de medidas de remodelação dos methodos de trabalho, á moda americana, que de certo estão sendo applicadas neste momento.

Para estudar as forragens incluímos nessa reforma a criação de um campo experimental de agrostologia, em Deodoro, que foi entregue ao especialista contractado Sr. Léo Esteves, que até hoje o dirige com a maior proficiencia. Fazendo excursões pelos Estados, delles tem trazido esse tecnico variados especimens de pastagens nativas, ali reproduzidas e analizadas, para orientação dos criadores.

As analyses são realizadas no Instituto de Chimica a que já me referi e que dispõe de toda a aparelhagem moderna, inclusive o "Zungt Ziegersted", calorimetro moderno, que mede com a maior precisão o coefficiente de digestibilidade para as diversas forragens. Esse aparelho está prestes a funcionar.

Guidámos igualmente do importante problema da ensilagem, isto é, do aproveitamento e reserva das forragens, accessorio indispensavel nas fazendas modernas, sobretudo na exploração do gado leiteiro.

Neste ponto estamos muito atrasados.

Outros paizes de pequenos rebanhos, como Suissa, Hollanda, Dinamarca, etc., obteem delles resultados relativamente maiores, pelo criterio de sua organização, quanto á percentagem de vacas para a exploração dos lactínicos.

No emtanto, a Commissão dos Doze, referindo-se ao Serviço de Leite e Derivados, que pela reforma constitue uma secção dirigida pelo distincto funcionario Dr. Aleixo de Vasconcellos, aconselha a sua reunião á Directoria da Saude Publica.

Isso provém de lamentavel confusão sobre os fins industriaes da alludida secção.

Para a unidade de vistas nos modelos das construcções ruraes organizámos as secções de engenharia, uma das quaes na Industria Pastoral, nomeando para ambas competentes profissionais, os Srs. Moreira Maciel e Sylvio Olinho, para o desenvolvimento de um plano de projectos indispensaveis.

O ultimo delles acaba de ser attingido pelos córtes.

No terreno da defesa dos nossos rebanhos empreendemos importante campanha de vacinações, dirigida pelo chefe da respectiva secção, o operoso Sr. Armando Rocha. Pela sahida dos productos biologicos a ellas destinados vê-se como conseguimos multiplicar de anno para anno o seu numero, difundindo entre os criadores essa pratica de defesa.

Quanto á tristeza, a terrivel peste devastadora dos animaes importados, além dos methodos communs, ensaiámos pela primeira vez o aconselhado pelo professor Brumpt, da vacinação, na Europa, com productos obtidos de animaes brasileiros carrapatados, que daqui enviámos.

Acompanhou essas pesquisas, ao lado do notavel especialista francez, o devotado cientista brasileiro Sr. Parreiras Horta.

Assim é que pudemos verificar, na ultima exposição, um bello lote de exemplares charolezes em contacto com o nosso carrapato, sem o menor signal de infecção.

O serviço que cremos de inspecção de carnes e derivados tem á sua testa o Dr. Franklin de Almeida, moço de notoria competencia e rara actividade, que se desdobra pelos diversos Estados, levando a todos elles o seu esforço productivo.

Alguna cousa temos conseguido pela inspecção de auxiliares competentes e pela propaganda de novas praticas e modernas installações de matadouros e xarqueadas, que no geral deixam ainda muito a desejar.

Em attenção á necessidade de exportação de productos apreciaveis nos mercados estrangeiros, commissionei o distincto engenheiro Sr. Arthur Maciel Filho, que visitou diversas praças europeas, apresentando este trabalho digno de ser lido (*mostrando*) pela precisão com que examina o assumpto sob os mais variados aspectos.

Não podíamos deixar de pugnar para que o nosso paiz compareça perante aquelles exigentes mercados com melhores productos.

Ao mesmo tempo proviamos, dentro das necessidades internas, a uma das grandes lacunas: á falta de lazaretos aparelhados para os animaes importados e suspeitos, a começar pelo porto do Rio de Janeiro, que ficou perfeitamente installado. Iniciámos o do porto de Santos, estando em andamento o terceiro no porto do Rio Grande do Sul; o quarto seria, talvez, em Pernambuco.

Os córtes attingiram o serviço organizado no porto do Rio de Janeiro, talvez por não haver, nelle, presentemente, movimento.

Os lazaretos devém estar sempre em pé de actividade, ainda quando não funcionem normalmente, pois representam a defesa de enormes capitães.

Quando irrompeu a peste bovina entre nós as installações ainda não estavam promptas. Não obstante, ali recolhemos os animaes suspeitos, fazendo experiencias, algumas das quaes originaes, entre nós, devidas á capacidade tecnica de um dos nossos melhores chefes de serviços, o Sr. Arthur Moses.

Graças a isso pudemos em curto prazo libertar uma boa quantidade de gado indiano, para ali recolhido, após verificações scientificas de que não eram portadores do terrivel *virus*. Tudo isso consta de relatorios.

Os laboratorios e postos veterinarios também foram coihidos pelos córtes, salvando-se, felizmente, o central, do Districto Federal, a cargo do Sr. Dr. Arthur Moses, onde teem sido feitos importantes estudos, que seria longo enumerar, ainda no anno passado, alguns delles com o concurso do especialista contractado Sr. M. Piettre.

Esta parte essencialmente pratica e experimental não devia ser absolutamente visada nas economias do momento.

Passando a outro capitulo, aquella que se refere ás nossas riquezas mineralogicas, devo lembrar á Camara o discurso aqui proferido pelo nosso illustre collega, o Sr. Nelson de Senna, sobre a siderurgia, notavel oração que deve ser relida.

O SR. NELSON DE SENNA — *Bondade de V. Ex., que muito agradeço.*

O SR. SIMÕES LOPES — Ahi estão perfeitamente estudadas as nossas possibilidades siderurgicas.

Em 1917 tive o ensejo de propor á Camara a desapropriação de algumas minas de carvão e ferro, para que pudesse o Governo iniciar estudos sérios e exemplificar a industria moderna sob todos os aspectos. Infelizmente as nossas principaes jazidas não mais nos pertencem, pois foram adquiridas por insignificantes preços pelo capital estrangeiro: o mesmo vae se dando com as forças hydraulicas, sendo ellas, assim, incorporadas ás riquezas e aos lucros desses proprietarios.

O governo passado preocupou-se seriamente com o problema do carvão e do ferro.

Já assignalámos, por mais de uma vez, a acção de governos passados neste particular.

Ha cerca de 20 annos, o Sr. Rodrigues Alves, com o grande ministro Lauro Müller, mandaram vir o geologo americano Sr. White, para estudar o carvão brasileiro, do que resultaram preciosas indicações, que nunca foram realizadas.

Mais tarde, o Sr. Wenceslão Braz mandou aos Estados Unidos o Sr. Assis Ribeiro, que apresentou luminoso relatório sobre o mesmo assumpto e especialmente sobre o emprego de carvão pulverizado, antes disso preconizado pela commissão especial da Camara, de que tive a honra de ser o relator.

Desses esforços nasceram a Usina da Barra do Pirahy.

Havia, entretanto, ainda muito a pesquisar.

O coque do nosso carvão seria metallurgico?

Variavam as opiniões dos competentes.

Chegou, afinal, o governo Epitacio Pessoa, que resolveu atacar de frente o problema. Para tal não faltava a competencia de um grande brasileiro, o sabio Gonzaga de Campos, director do Serviço Geologico, nem o amparo do illustre Sr. Presidente da Republica.

Em curto tempo concertámos o plano e, como nos faltassem as devidas installações, que custariam mais de seis mil contos, além de longo prazo de construcções necessarias, resolvemos recolher amostras dos nossos carvões e do nosso minerio de ferro, mandando-as aos laboratorios estrangeiros.

O Dr. Domingos Fleury da Rocha foi o especialista indicado para essa delicada missão e della se desempenhou brilhantemente.

Após algum tempo de estudos, na Inglaterra e na Suecia, prolongados pelas grèves sobrevindas no primeiro desses paizes, recebiamos as primeiras noticias, as mais animadoras. Com o testemunho de autoridades estrangeiras, do maior renome, verificava-se que os carvões de Santa Catharina se prestavam para a fusão do minerio de ferro e que todos esses carvões podiam ser empregados na redução directa dos minérios, pelo processo das *esponjas*, conforme amostras enviadas da Suecia.

Estava, pois, deslindada a eterna duvida.

Assim, o Governo Epitacio Pessoa deu um largo passo na solução do grande problema.

Devo tambem aqui consignar a operosa collaboração do distincto tenente Helvecio Coelho Rodrigues, tambem commissionedo para estudos nos Estados Unidos e na Allemanha, o qual apresentou importantes trabalhos de investigação.

Ao passo que o Governo, por urgencia de tempo, mandava fazer essas pesquisas no estrangeiro, não desprezava, dentro do paiz, a organização de uma casa destinada ao estudo permanente dos nossos combustiveis e minérios.

Creou-se, então, para esse fim, a Estação Experimental de Combustiveis e Minérios, na Praia Vermelha, dirigida pelo infatigavel e competente tecnico Sr. Ernesto da Fonseca Costa, destinada a diversos fins, lavagem, pulverização e enriquecimento dos carvões, com os machinismos necessarios ao estudo de laboratorio e ás applicações em escala maior, podendo ser uma escola de foguistas, bem familiarizados com os combustiveis brasileiros.

Ali se tem feito estudos diversos sobre o gaz de iluminação, o alcool, etc. Ainda agora mesmo lá se estuda o aproveitamento do carvão vegetal nos automoveis comuns, segundo modernos inventos, que trará ao nosso ver, uma profunda revolução nos transportes pesados, nas zonas rurales, pelo barateamento desse mesmo transporte.

Não foram esquecidas no Governo passado as nossas abundantes forças hydraulicas. Diversas commissões operaram ao centro e ao norte do nosso paiz. Avaliou-se, pela primeira vez, com certo rigor, a potencia da nossa maior queda.

Na Serra do Mar tivemos duas commissões. Fizemos levantamentos e estudos para a elevação de aguas do rio São Francisco, através do Estado de Pernambuco, para o valle de Jaguaribe, no Ceará, verificando-se, então, ser muito menor do que se suppunha a altura total a vencer.

Sr. Presidente, a vida administrativa não se limita apenas ás organizações theoricas ou ás praticas realizadas, mas, tambem, ao modo por que se fazem os trabalhos, ás despesas, no respeito ás leis orçamentarias e a todos os principios da moral republicana.

Assim é que tenho o prazer de dizer á Camara que tudo fizemos dentro das dotações orçamentarias, como vereis pelo seguinte quadro:

Balancos:

Verbas orçamentarias:

	Credito	Despeza	Saldo
1920.....	33.578:000\$	30.790:000\$	2.788:000\$
1921.....	40.986:000\$	40.307:000\$	679:000\$
1922.....	50.548:000\$	40.968:000\$	9.580:000\$
Totales...	125.112:000\$	112.065:000\$	13.047:000\$

Creditos abertos e saldos revigorados:

	Credito	Despeza	Saldo
1920.....	18.478:000\$	14.896:000\$	3.582:000\$
1921.....	30.632:000\$	20.393:000\$	10.239:000\$
1922.....	15.191:000\$	12.530:000\$	2.661:000\$
Totales...	64.301:000\$	47.819:000\$	16.482:000\$

Patrimonio:

Exercicio de 1922:

Immoveis.....	344
Valor global.....	14.300:000\$

Posso, em virtude dessas cifras, afirmar á Camara que o Sr. Epitacio Pessoa realizou o programma que pallidamente esbocei, dentro dos recursos que lhe foram concedidos. (*Muito bem.*) E posso, tambem, declarar que nunca autorizei pagamentos, invocando o testemunho dos meus auxiliares, sem saber si as respectivas verbas os comportavam.

O SR. ALVARO ROCHA — E' a orientação financeira do meu Estado.

O SR. SIMÕES LOPES — Augmentámos o nosso patrimonio, que se elevou a 324 immoveis, na importancia global de 14.300 contos.

Lamento que a escassez de tempo e a vontade de não mais incomodar os meus illustres collegas... (*não apoiados*)

O SR. AUGUSTO DE LIMA — V. Ex. está sendo ouvido com toda a attenção.

O SR. NELSON DE SENNA — O discurso de V. Ex. está muito interessante.

O SR. SIMÕES LOPES — ...não me permittam entrar, agora, com mais vagar, na apreciação das verbas, mutiladas pela illustre Commissão dos Doze.

O illustre Presidente Sr. Arthur Bernardes é um estadista que já se distinguiu em sua terra por uma administração digna e elevada que muito visou os ideaes da agricultura. Basta lembrar que escolheu para seu secretario o nosso saudoso collega Sr. Raul Soares. (*Muito bem.*)

Uma das provas disso foi a criação de uma modelar escola agrícola em Viçosa, sua terra natal.

O Sr. Miguel Calmon, digamos a verdade, é um moço encaicado no trabalho e desde muito joven vem prestando grandes serviços ao paiz.

Como Ministro da Viação distinguiu-se pelo plano de incremento ás estradas de ferro, iniciado no governo do honrado Sr. Affonso Penna.

Em tal ambiente superior a orientação não poderia deixar de ser a melhor, quanto ao proseguimento dos planos constructivos desse ministerio.

De facto, a proposta do Governo isso representa, na importancia global de cerca de 55 mil contos. Infelizmente, Sr. Presidente, não sei si devido ao espirito de volubidade de nossa raça, si á falta de confiança nas nossas proprias forças, mudamos seguidamente de planos, ao contrario de outros paizes, que organizam serenamente os seus projectos, baseados tambem em verbas que jamais poderão ser desviadas para outros fins. Os grandes programmas não podem ter caracter pessoal; elles synthetizam a opinião vencedora entre os competentes e passam a consubstanciar um *desideratum* nacional. Problemas ha, entretanto, que não podem ser realizados dentro de um decennio, mas que precisam ser planeados e financeiros previamente, de accordo com a experiencia dos competentes.

A orientação do actual Governo era boa e a verba orçamentaria sufficiente.

Boas tambem não deixariam de ser as intenções dos nossos parlamentares, das commissões ou dos seus respectivos relatores.

Mas a verdade é que, não obstante isso tudo e da propria discordancia do nobre Sr. Relator com a Commissão extra parlamentar dos 12, que effectuára córtes na impotencia

de 42 %, este orçamento acaba de soffrer a pressão de uma nova corrente e ficará reduzido de mais de 30 % sobre a proposta governamental.

Serviços dos mais importantes soffreram reduções injustificáveis, como o do Povoamento do Solo em cerca de 40 %.

Por algumas das emendas apresentadas nesta Casa parece que muitos consideraram inutil esta directoria ou de diminutos resultados.

Convém compulsar os relatorios relativos a este importante departamento, habilmente dirigido pelo Dr. Dulphe Pinheiro Machado, um dos meus melhores collaboradores no governo passado.

Pelas notas que transcrevo, entretanto, vê-se que ás despesas e esforços administrativos correspondem resultados certos, pelo augmento de braços trabalhadores.

Immigração — Média annual

Antes da organização do serviço:	
1820-1886	10.544
Após a organização do serviço:	
1887-1896	118.624
Suspensão o serviço:	
1897-1906	68.100
Reorganizado o serviço:	
1907-1913	127.743
Guerra Européa:	
1914-1917	44.993
Após guerra:	
1918-1924	58.976

Dos algarismos acima, sem maior exame, se infere a estreita ligação entre a immigração de braços estrangeiros e os esforços systemáticos dos poderes publicos.

Uma vez suspenso o serviço cae esse numero de 50 %.

Reorganizado o serviço, sóbe de novo ao dobro o numero de immigrants entrados.

Além destes, cuida o Serviço da localização de nacionaes em nucleos agricolas, amparando os que muitas vezes se deslocam em virtude de calamidades.

Pertenco, Sr. Presidente, a uma velha corrente que sempre animou as forças vivas do nosso paiz.

Nas associações, nos Congressos, no Parlamento, no Governo, disso tenho dado sobejas provas.

Neste momento não podia eu deixar de assumir esta posição.

Além disso, mesmo em respeito ao regimen presidencial que nos governa, eu não vejo motivos que inibam os auxiliares do Presidente da Republica de prestarem contas á Nação do que fizeram nas suas pastas.

Antes de terminar, Sr. Presidente, julgo opportuno recordar as palavras do eminente Sr. Victor Cambon, em um dos seus livros:

"Não ha sinão um meio de conter o fluxo da carestia, eu ia dizer — da fome — é provocar, por todos os meios imaginaveis, o accrescimento immediato da produção."

Sr. Presidente, não ha de ser amputando as verbas do ministerio da produção que attingiremos a tão elevado fim.

Eu faço votos para que esse criterio não permaneça e, como de outras vezes, venha o ministerio a triumphar, conquistando o apoio que merece e os recursos necessarios á realização dos seus imperiosos serviços. *(Muito bem; muito bem. O orador é vivamente cumprimentado)*